

COLLECCÃO
DA
LEGISLAÇÃO NOVISSIMA
DO
ULTRAMAR

1902

VOLUME XXX



LISBOA
COMPANHIA TYPOGRAPHICA
12 a 20, Rua do Ferregial de Baixo, 12 a 20
1903

1871

INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXX

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1902

Janeiro

	Pag.
4 Officio interpretando as «Instrucções de 20 d'outubro de 1900» para a adjudicação das empreitadas de obras publicas.	1
4 Officio declarando não poder o inspector de fazenda de Moçambique usar de chancellia na rubrica dos livros da Repartição de fazenda.	2
8 Determinação régia para execução no ultramar do regulamento de 7 de dezembro de 1901, sobre informações dos officiaes do exercito.	2
9 Officio indicando o modo de ser feito o abono do augmento do soldo aos officiaes em serviço no Zambeze ...	12
9 Decreto declarando a quem compete a fiscalisação do imposto do alcool e das aguardentes no districto de Loanda..	12
14 Portaria estabelecendo preceitos regulamentares a fim de evitar a propagação das bexigas.	13
14 Officio (circular) declarando ficar tolerado durante o anno de 1902 o uso do anterior «Codigo internacional de signaes» da marinha mercante.	14
15 Officio auctorisando temporariamente o abono de gratificação aos chefes das delegações da Administração militar de Angola.	14
16 Officio auctorisando temporariamente o abono de subsidio para quartel aos facultativos do quadro de saude em Angola ...	14
16 Officio estabelecendo as gratificações a abonar aos empregados por serviços extraordinarios.	15
20 Officio indicando as correspondencias que são isentas de franquia segundo a Convenção postal universal.	15
20 Officio auctorisando a importação livre de direitos de limitada quantidade de alcool pela agencia da «Western Telegraph Company» em Cabo Verde.	15
23 Portaria approvando o projecto da 1.ª e 2.ª secções do caminho de ferro de Benguella.	15
28 Officio esclarecendo as «Instrucções para a adjudicação d'obras publicas» do ultramar.	16
30 Officio estabelecendo a ajuda de custo a abonar aos Governadores dos districtos, chamados á séde dos Governos das provincias.	16

	Pag.
30 Officio mandando cessar o abono de gratificação aos officiaes do exercito do reino pela accumulacão das funcções de juizes territoriaes em Timor. ...	16
31 Officio indicando as attribuições dos inspectores de fazenda com relação ao serviço de administração de fazenda militar.	17
31 Portaria esclarecendo como devem ser feitas as declarações dos mancebos ainda não recenseados para o recrutamento aos 19 annos de idade.	17

Fevereiro

1 Officio declarando deverem ser considerados funcionarios administrativos os administradores das Communidades do Estado da India.	17
1 Officio determinando que os correios da Praia e São Vicente de Cabo Verde fechem malas directas para o Porto.	18
1 Officio determinando que alguns correios de Angola fechem malas directas para o Porto.	18
8 Officio declarando quaes os orçamentos de obras publicas que pôdem ser approvados por simples despacho.	18
8 Officio (circular) mandando organizar uma tabella das Estações postaes existentes em cada provincia.	19
12 Officio indicando os territorios do protectorado britannico da Africa oriental em que é prohibido o commercio de bebidas destilladas.	19
12 Portaria declarando deverem ser considerados empregados publicos os das Companhias coloniaes privilegiadas.	19
12 Portaria approvando a distribuição feita pelo Governador de Cabo Verde de tres novas escolas creadas para a provincia.	20
14 Officio auctorisando a creação de um lugar de Fiel escripturario, da Estação postal de Bolama.	20
14 Portaria do Governador geral da India suspendendo as garantias constitucionaes nas Novas Conquistas.	20
15 Officio declarando poderem os tomadores de vales do correio ser reembolsados mesmo em caso de extravio ou perda	21
15 Officio communicando não ser auctorizado abono algum a facultativos fazendo o serviço clinico das unidades militares.	21

18 Officio fazendo recommendações sobre o serviço de contabilidade das obras publicas	21
20 Decreto approvando o regulamento sobre taxas de licenças para estabelecimentos commerciaes e industriaes nos territorios da Companhia do Nyassa	22
20 Decreto regulando a execução do art. 32.º da lei de 27 d'abril de 1901 sobre o exercicio gratuito pelo Banco ultramarino, das funcções de thesoureiro do Estado no ultramar	27
22 Portaria interpretando o decreto de 11 de agosto de 1900 relativo ás licenças dos funcionarios ultramarinos	29
27 Decreto approvando os estatutos do Banco nacional ultramarino	30
27 Decreto determinando que continuem a ter curso no ultramar, as notas antigas do Banco ultramarino	42
28 Officio declarando qual o sello devido pelos despachos de importação nas alfandegas da Africa oriental	42

Março

3 Officio auctorisando a Companhia de Moçambique a permutar encomendas postaes com a provincia e paizes estrangeiros	43
7 Determinação régia sobre os artigos a distribuir a cada praça europêa em serviço no ultramar	44
7 Determinação régia sobre a fixação do praso de duração dos artigos de uniforme do plano de 8 de novembro de 1900	45
11 Officio communicando ficar estabelecida a permutação de encomendas postaes entre Moçambique e o Egypto	45
13 Portaria concedendo á Delagoa Bay Agency Company auctorisação para adquirir bens immobiliarios em Lourenço Marques	46
13 Portaria mandando continuar a ter validade, com addição de sello, os actuaes bilhetes postaes	46
17 Portaria regulando a execução no ultramar do decreto de 18 d'abril de 1901 sobre as associações religiosas. — (Rectificação na pag. 50 — Vide Erratas)	46
17 Portaria resolvendo duvidas sobre a applicação da contribuição industrial aos emolumentos dos empregados judiciais em serviço nos territorios das companhias privilegiadas	66
18 Officio mandando cessar gratificações e vencimentos não auctorisados pelo decreto de 14 de novembro de 1901	66
24 Officio declarando competir ao Ministerio da marinha o despacho sobre vencimentos por diuturnidade de serviço	67
24 Portaria resolvendo sobre uma representação da Associação commercial de Loanda, relativa á constituição dos tribunaes de commercio	67
31 Carta de lei relevando o Governo da responsabilidade pela promulgação de providencias com caracter legislativo	69
31 Portaria auctorisando a importação livre de direitos do material necessario para a illuminação a luz electrica da Estação do cabo submarino em Cabo Verde	69

31 Decreto approvando o regulamento para admissão de arraes e mestres de barcos do serviço de trafego nos territorios da Companhia de Moçambique	70
--	----

Abril

3 Portaria permittindo que se designe «Forte de D. Carlos I.» o forte de Quimboco, no districto do Congo	72
8 Officio indicando o que particularmente pertence aos facultativos fazer no serviço de vaccinação de emigrantes para o Transvaal	72
9 Portaria esclarecendo duvidas sobre o abono do subsidio de marcha e residencia aos officiaes em serviço no ultramar	72
10 Carta de lei concedendo uma pensão vitalicia á viuva do tenente-coronel Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque	73
10 Decreto estabelecendo as classes em que devem ser consideradas as povoações de Spungabera, Mafuci e Chibabara, nos territorios da Companhia de Moçambique	74
10 Carta de lei prohibindo o despacho de importação das bebidas alcoolicas destilladas nas alfandegas da provincia de S. Thomé e Principe e nas da de Moçambique ao sul do rio Save	74
10 Portaria regulando a liquidação dos processos de tomadia de tabaco na provincia de Cabo Verde	74
10 Portaria determinando as condições para a permissão do trabalho, executado por operarios particulares na doca fluctuante do porto de Loanda	75
10 Decreto approvando uma Portaria do Governador geral de Moçambique relativa á delimitação das Terres da Corôa em Lourenço Marques e Gaza	76
10 Decreto approvando o regulamento de minas da Companhia do Nyassa	76
11 Officio indicando o caso em que aos pharmaceuticos dos quadros de saude compete o abono de subsidio de renda de casas	107
11 Officio auctorisando a indemnisação dos Conselhos administrativos dos corpos militares em Angola por motivo da mudança de uniformes	108
17 Officio (circular) declarando dependente da publicação de instrucções a execução do art. 191.º do decreto de 14 de novembro de 1901	108
21 Sentença rehabilitando um official do quadro occidental das forças ultramarinas	108
24 Decreto negando provimento n'um recurso de Herculano de Noronha contra a nomeação de um official da secretaria do Governo de Cabo Verde	109
24 Carta de lei creando um hospital colonial	110
24 Decreto approvando o regulamento para a apanha da casca de ostras nos territorios da Companhia de Moçambique	113
24 Decreto creando novos sellos, cartões e bilhetes postaes para as provincias ultramarinas	114

	Pag.
24 Decreto mandando circular, sobre carregados com novas taxas, sellos postaes de emissões extinctas	115
24 Decreto approvando o regulamento dos serviços aduaneiros nos territorios da Companhia do Nyassa. — (<i>Rectificação na pag. 134—Vide Erratas</i>)	117

Maio

1 Portaria declarando dever exigir-se caução aos chefes das delegações aduaneiras, quando thesoureiros	157
3 Portaria dando instrucções para a regular publicação do «Anuario estatístico» das provincias ultramarinas	157
5 Portaria auctorisando a «West African Telegraph Company Limited» a transferir diversos cabos para o Governo francez	248
7 Carta de lei modificando o regimen das bebidas alcoolicas destilladas e outras bebidas fermentadas nas provincias portuguezas de Africa	248
7 Decreto negando provimento n'um recurso contra a dissolução da Camara municipal do concelho da Ilha Brava, de Cabo Verde	255
7 Decreto negando provimento n'um recurso de Claudio José Raphael de Abreu e Noronha, contra o despacho que lhe indeferiu o pedido de nomeação para o lugar de segundo official da secretaria geral do Governo do Estado da India	257
9 Officio indicando a conveniencia de serem submettidos a prévio exame os fogueiros para os vapores em Cabo Verde	258
10 Officios confirmando a prorrogação do protocollo relativo ao regimen aduaneiro na bacia convencional do Congo	258
12 Officio declarando não poder ser desviada para outro fim a verba do subsidio das Camaras municipais para o instituto ultramarino	260
14 Decreto estabelecendo equipamentos para as forças em serviço no ultramar	260
14 Carta de lei auctorisando a conversão da divida publica externa	265
14 Carta de lei auctorisando a cobrança das receitas publicas e a sua applicação ás despesas do Estado	267
14 Decreto fixando o numero de officiaes de diligencias para o serviço das execuções fiscaes administrativas em Cabo Verde	285
16 Officio declarando em que caso os Governadores geraes podem transferir verbas da dotação das obras publicas	286
17 Officio remettendo ao Governador d'Angola a tabella dos premios a cobrar por valores declarados, em vista das relações postaes da Suissa com as colonias portuguezas	286
20 Officio communicando deverem ser aproveitados os vapores da <i>British India Steam navigation</i> para o transporte de encomendas postaes em Moçambique	288
21 Decreto approvando o regulamento das execuções fiscaes administrativas em Moçambique	288

	Pa.
21 Decreto determinando que os presidentes das respectivas Camaras municipais sejam presidentes das assembleas de apuramento	312
24 Decreto negando provimento n'um recurso de José Eugenio Sant'Anna Couto contra a sua demissão de empregado de fazenda do Estado da India	312
24 Decreto estabelecendo o modo como devem ser julgadas as causas commerciaes na falta de jury	313
24 Decreto auctorisando a trasladação, para outros livros, dos registos prediaes dos Julgados que passaram para a comarca de S. Vicente	313
21 Decreto regulando o concurso para os logares de juizes municipais dos Julgados estabelecidos segundo o decreto de 29 de julho de 1886	314
24 Decreto approvando o regulamento da contribuição da decima de juros em São Thomé e Príncipe	315
24 Decreto approvando o regulamento da contribuição industrial em São Thomé e Príncipe	329
24 Decreto approvando o regulamento da contribuição sobre renda de casas em São Thomé e Príncipe	352
24 Carta de lei approvando a tabella geral do imposto do sello. — (<i>Rectificação na pag. 381—Vide Erratas</i>)	359
24 Decreto applicando á provincia de Cabo Verde as leis sobre desamortisação	403
21 Decreto approvando o regulamento de policia para o transito nas ilhas de Cabo Verde	410
26 Officio declarando por que diploma se regula a concessão de licença graciosa aos funcionarios judiciais naturaes do ultramar	416
30 Officio auctorisando a dispensa de foro de terrenos concedidos a prelazia de Moçambique para uma missão no Pungue	417
30 Portaria permittindo aos officiaes do exercito do reino a escolha da provincia ultramarina para prestarem serviço	417
31 Portaria auctorisando o Banco ultramarino a crear 10:000 obrigações prediaes do ultramar	417
31 Officio declarando poderem os negociantes substituir as auctoridades judiciais	418

Junho

4 Decreto definindo as características que distinguem entre si os navios de commercio	418
4 Decreto regulando o serviço de navegação nacional nos portos das provincias ultramarinas	420
4 Decreto approvando o regulamento para o serviço de varadouro de embarcações estrangeiras nas praias de Diu	427
4 Decreto regulando a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1902-1903	429
4 Decreto applicando ao ultramar o n.º 27.º do art. 278.º do codigo administrativo de 1896	431
4 Decreto approvando os estatutos da Companhia de Moçambique	431

	Pág.
7 Portaria estabelecendo os casos em que é dispensado o concurso para obras publicas no ultramar	439
9 Officio declarando ser permittida a transferencia de matricula dos alumnos do lyceu de Nova Gôa	440
14 Decreto approvando o regulamento para o s rvio dos correios (no reino)	440
14 Officio declarando não poder ser ordenad correição extraordinaria a um Julgado municipal	533
16 Portaria mandando pôr, parcialmente, em execução em Angola, Moçambique e India o decreto da organização militar	533
16 Determinação régia dando instrucções para o serviço das unidades militares do ultramar	533
16 Determinação régia estabelecendo disposições para a execução em Angola, Moçambique e India do decreto da organização militar	536
16 Portaria mandando constituir em Angola, Moçambique e Estado da India os quartéis-generaes e respectivas guarnições	543
18 Decreto declarando extincta a Santa casa da misericordia da cidade da Praia de Cabo Verde	543
18 Decreto definindo a responsabilidade dos capitães de navios mercantes pelos presos em transito a bordo dos navios	543
18 Decreto approvando o regulamento para o serviço da estatistica postal nas provincias ultramarinas	545
19 Decreto approvando a distribuição das unidades militares em Angola, Moçambique e India	646
19 Portaria approvando a caução do thesoureiro da alfandega, interino, e recebedor, tambem interino, do concelho de São Vicente	650
19 Portaria estabelecendo as condições para o exercicio da advocacia por um empregado da alfandega de Cabo Verde	650
19 Decreto approvando o orçamento geral e respectivas tabellas da receita e despesa do ultramar para o exercicio de 1902-1903	651
20 Officio declarando a que officiaes, servindo no ultramar, compete a promoção ao posto immediato	1277
20 Officio augmentando o quadro da Repartição superior de fazenda de Cabo Verde	1277
20 Portaria determinando o pessoal e respectivos vencimentos para organização do cadastro dos terrenos em Cabo Verde	1277
20 Portaria permittindo, condicionalmente, a livre exportação e reimportação de duas locomoveis da companhia commercial d'Angola	1277
20 Officio declarando sujeitas ás disposições da Portaria régia de 17 de março, todas as associações religiosas que funcionem em territorio sob o dominio de Portugal	1278
21 Decreto dispensando a publicação no «Diario do Governo» de editos de pequenos espolios arrecadados na provincia de Macau	1278

	Pág.
21 Decreto reorganizando o Julgado municipal da ilha do Principe	1278
23 Portaria declarando válidos para o efeito do adiamento do serviço militar os attestados comprovativos de matricula nos cursos preparativos para a carreira ecclesiastica	1280
28 Decreto approvando a organização do circulo aduaneiro de Cabo Verde	1280
28 Decreto resolvendo não se tomar conhecimento do recurso de um official maior da secretaria geral do Governo de Angola sobre vencimentos reclamados por ter substituido o secretario geral	1285
28 Decreto negando provimento n'um recurso de Antonio Hypolito José Fernandes da Conceição contra a declaração de não ser vitalicio o logar de escrivão de uma confraria do Estado da India	1285
28 Decreto mandando crear até 20:000 \$000 réis de moeda de bronze para a India	1286
28 Decreto regulando a constituição do Conselho de provincia de Moçambique durante a permanencia do Governador geral em Lourenço Marques	1287
28 Decreto regulando o funcionamento da loteria da Santa casa da misericordia de Macau	1287
28 Decreto mandando abrir um credito especial a favor da Direcção geral do ultramar	1288

Julho

3 Portaria approvando uma Ordem do Governo dos territorios de Cabo Delgado relativa ao imposto do alcool	1288
4 Officio interpretando a disposição do accordo celebrado com a companhia «Eastern Telegraph» relativa á importação de mobilia	1289
7 Declaração de terem sido depositadas as ratificações de um Acto adicional modificativo da Convenção de 1883 sobre o registo internacional de patentes de invenção	1289
7 Declaração de terem sido depositadas as ratificações de um Acto adicional ao Convenio de 1891 sobre marcas de fabrica ou de commercio	1296
8 Officio auctorisando o abono de passagens a irmãs hospitaleiras em serviço em Moçambique	1300
9 Officio resolvendo duvidas sobre o abono de passagem para o reino ás familias dos empregados casados no ultramar	1300
10 Portaria isentando do pagamento de direitos todo o material importado pelo Estado nas provincias ultramarinas	1301
12 Decreto approvando o regulamento privativo para o registo civil no Estado da India	1301
12 Decreto prorogando o regimen aduaneiro do districto do Congo	1311
12 Decreto modificando o regimen aduaneiro da provincia da Guiné	1311
15 Officio declarando não terem direito a abono de impedido os facultativos em serviço da guarnição de Macau	1313
16 Decreto remodelando a administração da justiça na provincia de Angola	1313

	Pag.
16 Decreto approvando o regulamento provisório do trabalho indígena e fomento agrícola na provincia de Angola . . .	1316
16 Decreto reorganizando administrativamente as regiões do Bihé e Bailundo, na provincia de Angola	1344
16 Decreto cedendo, provisoriamente, a particulares a exploração da borraça na provincia de Angola	1345
16 Decreto creando em Loanda uma Direcção de agricultura	1349
16 Decreto modificando e ampliando as disposições sobre assistência e protecção aos serviços e colonos em S. Thomé. (<i>Rectificação—vide pagina de Erratas</i>)	1353
19 Decreto approvando o regulamento da contribuição de registo em Moçambique	1355
21 Officio providenciando para se evitar interrupção no pagamento das pensões deixadas no reino ás familias dos funcionarios.	1395
23 Decreto approvando o regulamento de concessões de licença para a exploração de florestas da Guiné	1396
23 Decreto dando provimento n'um recurso de Victorino Caetano Pedro José do Rosario e Faria contra a annullação de um concurso para o logar de lente substituto da escola medica de Nova Gôa	1400
23 Decreto creando na comarca de Lourenço Marques um officio privativo de tabellião de notas	1402
23 Decreto restabelecendo o logar de director da alfandega de Dilly	1403
28 Portaria mandando proceder á formação das matrizes em Moçambique . . .	1403
28 Officio dando esclarecimentos sobre aforamento de terrenos em Cabo Verde . .	1404
28 Portaria tornando extensivas a Cabo Verde as disposições do regulamento marítimo do reino sobre aluguer de embarcações	1404
28 Portaria regulando na provincia de Macau a fôrma das communicações officiaes com as auctoridades chinezas . .	1405
29 Portaria approvando os ante-projectos da ponte-cacs na bahia do Lobito e da ponte do Catumbella, no caminho de ferro de Benguella	1405
29 Decreto approvando a reorganização das alfandegas na costa oriental da Africa (<i>Rectificações nas pag. 1445 e 1471 — (Vide pagina de Erratas)</i>) . .	1406
30 Nota indicando a fôrma da cobrança da contribuição industrial sobre os emolumentos	1511

Agosto

2 Decreto tornando dependente da auctorisação dos Governadores o seguimento de processos crimes contra as auctoridades e funcionarios administrativos ou policiaes	1511
2 Decreto estabelecendo o processo a seguir nos crimes, commettidos por agentes portuguezes, pela imprensa em paiz estrangeiro	1512
2 Decreto negando provimento n'um recurso de Ramachrisma Vilconta Dolvy contra a sua demissão do logar de	

	Pag.
escrivão das Communidades de Pallo e Velguém, do Estado da India	1512
2 Decreto negando provimento n'um recurso de Jorge Alves da Costa Cravid, contra a sua preterição para o posto de major da provincia de Angola	1513
2 Decreto approvando os estatutos da Companhia das minas de ouro de Manica	1513
2 Decreto approvando o regulamento da contribuição de juros em Moçambique	1518
2 Decreto approvando o regulamento para as execuções fiscaes administrativas em Angola (<i>Rectificação na pag. 1540 —Vide pagina de Erratas</i>)	1535
5 Portaria regulando o desconto no tempo de serviço aos empregados aduaneiros do ultramar por motivo de penas disciplinares	1563
8 Portaria dando aos Governadores do ultramar faculdades para applicarem as verbas orçamentaes relativas aos palacios dos Governos	1563
13 Officio (circular) solicitando relações, com diversas notas, dos funcionarios administrativos e de instrução publica	1563
13 Portaria auctorisando, provisoriamente, o estabelecimento de um cemiterio em S. Thomé	1563
13 Decreto regulamentando os serviços da secretaria da marinha e ultramar e respectivas corporações consultivas . .	1564
13 Decreto regulando os concursos para logares da Direcção geral do ultramar	1600
13 Decreto, providenciando para o desenvolvimento da produção do sal em Cabo Verde	1604
13 Decreto regulando o trafego de mercadorias na provincia de Angola	1604
13 Decreto regulando a exploração de ouro nas provincias ultramarinas	1606
13 Decreto auctorisando a concessão de licenças para occupação de terrenos marginaes do porto de Lourenço Marques	1608
13 Decreto dividindo em duas a freguezia de Margão do concelho de Salsote . .	1609
13 Decreto confirmando e regulando concessões de terrenos em Lourenço Marques	1610
13 Decreto estabelecendo disposições sobre a interposição de recursos para o Supremo tribunal administrativo e respectivos emolumentos	1612
13 Decreto negando provimento n'um recurso de Salvador Fernandes Barreto, relativo ao aforamento de um terreno da Communidade de Carambolim . . .	1612
13 Decreto dando provimento n'um recurso da Comissão municipal de Lourenço Marques contra o despacho que lhe negou termo de recurso de uma deliberação do Conselho administrativo . .	1613
13 Decreto rejeitando um recurso de Antonio Justino Mathias da Conceição e Sousa relativo á entrega de joias guardadas do cofre da Sociedade de mutua protecção de Mapuçá	1614
13 Decreto mandando abrir um credito especial de 45:000\$000 a favor da Direcção geral do ultramar	1614

	Pag.
16 Portaria auctorisando o secretario geral do Governo de Moçambique a reconhecer as assignaturas dos consules portugueses na Africa do Sul.	1614
18 Officio remettendo ao Governador geral d'Angola copia do contracto celebrado para a propaganda official dos vinhos portugueses na provincia.	1615
19 Officio communicando a auctorisação concedida á Companhia do Nyassa para permutar encomendas postaes	1616
21 Officio indicando as despesas a exigir, em Timor, aos arrematantes de lotes de espolios pelas guias para deposito	1617
23 Decreto negando provimento n'um recurso de Baná Nieha Mary contra o despacho do Governador geral da India que lhe indeferiu duas pretensões	1617
23 Officio (circular) indicando como deve ser processado em titulos especiaes o vencimento de qualquer official . . .	1619
23 Decreto rejeitando um recurso de João José de Almeida Pirão contra a sua preterição para o posto de major do quadro de Moçambique	1620
23 Decreto fixando o tempo de serviço no ultramar e os vencimentos dos officiaes do exercito do reino, em comissão extraordinaria.	1621
26 Officio communicando a redução do porte das cartas originarias da Nova Zelandia.	1625
26 Officio indicando a applicação a dar ao producto da venda de peças de artilharia de Cabo Verde	1625
30 Officio (circular) indicando como deve ser abonado o auxilio para rancho ás praças não arranchadas	1625
30 Officio rectificando a tabella da despesa do Estado da India	1625

Setembro

4 Officio regulando o pagamento dos vencimentos dos empregados mandados de uns para outros districtos da provincia de Moçambique	1626
6 Decreto approvando o regulamento para o serviço de encomendas postaes no ultramar.	1627
8 Officio interpretando o § 1.º do art. 11.º do decreto de 4 de junho relativo a operações do trafego marítimo.	1667
9 Officio indicando os abonos a fazer aos officiaes nomeados para servirem no ultramar.	1667
10 Officio communicando não ser applicavel a remissão do serviço ás praças das companhias de saude.	1667
17 Officio declarando a quem pertence pagar o vencimento do carcereiro da cadeia do Ibo	1667
17 Officio (circular) mandando observar nas secretarias militares dos quartéis-generaes uma disposição estabelecida para as Repartições superiores de fazenda	1668
19 Decreto mandando abrir um credito especial para despesas dos corpos expedicionarios a Lourenço Marques . .	1668
20 Officio (circular) regulando os abonos	

de remuneração dos empregados por serviço fóra das horas do expediente	1668
20 Portaria mandando executar, em parte, no districto de Timor, a organização militar de 14 de novembro de 1901. .	1669
20 Decreto approvando a organização dos serviços policiaes da Companhia do Nyassa	1669
22 Portaria concedendo isenção de direitos á «Western Telegraph Company» pela importação de determinada quantidade de oleos mineraes	1677
22 Officio dando instruções para começar em 1 de fevereiro de 1903 em Cabo Verde o serviço de encomendas postaes.	1677
22 Officio auctorisando a liquidação, mensalmente, do duodecimo da dotação do seminario da diocese de Angola e Congo	1677
22 Portaria declarando as isenções do imposto do sello que são applicaveis ás letras ou saques, emitidos no ultramar por entregas de fundos a favor de Estações officiaes	1678
26 Officio (circular) declarando a quem compete determinar a fórmula de se effectuarem as passagens e transferencias de fundos em dinheiro.	1678
26 Portaria estabelecendo o tempo de licença <i>graciosa</i> , que pode conceder-se aos empregados vindos ao reino para serem presentes á Junta de saude. . .	1678
29 Officio remettendo o modelo para as notas de assentamento dos funcionarios administrativos e de instrução publica.	1678
29 Officio (circular) indicando o modo do processar as guias de vencimentos dos empregados	1680

Outubro

1 Officio declarando não carecer de sancção superior o regulamento do lavadouro na Beira	1680
1 Officio (circular) dando esclarecimentos sobre as gratificações a abonar aos empregados que substituem outros. . .	1681
2 Officio indicando como deve ser remetida a correspondencia official para as auctoridades da metropole	1681
3 Decreto mandando organizar no districto de Benguelia um Conselho de guerra territorial, extraordinario.	1681
3 Decreto negando provimento n'um recurso do Ministerio publico sobre contribuição de registo por titulo gratuito em Cabo Verde	1682
3 Decreto approvando o Accordo relativo á conservação e exploração do caminho de ferro e porto de Mormugão .	1682
4 Officio indicando os abonos que competem aos facultativos do ultramar . . .	1695
4 Officio declarando os vencimentos a abonar aos officiaes e praças do corpo de policia de S. Thomé	1695
4 Officio declarando subsistir o beneficio da concessão de terrenos ás praças europeas da guarnição de Moçambique depois de terminado o seu tempo de serviço obrigatorio	1696
6 Officio indicando os vencimentos dos	

	Pag.
officiaes e praças em serviço no ultramar	1697
7 Portaria providenciando sobre a arrecadação dos rendimentos aduaneiros no ultramar.....	1697
8 Officio dando indicações para se executar na provincia de Moçambique o serviço de encomendas postaes....	1698
8 Officio dando instruções acerca das cações dos arrematantes dos exclusivos em Macau e dos exatores da fazenda	1700
10 Officio (circular) solicitando a cobrança do subsidio das Camaras municipais para a escola de medicina tropical	1701
10 Officio approvando o estabelecimento de uma estação telegraphica em Bicholim.....	1701
10 Decreto approvando o regulamento provisório do regimen administrativo, aduaneiro e fiscal das bebidas alcoolicas na Africa portugueza — (<i>Rectificação na pag. 1740 — Vide pag. de Erratas</i>)	1701
10 Decreto constituindo, provisoriamente, o districto militar de Tete	1758
13 Portaria reduzindo a duração dos destacamentos dos facultativos e pharmaceuticos na Guiné.....	1760
14 Officio revogando a auctorisacão dada em 1884 para um deposito permanente de carvão mineral em S. Thomé	1760
14 Portaria mandando executar, em parte, na provincia de S. Thomé e Príncipe a organização militar de 14 de novembro de 1901	1760
15 Portaria mandando pôr em circulação no Estado da India, antes de 1 de janeiro de 1903, alguns dos novos sellos postaes.	1760
16 Decreto contendo o juramento de Sua Magestade a Rainha como Regente do reino	1760
16 Decreto estabelecendo o formulario para a expedição dos diplomas officiaes durante a regencia do reino	1761
23 Decreto approvando o regulamento e tabella das licenças para o exercicio do commercio e industria na Beira ..	1762
23 Decreto estabelecendo gratificações aos escrivães dos juizes populares da comarca de S. Thomé	1765
23 Officio resolvendo como pôde ser requerida pelos funcionarios judiciais a licença de 30 dias em cada anno ..	1765
25 Officio regulando os vencimentos dos professores de Bolama e Bissau ..	1766
27 Officio resolvendo duvidas acerca da competencia disciplinar sobre as praças da companhia de saude destacadas na Guiné	1766
30 Decreto determinando as causas em que os secretarios geraes, secretarios dos Governos de districtos e administradores de concelho não podem advogar	1766
30 Officio (circular) regulando a remessa em letras para a Inspeção geral de fazenda das importancias descontadas aos funcionarios por pagamento de pensões no reino	1767
30 Decreto convocando as Côrtes para a reiteração do juramento de Sua Magestade a Rainha Regente	1767

	Pag.
30 Decreto approvando as instruções provisionarias para a concessão de serviços e de terrenos por aforamento ..	1767

Novembro

4 Officio mandando substituir o titulo dos modelos para o serviço da estatistica postal.....	1776
5 Officio mandando elaborar o projecto de um pavilhão para tratamento de alienados em Angola.....	1776
5 Portaria determinando que sejam expressas em réis do reino as taxas dos sellos forenses e outros valores sellados, destinados ao districto de Timor....	1777
5 Portaria approvando o programma provisório do ensino de medicina tropical	1777
6 Decreto fixando as ajudas de custo dos engenheiros em serviço nas obras publicas e camiuhos de ferro do ultramar.....	1781
10 Portaria declarando as vantagens que aos mestres de musica dá a graduação de alferes	1784
10 Portaria auctorisando a Companhia do Nyassa a utilizar sellos da sua ultima emissão	1784
11 Officio dando instruções sobre o processo a seguir na organização das informações dos officiaes do exercito ..	1784
11 Officio (circular) indicando as despesas que não podem constituir encargo do thesouro.....	1785
12 Officio dando esclarecimentos sobre a competencia do Governador geral da India para ordenar syndicancia ao sub-delegado do Julgado municipal de Mormugão.....	1785
13 Decreto approvando a pauta aduaneira dos territorios de Manica e Sofala... ..	1786
13 Decreto approvando o contracto relativo á linha ferrea de Ambaca a Malange ..	1812
13 Decreto auctorisando a construcção pelo Governo da linha ferrea de Ambaca a Malange.	1814
13 Decreto mandando confiar a uma Comissão especial a construcção e exploração do caminho de ferro do Lobito.	1818
13 Decreto rejeitando um recurso da Camara municipal da Ilha Brava, interposto de um accordão do Conselho de provincia	1820
14 Portaria compensando a Junta municipal de Bolama pela perda de receita municipal resultante do decreto de 12 de julho	1820
15 Officio declarando deverem as requisições de fundos para obras publicas ser assignadas pelos respectivos directores	1821
15 Officio declarando como devem ser abonados aos facultativos os subsidios de residencia e marcha	1821
17 Officio (circular) estabelecendo as condições para os empregados poderem entrar no gozo de licenças concedidas pelo Governo	1822
17 Portaria provincial approvando o regulamento das cadeias civis do districto judicial de Moçambique.....	1822

	Pag.
18 Officio dando esclarecimentos sobre a organização da liquidação de contas de encomendas postaes da Guiné .	1830
18 Idem, com relação á provincia de Angola.	1830
19 Officio dando esclarecimentos ácerca da regencia interina das cadeiras de instrucção primaria.	1831
20 Officio retirando ao Leal senado de Macau a faculdade de conceder licenças para construcções e reconstrucções	1831
20 Decreto auctorisando a residencia em Lourenço Marques do procurador da Corôa e fazenda em caso de conveniencia do serviço .	1831
20 Decreto approvando a organização aduaneira da Guiné portugueza .	1831
21 Portaria mandando executar, em parte, na Guiné a organização militar de 14 de novembro de 1901.	1837
26 Officio indicando a subvenção a abonar aos officiaes que vão servir no ultramar .	1837
27 Decreto approvando o regulamento de conservação e policia das estradas em S. Thomé e Príncipe.	1838
27 Decreto estabelecendo clausulas para os contractos de aforamento de terrenos destinados a construcções .	1866
27 Decreto declarando incompativeis as funções de consul de uma nação estrangeira com as de membro do Conselho do Governo.	1866
27 Decreto negando provimento n'um recurso de Manoel Xavier Rodrigues contra a sua demissão do logar de eserivão ajudante da Comunidade Simbá, no Estado da India .	1867
27 Officio declarando qual é o vencimento dos substitutos dos professores d' instrucção primaria em Cabo Verde .	1869
27 Decreto regulando as concessões de obras publicas no ultramar .	1869
27 Decreto approvando o regulamento para a permutação de fundos por intermédio do correio no ultramar .	1871
28 Decreto auctorisando a pesca a vapor nas aguas de Lourenço Marques .	1932
28 Decreto approvando um contracto para a construcção e exploração do caminho de ferro do Lobito .	1933
28 Decreto augmentando a dotação da construcção do troço do caminho de ferro de Ambaca a Malange .	1953

Dezembro

4 Decreto approvando o regulamento da contribuição de registo na provincia de Angola .	1954
4 Decreto approvando o regulamento da contribuição predial urbana na provincia de S. Thomé e Príncipe .	1991
4 Decreto negando provimento n'um recurso de Luiz João Pinto, contra a sua demissão de thesoueiro da Commissão municipal de Bardez .	1994
4 Decreto creando uma parochia em Morgim, no Estado da India .	1995
5 Officio indicando como devem ser redigidos os annuncios a publicar nos bo-	

	Pag.
letins officiaes para a hasta publica nos processos de concessão de terrenos .	1995
10 Officio declarando não ser extensivo a Cabo Verde o abono de subsidio de renda de casas aos officiaes .	1997
10 Portaria auctorisando a modificação do typo das Obrigações do Banco ultramarino .	1997
11 Decreto regulando a concessão e o uso da medalha «Rainha D. Amelia» .	1997
11 Decreto mandando conceder a medalha «Rainha D. Amelia», pela campanha do Barué, em Moçambique .	1998
11 Decreto mandando conceder a medalha «Rainha D. Amelia», pela campanha do Bailundo, em Angola .	1998
11 Decreto mandando conceder a medalha «Rainha D. Amelia», pela campanha do Oio, na Guiné .	1999
11 Decreto approvando os regulamentos para o serviço dos correios ultramarinos. (<i>Rectificação nas pag. 2025 e 2053 — Vide pag. de Erratas</i>) .	1999
13 Portaria mandando executar, em parte, na provincia de Cabo Verde a organização militar de 14 de novembro de 1901 .	2032
15 Portaria resolvendo duvidas sobre a sujeição á licença e fiscalisação policial das casas de emprestimos sobre penhores, estabelecidas por sociedades anonymas .	2032
20 Officio regulando a contagem do tempo de serviço dos officiaes do exercito, naturaes da Europa ou do ultramar .	2032
22 Portaria confirmando a do Governo de Macau sobre a acceitação da offerta de uma bandeira nacional ao corpo de policia .	2033
23 Consulta do Supremo Conselho de justiça militar sobre a substituição do auditor do Conselho de guerra da India .	2033
24 Officio declarando a quem pertence a admissão das praças da companhia de saude de Angola e S. Thomé e Príncipe .	2034
24 Decreto additando o de 13 d'agosto sobre reivindicacção de terrenos em Lourenço Marques .	2034
24 Decreto regulando o arrendamento dos talhões disponiveis dos terrenos conquistados ao mar em Lourenço Marques .	2036
24 Decreto creando uma colonia agricola no plan'alto de Caconda, em Benguella .	2090
24 Decreto negando provimento n'um recurso do primeiro official da secretaria da Santa casa da misericordia de Gôa, relativo á sua demissão .	2091
24 Decreto constituindo juizes territoriaes na comarca de Cabo Delgado .	2092
24 Decreto reduzindo a um unico imposto, denominado «Imposto de mercês ultramarinas», os direitos de mercê e impostos correlativos de empregos no ultramar .	2092
24 Alvará approvando os estatutos da «Caixa economica dos empregados do Estado em serviço na provincia de Cabo Verde» .	2093
24 Alvará approvando os estatutos da Associação commercial de Lourenço Marques .	2103

	Pag.
24 Decreto mandando ficar caduca a concessão das minas de cobre do Bembe...	2107
24 Decreto approvando o regulamento da escola de medicina tropical - ...	2108
26 Decreto auctorisando a reforma da legislação sobre engajamento de trabalhadores para S. Thomé e Príncipe. . .	2112
31 Decreto auctorisando a cunhagem, até 300:000 rupias, em prata, para o Estado da India	2112

	Pag.
31 Decreto declarando applicavel á força militar do districto da Lunda o augmento no tempo do serviço, estabelecido na organização militar de 1901	2113
31 Officio dando esclarecimentos para a cobrança do imposto de tonelagem aos navios estrangeiros nos portos de Angola.....	2113

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1902

128411

100% 100% 100% 100% 100%

100% 100%

COLLECCÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1902

JANEIRO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a quem foi presente o officio de v. ex.^a, n.º 1:111, de 21 de novembro ultimo, em que pede para ser elucidado sobre a fórma de dar execução ás Instrucções para adjudicação de empreitadas de obras publicas nas provincias ultramarinas, approvadas por Portaria de 20 de outubro de 1900 e modificadas por Portaria de 18 de julho de 1901, com referencia ao modo como devem ser executados nas mesmas provincias os trabalhos de obras publicas, encarrega-me de expôr a v. ex.^a o seguinte:

Não é exacta a interpretação dada pelo director de obras publicas d'essa provincia ao disposto nas supracitadas Instrucções, que foram redigidas para regular a fórma de se effectuarem os concursos para empreitadas, mas não prescrevem que as differentes obras só possam ser executadas por administração quando exgotadas todas as tentativas para a sua execução por empreitadas ou por tarefas. Uma tal prescrição, se existisse, constituiria uma revogação do decreto de 20 d'agosto de 1892, que as Instrucções por certo não podiam substituir.

Segundo o § 2.º do art. 27.º d'aquelle decreto «deverá adoptar-se, sempre que seja possível e conveniente, o systema de construcção por empreitadas», e esta doutrina tem sempre prevalecido porque ainda não foi promulgada disposição alguma que a derogasse. Se ha *possibilidade* e *conveniencia* em executar qualquer obra por empreitada, será este o processo de execução a adoptar, e, n'este caso, as Instrucções regulam o modo de proceder-se ao respectivo concurso. Se, porém, não ha *conveniencia* nem *possibilidade* ou subsiste apenas uma qualquer d'estas circumstancias, a obra executar-se-ha por administração ou tarefa, como melhor convenha, e as Instrucções nada têm que vêr com o assumpto.

As Instrucções prescrevem o processo a seguir nos concursos para empreitadas, quando a auctoridade competente escolher, de accordo com o decreto de 1892, este modo de execução de uma obra; não impõem, porém, o dever de preferir-se um ao outro modo de execução.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 4 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Angola.
— Pelo Director geral, Antonio Duarte Ramada Curto.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 404/1663, de 12 de novembro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que, sendo só permittido o uso de chancellia aos funcionarios a quem a lei faz tal concessão e nos casos especiaes para cada um designados, não pôde ser satisfeito o pedido de v. ex.^a, ficando, comtudo, auctorisado a delegar em qualquer empregado da Repartição superior de fazenda a seu cargo o serviço de rubricar os diversos livros da Repartição de fazenda d'essa provincia, por delegação constante do respectivo termo exarado em cada livro.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 4 de janeiro de 1902. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Inspector de fazenda de Moçambique. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Inédito.)

Para execução do regulamento das informações, aprovado por decreto de 7 de dezembro do anno findo, determina Sua Magestade El-Rei, que, com relação aos officiaes do exercito do remo em serviço no ultramar, se observe o seguinte:

1.º Os prazos fixados nos art. 8.º, § 1.º do art. 9.º e art. 10.º serão, no ultramar, ampliados com o tempo necessario para a troca de correspondencia ordinaria entre as localidades onde residirem os chefes informantes e os informados;

2.º Os Governadores providenciarão para que as informações sejam enviadas a este Ministerio até ao dia 15 de maio de cada anno, a fim de poder ser cumprido o determinado no art. 13.º;

3.º As auctoridades competentes para informar são:

a) Commandantes de unidades e chefes de estabelecimentos militares,—dos officiaes d'essas unidades ou estabelecimentos;

b) Inspectores das unidades,— dos commandantes das unidades que inspeccionarem;

c) Governadores de districto,—dos officiaes que desempenharem qualquer serviço militar ou civil, directamente dependente do respectivo Governo, e dos commandantes das unidades que não tiverem inspector;

d) Governadores geraes e de provincia,—dos officiaes em serviço directamente dependente dos seus Governos, e bem assim de quaesquer outros não comprehendidos nas alíneas anteriores;

4.º As auctoridades informantes, mencionadas no precedente numero, deverão exigir a informação modelo B, nos casos mencionados nos art. 18.º, 19.º e 20.º;

5.º As informações, enviadas a esta secretaria d'estado, dos officiaes do exercito do reino serão sempre em duplicado.

(Diário do Governo n.º 26.)

Decreto a que se refere a régla determinação supra

Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo art. 107.º da carta de lei de 12 de junho do corrente anno: hei por bem approvar e mandar pôr em execução o regulamento das informações que faz parte d'este decreto e baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra.

O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de dezembro de 1901. — REI. — *Luiz Augusto Pimentel Pinto*.

Regulamento das informações

Artigo 1.º O modelo das informações annuaes será o que vae junto a este regulamento, devendo na sua escripturação observar-se as seguintes regras:

1.ª Nas notas biographicas escrever se-ha apenas o que diga respeito ao periodo decorrido desde 1 de janeiro do anno a que se refere a informação e que tenha sido escripturado no seu registo de matricula ou no seu registo disciplinar;

2.^a A resposta aos quatro primeiros quesitos da informação, que constituem condições essenciaes para a promoção, será dada com as palavras *sim* ou *não*; a resposta aos outros quesitos, sem que fique obrigada a uma formula tão positiva, deverá no entanto ser concisa e terminante;

3.^a No juizo privativo desenvolver-se hão, quando seja necessario, as respostas dadas aos quesitos propostos, e, além d'isso, o chefe procurará descrever o informado com a mais escrupulosa clareza e exactidão, quer como militar, quer como cidadão, não deixando de referir se ás suas qualidades moraes e capacidade intellectual, e bem assim a quaesquer factos que lhe digam respeito e de que tenha conhecimento, ou elles devam exaltar ou deprimir o conceito a formar do individuo que os tenha praticado.

O chefe indicará também qualquer especialidade militar para que o informado tenha maior aptidão, e concluirá sempre por declarar se o julga, ou não, em condições de ser promovido ao posto immediato.

Art. 2.^o As informações annuaes serão referidas a 31 de dezembro e elaborar-se-hão a respeito de todos os officiaes, aspirantes a official, sargentos ajudantes ou primeiros sargentos, seja qual fôr a sua situação n'essa data.

Art. 3.^o As informações annuaes serão archivadas na 1.^a Repartição da Direcção geral da secretaria da guerra. A tabella junta a este regulamento indica quaes as estações officiaes que devem remettel-as.

Art. 4.^o A respeito de cada official prestarão informação annual todos os chefes, dos designados na tabella a que se refere o artigo anterior, sob cujas ordens o official se encontra por virtude de nomeação que conste da ordem do exercito.

Art. 5.^o A respeito de cada aspirante a official, sargento ajudante ou primeiro sargento prestará informação o commandante da unidade em que se escripture o seu registo de matricula.

Art. 6.^o Na secretaria do corpo ou estabelecimento onde se escripturem os registos de matricula dos individuos de que tenha de haver informação, preencher-se-hão nos dizeres da frente tantos exemplares, em duplicado, da folha modelo A, relativa a cada official, quantos os chefes que d'elle devam informar nos termos do art. 4.^o, e um exemplar, em duplicado, da folha relativa a cada um dos aspirantes a official, sargentos ajudantes ou primeiros sargentos.

Este trabalho deve estar concluido até ao dia 5 de janeiro.

§ unico. Nas ilhas adjacentes, e para os individuos cujos registos de matricula ahi não sejam escripturados, as notas biographicas das informações serão extrahidas das notas de assentos que devem existir nos commandos militares.

Art. 7.^o Immediatamente depois de escripturadas as folhas de informação, nos termos do artigo anterior, será um exemplar, em duplicado, de cada uma d'ellas entregue ou remetido aos chefes que tenham de preench-las no verso.

Art. 8.^o Os chefes que recebem as folhas de informação lançarão n'ellas as respostas aos quesitos, e providenciarão por forma que até 10 de janeiro esteja em poder dos informados uma das respectivas folhas.

Art. 9.^o O official, aspirante a official ou sargento, logo que receba a sua folha de informação annual, assignará a declaração de ter tomado conhecimento d'ella e devolv-a-ha sem demora á auctoridade que lh'a tiver remettido.

Art. 10.^o O official, aspirante a official ou sargento, que até 15 de janeiro não tenha recebido a sua folha de informação, deverá, accusando essa falta, sollicita-la do chefe informante, pelas vias competentes.

§ unico. A falta de cumprimento do disposto no presente artigo invalida o direito de reclamação e o poder allegar-se, em qualquer época, desconhecimento da respectiva informação.

Art. 11.^o Devolvidas que sejam as folhas de informação, os chefes preencherão no verso o juizo privativo e organizarão os duplicados, que devem ser guardados confidencialmente durante tres annos na secretaria do corpo ou estabelecimento onde o informado tenha o seu registo de matricula.

§ unico. Os chefes dos estabelecimentos ou commissões que, enviando directamente ao Ministerio da guerra as folhas de informações dos officiaes sob suas ordens, tenham também de enviar os duplicados para o archivo do corpo ou estabelecimento em que esses officiaes se achem matriculados, providenciarão por forma que em seu poder fiquem igualmente copias authenticas das informações que houverem prestado, as quaes serão conservadas confidencialmente durante tres annos.

Art. 12.º As informações dos individuos que se achem em serviço em Ministerios estranhos ao da guerra serão organisadas pela fôrma prescripta n'este regulamento, sendo as notas biographicas extrahidas dos respectivos registos de matricula ou, na falta d'estas, dos documentos de transferencia do informado.

Art. 12.º O chefe, a quem até 20 de janeiro não tenha sido devolvida a folha enviada a algum dos informados, instará pela remessa e, se esta se não effectuar até á data em que as informações têm de ser expedidas, mandará preencher uma nova folha, que seguirá para o Ministerio da guerra e onde se fará menção de haver sido cumprido o que dispõe o presente artigo.

§ unico. A falta de devolução, em tempo competente, da folha de informação recebida, além do procedimento a que immediatamente possa dar lugar, invalida o direito de reclamação e o poder allegar-se, em qualquer época, desconhecimento da respectiva informação.

Art. 13.º As informações annuaes devem dar entrada no Ministerio da guerra até ás seguintes datas:

1 de fevereiro — as que sejam prestadas no continente;

20 de fevereiro — as vindas das ilhas adjacentes;

1 de junho — as vindas do ultramar.

Art. 14.º Nas unidades activas de tropas, os capitães formularão por escripto informações, conforme o modelo B junto a este regulamento, dos aspirantes a official e sargentos das suas companhias, esquadrões ou baterias; os commandantes de grupo ou de batalhão informarão dos officiaes da respectiva unidade, e nas informações prestadas pelos capitães declararão conformar-se com ellas ou escreverão o seu juízo; o tenente-coronel informará dos officiaes do estado maior do regimento, e conformar se-ha ou escreverá o seu juízo nas prestadas pelos commandantes de grupo ou de batalhão e pelos capitães; o ajudante informará dos sargentos ajudantes;

Estas informações serão presentes ao commandante até 5 de janeiro e por este conservadas confidencialmente durante um anno.

Art. 15.º Como regra, todo o chefe deve ouvir, a respeito de cada subordinado, o juízo que d'elle formam os officiaes que, no mesmo serviço, desempenham funções intermediarias ás do informante e informado.

Art. 16.º Todo o chefe, a quem sejam enviadas para seguir para estação superior informações prestadas por officiaes seus subordinados, deverá apreciar-as, e, quando com ellas se não conforme, formulará tambem o seu juízo a respeito do informado.

Art. 17.º Sempre que um official, aspirante a official, sargento ajudante ou primeiro sargento mude de collocação, por fôrma que em novo corpo ou estabelecimento passe a ser escripturado o seu registo de matricula, com os documentos de transferencia será enviada a respectiva informação (modelo A), relativa ao periodo decorrido de 1 de janeiro até á data da transferencia. Esta informação não será presente ao informado.

§ unico. Se posteriormente á data da transferencia, e até que receba guia, o official ou praça de pret prestar serviço que aproveite para promoção, esse tempo será liquidado em dias e mencionado na guia de marcha, a fim de lhe ser levado em conta.

Art. 18.º Sempre que um official mude de commissão, por fôrma que outro passe a ser o chefe que d'elle tem de informar, mas sem que mude a estação onde se escripture o seu registo de matricula, ao novo chefe será enviada pelo antigo a respectiva informação (modelo B), e relativa ao periodo decorrido desde 1 de janeiro até á data em que o official receber guia para o seu novo destino.

Art. 19.º Todo o chefe, dos designados na tabella junta a este regulamento, sob cujas ordens qualquer official, aspirante a official, sargento ajudante ou primeiro sargento sirva eventualmente durante um praso de tempo superior a um mez, deverá, quando esse official ou praça de pret termine o serviço, enviar d'elle informação (modelo B) ao commandante ou chefe de quem o informado depende.

Art. 20.º Todo o chefe, dos designados na tabella junta a este regulamento, que em 31 de dezembro tenha eventualmente sob suas ordens, desde um periodo de tempo superior a dois mezes, algum individuo de quem outro chefe deva informar, enviará n'essa data, ex-officio, ao chefe do corpo ou estabelecimento onde seja escripturado o registo de matricula d'esse individuo a informação (modelo B) que lhe diga respeito.

Art. 21.º O militar que tiver por menos justo ou exacto qualquer dos dizeres da sua informação annual poderá reclamar dentro do praso de tres dias, contados a partir d'aquelle em que a tiver recebido.

O militar que queira usar d'este direito assim o tornará expresso na folha de informação, quando declare ter tomado d'ella conhecimento, indicando qual o dizer de que reclama.

Art. 22.º A reclamação será dirigida por escripto, e pelas vias competentes, junto com a folha de informação, ao chefe informante, que resolverá como fôr de justiça, dentro do praso de tres dias contados a partir d'aquelle em que houver recebido a reclamação.

Art. 23.º Se o chefe não julgar procedente a reclamação, e o informado se não conformar com essa decisão, poderá, dentro do praso de tres dias, formular nova reclamação á qual juntará quaesquer documentos que sirvam para fundamenta-la.

Esta reclamação será pelo chefe informante enviada, seguindo as vias competentes, ao presidente do Conselho superior de promoções, acompanhada de um relatorio em que o chefe exponha as razões que o levaram a não attender a primitiva reclamação, e de quaesquer documentos que o chefe entenda servirem para justificar o seu modo de proceder.

Art. 24.º As reclamações sobre informações annuaes, em que o reclamante ou o reclamado tenha a patente de official-general, serão resolvidas em unica instancia pelo Ministro da guerra.

Art. 25.º Na 1.ª Repartição da Direcção geral da secretaria da guerra proceder-se ha á revisão de todas as folhas de informação, sendo separadas em grupos distinctos aquellas em que se dê alguma das seguintes circumstancias:

1.ª Discordancia entre as respostas aos quesitos e as considerações feitas no juizo privativo, ou entre as informações ou juizo privativo e as notas biographicas;

2.ª Discordancia entre as informações prestadas por differentes chefes a respeito de um mesmo official;

3.ª Resposta desfavoravel a respeito de qualquer dos quesitos;

4.ª Declaração de que o informado é merecedor de alguma especial recompensa.

Art. 26.º As folhas de informação, separadas nos termos do artigo anterior, serão re-mettidas ao presidente do Conselho superior de promoções, para serem submettidas á apreciação do Conselho.

§ unico. A remessa das informações terá logar em duas épocas: até 1 de março as do continente e ilhas; e até 20 de junho as recebidas do ultramar.

Art. 27.º Ao Conselho superior de promoções serão tambem enviadas pelo Ministerio da guerra relações dos officiaes que se achem preteridos ou inhibidos de promoção por más informações anteriores, e juntamente as folhas de informação annual que lhes digam respeito.

Art. 28.º O Conselho superior de promoções, constituido nos termos do art. 95.º da carta de lei de 12 de junho de 1901, funcionará junto da secretaria d'estado dos negocios da guerra, sendo a esta immediatamente subordinado.

§ 1.º O general mais graduado ou antigo será o presidente, e de secretario, sem voto, servirá o chefe da 1.ª Repartição da Direcção geral da secretaria da guerra, a cargo do qual estará o archivo do Conselho.

§ 2.º Os membros do Conselho serão nomeados de entre os officiaes-generaes que tenham a sua residencia na capital.

§ 3.º No caso de impedimento legal e temporario de algum dos membros do Conselho, o Ministerio da guerra nomeará o official que o deve substituir.

Art. 29.º Não pode intervir das deliberações que o Conselho tenha de tomar a respeito de qualquer militar:

1.º O que fôr seu parente até ao 4.º grau por direito civil, por consanguinidade ou affinidade;

2.º O que d'elle tiver prestado informação, ou a seu respeito tiver formulado qualquer documento que para a decisão o Conselho tenha de apreciar.

Art. 30.º Dado o caso de impedimento eventual ou accidental de algum dos membros do Conselho, pôde este funcionar com os quatro restantes. Nas deliberações que em taes circumstancias haja de tomar, o presidente tem voto de qualidade.

Art. 31.º São attribuições do Conselho superior de promoções:

1.º Resolver em ultima instancia as reclamações apresentadas ácerca das informações annuaes e em que o reclamado ou reclamante não seja official-general;

2.º Proceder ao exame das informações annuaes que lhe sejam enviadas pelo Ministerio da guerra;

3.º Consultar sobre as propostas de promoção por distincção;

4.º Resolver a situação a dar aos officiaes que tenham sido preteridos por estarem pri-
sioneiros de guerra;

5.º Resolver os recursos apresentados sobre materia de promoção;

6.º Consultar sobre qualquer assumpto que diga respeito a promoção e que pelo Mi-
nisterio da guerra seja mandado submeter ao seu exame.

Art. 32.º Nos casos a que se referem os n.ºs 1.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do artigo anterior,
o presidente designará, de entre os vogaes qual deva ser o relator, e sobre a discussão
do trabalho que este apresentar formulará o Conselho um parecer, que por todos será as-
signado, e a que terão de juntar declaração de voto aquelles que se assignem vencidos.

Art. 33.º O trabalho a que se refere o n.º 2.º do art. 31.º será pelo presidente re-
partido entre os diferentes membros do Conselho, e, quando findo, sobre elle será elabo-
rado um relatorio por todos assignado, e ao qual serão appensas as declarações de voto
que, a respeito de alguma deliberação tomada, qualquer membro do Conselho entenda
dever apresentar.

Art. 34.º Para o fim de que trata o n.º 1.º do art. 31.º, o Conselho reunirá no dia 15
de janeiro, ou no immediato se este fôr feriado, e até 15 de fevereiro deverão, quanto
possivel, estar resolvidos os processos de reclamação.

Art. 35.º Para o fim de que trata o n.º 2.º do art. 31.º, o presidente convocará o
Conselho logo que pela secretaria da guerra lhe sejam enviadas as informações, e a se-
guir reunirá diariamente até que apresente o relatorio d'esse trabalho.

Art. 36.º Para a resolução dos restantes assumptos que podem ser commettidos ao
seu exame, o Conselho reunirá a convocação do presidente, sempre que este receba qual-
quer processo.

Art. 37.º O Conselho, na resolução dos assumptos que tiver de estudar, pôde recor-
rer a quaesquer meios de informação que em seu prudente arbitrio julgue necessario.

§ 1.º As informações que hajam de ser prestadas por auctoridades dependentes do
Ministerio da guerra serão directamente solicitadas pelo presidente do Conselho ou por
qualquer dos vogaes relatores.

§ 2.º As informações que hajam de ser prestadas por entidades dependentes de Mi-
nisterio estranho ao de guerra serão a este solicitadas pelo presidente do Conselho supe-
rior de promoções.

Art. 38.º O Conselho superior de promoções proferirá sobre as reclamações uma de-
cisão, sem recurso, e em que, além de resolver de uma fôrma cathgorica o assumpto
controvertido, declarará se do respectivo processo deve derivar qualquer procedimento
contra o informado ou contra o informante.

Art. 39.º O Conselho superior de promoções, tendo recebido as folhas de informação
em que se dê algumas das circumstancias previstas no art. 25.º, procederá da fôrma
seguinte:

a) Com respeito ás do 1.º grupo, decidirá se existe motivo para alterar a resposta a
algum dos quesitos que importam essencialmente para a promoção, o que, no caso affir-
mativo, se notificará ao interessado.

O Conselho verificará se ao chefe informante deve pedir-se a responsabilidade pelos
desacordos que se notem na informação;

b) Com respeito ás do 2.º grupo, fixará qual a informação que do official deve ficar
subsistindo para os devidos effeitos, e igualmente verificará se a algum dos informantes
deve exigir-se a responsabilidade pela inexactidão das suas declarações;

c) Com respeito ás do 3.º grupo, separará aquellas em que se apontem factos que
aconselhem a tomar contra os informados qualquer procedimento além das consequencias
forçadas da má informação;

d) Com respeito ás do 4.º grupo, separará aquellas que digam respeito a individuos,
que tambem no entender do Conselho mereçam alguma recompensa especial.

Art. 40.º O Conselho superior de promoções formulará seguidamente as seguintes
relações:

1.ª Dos officiaes que, por terem má informação ácerca da sua aptidão physica, hão-
de ser presentes á Junta antes de serem promovidos.

2.ª Dos officiaes que, por terem má informação ácerca do seu comportamento militar
ou civil ou da sua competencia profissional, hajam de ser transferidos de corpo ou de
commissão.

Art. 41.º O Conselho superior de promoções, confrontando as relações a que se refere o artigo 40.º com as relações analogas dos annos anteriores, formulará mais as seguintes:

1.ª Dos officiaes que, por falta de aptidão physica declarada nas informações de tres annos posteriores á ultima promoção, não possam ser novamente promovidos sem consulta favoravel de uma Junta hospitalar.

2.ª Dos officiaes que, por terem má informação ácerca do seu comportamento militar ou civil ou da sua competencia profissional em dois annos posteriores á ultima promoção, não possam ser novamente promovidos sem consulta favoravel do Conselho.

3.ª Dos officiaes que, por terem má informação ácerca do seu comportamento militar ou civil ou da sua competencia profissional em tres annos posteriores á ultima promoção ou nos dois annos ultimos, não possam ser promovidos ao posto immediato.

Art. 42.º Com respeito aos officiaes incluídos na relação 2.ª a que se refere o artigo anterior, o Conselho indicará desde logo quaes os que não podem ser promovidos durante o anno, ou quaes poderão vir a sel-o se até á data em que lhes competir promoção não merecerem mau conceito ao chefe sob cujas ordens sirvam. Com respeito a estes ultimos officiaes, o Ministerio da guerra, com a antecendencia necessaria, solicitará informação d'elles, e no caso d'ella não ser de todo favoravel, pedirá ao Conselho superior de promoções a sua definitiva consulta sobre os direitos do official a promoção.

Art. 43.º Em face dos documentos a que se refere o artigo 27.º, o Conselho decidirá quaes os officiaes que continuam inhibidos de promoção, quaes os que adquiriram direito a ella, quaes devam ser presentes ao Conselho superior de disciplina, ou, finalmente, devam ser reformados, tudo nos termos dos artigos 82.º e 84.º e seus paragraphos da carta de lei de 12 de junho de 1901.

Art. 44.º O Conselho superior de promoções, finda a revisão das folhas de informação, que em cada uma das épocas a que se refere o § unico do artigo 26.º lhe tenham sido enviadas, elaborará um relatorio do seu trabalho, no qual deverá indicar:

1.º Quaesquer chefes a quem deva pedir-se responsabilidade pela inexactidão com que hajam informado dos seus subordinados;

2.º Quaesquer individuos contra os quaes entenda deva haver algum procedimento além das consequencias forçadas de má informação;

3.º Quaesquer individuos a quem deva ser conferida alguma especial recompensa.

Estes pareceres serão individuaes e fundamentados.

Art. 45.º Os relatorios a que se refere o artigo anterior serão presentes ao Ministro da guerra, respectivamente até 15 de março e 30 de junho, acompanhados de todas as relações que o Conselho tem de formular nos termos do presente regulamento.

Art. 46.º Nas transferências realizadas por virtude do disposto no § unico dos artigos 24.º e 33.º da carta de lei de 12 de junho de 1901 se declarará *por motivo de informação*.

Art. 47.º As consequencias determinadas pelo exame das informações annuaes tornam-se effectivas depois da data em que o Conselho superior de promoções tenha apresentado o respectivo relatorio, mantendo-se todos os seus efeitos até á apresentação de analogo relatorio do Conselho no anno seguinte.

Art. 48.º Toda a correspondencia relativa a informações terá a nota de confidencial.

Art. 49.º (transitorio). Enquanto não decorrer o periodo de tempo sufficiente para que existam as relações dos annos anteriores, de que trata o art. 41.º, o Conselho superior de promoções ajuizará pelas apreciações que se contenham nas folhas de informação do antigo modelo.

Pago, em 7 de dezembro de 1901. — *Luiz Augusto Pimentel Pinto.*

Tabella das estações officiaes que têm de remetter as informações annuaes, chefes que têm de prestar informações e a respeito de quaes dos seus subordinados

Estações que remetem as informações	Chefes que prestam informação	Individuos de quem os chefes informam
	Ministro da guerra.	Officiaes-generaes directamente subordinados ao Ministerio da guerra. Chefe da Repartição do gabinete. Ajudante de campo.
	Director geral da secretaria da guerra.	Chefes de Repartição da Direcção geral. Ajudante de campo. Directores de estabelecimentos militares ou presidentes de Comissões, commandantes militares ou chefes de Repartições, directamente subordinados ao Ministerio da guerra e que não sejam officiaes generaes.
	Chefes da Repartição do gabinete e da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Repartições da Direcção geral.	Pessoal das Repartições.
	Chefe da 5.ª Repartição.	Pessoal da Repartição — Chefes das secções dependentes da Repartição.
	Chefe da 6.ª Repartição.	Pessoal da Repartição — Directores dos estabelecimentos do serviço de saúde — Commandante da companhia da saúde.
Secretaria da casa militar de El-Rei.	Chefe da casa militar de El-Rei.	Officiaes da casa militar de Suas Magestades e Altezas (effectivos). Ajudante de campo (sendo official do exercito).
Commandos das divisões militares territoriaes.	Commandante.	Officiaes-generaes sob suas ordens. Commandantes de brigada. Chefes do estado maior. Ajudantes de campo. Inspectores ou chefes de serviço junto dos commandos. Pessoal da fiscalização junto dos commandos. Commandantes das unidades activas não constituídas em brigada. Pessoal permanente dos Conselhos de guerra. Directores ou commandantes de estabelecimentos dependentes do commando. Officiaes superiores residentes na área do commando, que n'elle se achem por estarem de licença illimitada, em disponibilidade ou em inactividade temporaria.
	Commandantes de brigada.	Pessoal do respectivo quartel-general. Commandantes das unidades activas e de reserva.
	Chefe do estado maior da divisão.	Pessoal das Repartições do quartel-general. Officiaes residentes na área do commando, que n'elle se achem apresentados por estarem de licença illimitada, em disponibilidade ou em inactividade temporaria, e que não sejam officiaes superiores.

Estações que remetem as informações	Chefes que prestam informação	Indivíduos de quem os chefes informam
Commandos das divisões militares territoriaes.	Governadores de praças.	Pessoal dos Governos. Commandantes das unidades activas aquarteladas na praça. Directores de estabelecimentos subordinados á praça.
	Commandantes das unidades activas e de reserva.	Pessoal das respectivas unidades.
	Chefes de serviço, directores ou commandantes de estabelecimentos exclusivamente subordinados ao quartel-general.	Pessoal dos respectivos serviços ou estabelecimentos.
Governo do campo entrincheirado de Lisboa.	Governador.	Commandantes dos sectores de defesa. Inspectores dos serviços de engenharia e artilharia. Official de serviço do estado maior. Ajudantes de campo. Medicos. Capellão.
	Commandantes de sectores.	Commandantes de serviço. Commandantes dos grupos de artilharia ou companhias de engenharia aquartelados no respectivo sector, e almoxarifes sob suas ordens.
	Inspectores ou commandantes de serviço.	Pessoal das respectivas Inspecções ou serviços.
	Commandantes das unidades activas.	Pessoal das respectivas unidades.
Commandos militares das ilhas.	Commandante militar.	Pessoal do commando. Commandantes das unidades activas e de reserva. Officiaes residentes na área do commando, que n'elle se achem apresentados por estarem na disponibilidade, de licença illimitada ou na inactividade temporaria.
	Commandantes das unidades activas e de reserva.	Pessoal da respectiva unidade.
Direcções geraes dos serviços das armas ou de serviços do estado maior.	Director geral.	Chefes de Repartição da Direcção geral. Ajudante de campo. Directores ou commandantes de estabelecimento, inspectores ou chefes de serviço dependentes da Direcção. Officiaes superiores dos estados maiores sem commissão. Commandantes das unidades da respectiva arma.
	Chefe do estado maior da Direcção geral.	Pessoal das Repartições, com excepção dos chefes. Pessoal das secções. Officiaes dos estados maiores sem commissão, que não sejam officiaes superiores.

Estações que remetem as informações	Chefes que prestam informação	Indivíduos de quem os chefes informam
Direcções geraes dos serviços das armas ou de serviço do estado maior.	Directores ou commandantes de estabelecimento, inspectores ou chefes de serviço dependentes da Direcção geral.	Pessoal dos respectivos estabelecimentos ou serviços.
Secretaria de comissões, Conselhos, serviços, Repartições ou estabelecimentos directamente subordinados ao Ministerio da guerra.	Présidentes das Comissões ou Conselhos, chefes de serviço ou Repartição, commandantes ou directores dos estabelecimentos.	Pessoal das respectivas Comissões, Conselhos, serviços, Repartições ou estabelecimentos.
Commando geral das guardas municipaes	Commandante.	Pessoal da respectiva guarda.
Commando geral da guarda fiscal.	Commandante.	Pessoal da respectiva guarda.

MODELO A

(Formato: 0^m,22 × 0^m,32)*...
Anno de...

Folha de Informação relativa ao periodo decorrido de 1 de janeiro a ... de ...

Posto... Nome...

Notas biographicas

Data do nascimento	Data do assentamento de praça	Data do posto actual	Estado
... de ... de de ... de de ... de ...	
Campanhas e ferimentos.....			
Serviços extraordinarios.....			
Louvres.....			
Premios e condecorações			
Castigos		Natureza da falta	Pena imposta

Tempo de serviço, licenças ou inactividade

Numero de dias de permanencia, no posto actual, durante o anno (a)	
Numero de dias de serviço effectivo nas tropas durante o anno, que aproveita para promoção ao posto immediato (b)	
Numero de dias de inactividade temporaria durante o anno (c)	
Numero de dias de inactividade temporaria durante o anno, no posto actual (d)	
Numero de dias de licença registada durante o anno	
Numero de dias de licença da Junta durante o anno	
Numero de dias de licença illimitada durante o anno	

(a) Vide artigos 27.º, 28.º, 30.º, 53.º e 56.º

(b) Vide artigos 29.º, 30.º, 37.º, 42.º, 50.º, 53.º, 61.º, 62.º e 64.º

(c) Vide artigo 81.º

(d) Vide artigo 22.º

* Corpo ou estabelecimento, escripto a tinta preta.

Informações

Quesitos	Respostas
Tem aptidão physica?	
Tem bom comportamento militar?	
Tem bom comportamento civil?	
Tem competencia profissional?	
Como desempenha as funções de commando?	
Procura augmentar a sua instrucção?	
E' dedicado pelo serviço?	
E' zeloso na fiscalisação dos interesses da fazenda?	

Declaro que tomei conhecimento do que consta da presente folha de informação...

... de ... de ...

Juízo privativo

... de ... de ...

MODELO B

(Formato: 0^m,22 × 0^m,32)

... (a)

... (b)

... (c)

Informação do ... (d)

... (e)

Quesitos	Respostas
Tem aptidão physica?	
Tem bom comportamento militar?	
Tem bom comportamento civil?	
Tem competencia profissional?	
Como desempenha as funções do commando?	
Procura augmentar a sua instrução?	
E' dedicado pelo serviço?	
E' zeloso na fiscalisação dos interesses da fazenda?	
Outras informações.	

... de ... de ...

O commandante
F...

- (a) Corpo ou estabelecimento, escripto a tinta preta.
 (b) Grupo ou batalhão.
 (c) Bateria, esquadrão ou companhia.
 (d) Posto.
 (e) Nome.

Luiz Augusto Pimentel Pinto.

Está conforme. — O director geral, *João Gualberto Ribeiro de Almeida*, general de divisão.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, conforme está determinado em nota á tabella A da Portaria régia de 2 de outubro de 1895, deve aos officiaes do exercito do reino, com os vencimentos da referida tabella, em serviço no Zambeze, ser feito o abono do augmento de 25 por cento sobre o soldo emquanto alli permanecerem em serviço, sendo esta despesa classificada no art. 63.^o da tabella da despesa ordinaria d'essa provincia; o que n'esta data se communica igualmente á Repartição superior de fazenda d'essa provincia.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 9 de janeiro de 1902.
 — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito)

Determinando o regulamento provisório da fiscalisação e cobrança do imposto do alcool e das aguardentes nas provincias de Angola e Moçambique, approvado por decreto com força de lei de 23 de dezembro do anno findo, quaes as funções de fiscalisação que nos districtos das ditas provincias competem aos respectivos Governadores, e não existindo funcionario especial com esta denominação no districto de Loanda: hei por bem

ordenar que, n'este districto, o inspector de fazenda desempenhe as funcções que pelo alludido regulamento são attribuidas aos Governadores dos districtos.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 9 de janeiro de 1902 =REL.= *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diário do Governo n.º 10)

Sendo de urgente necessidade tornar effectivas, por meio de preceitos regulamentares, as disposições do n.º 15.º do art. 50.º da carta de lei de 28 de maio de 1896, a fim de evitar a propagação das bexigas, que estão fazendo innumeradas victimas no elemento indigena das provincias ultramarinas: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar o seguinte:

1.º Nos hospitaes militares, delegações de saude e ambulancias haverá duas sessões vaccinicas por semana;

2.º Os facultativos encarregados da vaccinação terão todo o cuidado de crear e conservar fontes abundantes e puras de vaccina, utilizando como vacciniferos, emquanto as circumstancias não permittirem o uso exclusivo da vaccina animal, as creanças pelo menos de quatro mezes e os adultos são e robustos não vaccinados;

a) Quando a vaccina tenha perdido a sua virulencia ou por qualquer motivo se extinga, será requisitada immediatamente nova vaccina aos Governadores;

3.º Os facultativos encarregados do serviço de saude dos corpos e destacamentos militares deverão vaccinar e revaccinar todos os recrutas e soldados e renovar a operação, n'aquelles em que o resultado fôr negativo, tantas vezes quantas o julguem necessario;

4.º Os agricultores, commerciantes, companhias e todos os que tenham ao seu serviço indigenas, contractados ou não, serão obrigados a faze-los vaccinar e revaccinar;

5.º É creada no laboratorio bacteriologico do hospital de Loanda uma secção vaccinogenica para a cultura, colheita e conservação da vaccina animal, destinada ao serviço vaccinico das provincias de Angola e S. Thomé e Príncipe.

a) A vaccina fornecida a S. Thomé e Príncipe será debitada a esta provincia pela sua importancia;

b) A vaccina animal poderá ser fornecida ás corporações administrativas, associações de beneficencia e individuos que a requisitarem, mediante um preço minimo fixado pelo Governador da provincia.

6.º É creado o serviço de vaccina ambulante em todas as provincias ultramarinas para a vaccinação dos indigenas nos seus bairros ou povoações.

7.º O itinerario e os centros de vaccinação serão marcados previamente, tendo em vista a densidade da população e a distancia que os vaccinandos devem percorrer, e serão annunciados com a necessaria antecedencia, para que d'elles todos possam ter conhecimento;

8.º O serviço de vaccina ambulante será desempenhado pelos delegados de saude dentro dos seus districtos sanitarios, sem prejuizo das funcções que mais especialmente lhes incumbem, e por facultativos dos quadros, nomeados designadamente para esse fim, nas povoações mais distantes.

a) Os internos dos hospitaes poderão ser encarregados do serviço de vaccina ambulante;

b) Os missionarios, depois de convenientemente instruidos, tambem poderão ser encarregados do serviço de vaccina ambulante dentro da área das suas respectivas jurisdicções;

9.º As auctoridades administrativas acompanharão os facultativos vaccinadores dentro das suas circumscripções para lhes prestarem todo o auxilio de que careçam para o bom desempenho da sua importante missão;

10.º As despesas com o serviço de vaccina ambulante sairão das verbas consignadas nos orçamentos das provincias ultramarinas para transportes e despesas eventuaes, emquanto para esse fim se não inscreverem verbas especiaes;

11.º As auctoridades administrativas e sanitarias terão como muito recommendada a execução permanente d'esta Portaria, e os Governadores e chefes de saude informarão mensalmente a Direcção geral do ultramar do modo como ella se cumpre, dando parte

do numero de individuos vaccinnados em cada sessão vaccinica, dos resultados obtidos, da vaccina empregada e de tudo mais que se relacione com o assumpto que tão directamente interessa á riqueza e desenvolvimento das colonias.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica aos Governadores das provincias ultramarinas e do districto autonomo de Timor, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 14 de janeiro de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diário do Governo n.º 58).

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que em vista de resolução superior e solicitações do Governo britannico, fica ainda tolerado, durante o presente anno, o uso do «Codigo internacional de signaes» da marinha mercante, anteriormente em vigor.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 14 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 5)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a quem foi presente o officio de v. ex.^a, n.º 1:184, de 12 de dezembro ultimo, encarrega-me de comunicar a v. ex.^a que, por seu despacho de 13 do corrente mez, autorisou o abono da gratificação de 15\$000 réis mensaes a cada um dos dois chefes das delegações da Administração militar, sendo officiaes da provincia, considerando-se transferida para a secção 2.^a do artigo 37.º a verba de 360\$000 réis, consignada na secção 4.^a do artigo 1.º das tabellas em vigor para gratificar os chefes de secções da Repartição da Administração militar, isto até que entre em execução n'essa provincia o decreto de 14 de novembro ultimo, depois do que, aos officiaes e praças da guarnição só podem ser feitos os abonos a que tenham direito por effeito das disposições do citado decreto, ou por outras posteriormente determinadas, cessando por completo quaesquer outros abonos que se lhes estejam fazendo.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 15 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

(Boletim official de Angola, n.º 8).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio n.º 1:169, de 12 de dezembro ultimo, que, por seu despacho de 13 do corrente mez, determinou que aos facultativos do quadro de saude d'essa provincia fôsse feito o abono de subsidio para quartel no mesmo caso em que é feito aos officiaes da guarnição da provincia, em harmonia com o disposto no artigo 27.º da carta de lei de 28 de maio de 1897 e até que ahi entre em execução o decreto de 14 de novembro ultimo; devendo desde então cessar para todos o referido abono.

A despesa a fazer deverá ser classificada no artigo 38.º da tabella por conta da verba — Subsidio para renda de casás.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 16 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

(Boletim official de Angola, n.º 8).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Pelo cofre d'essa provincia oram pagas no mez de julho do corrente anno a empregados da Repartição de fazenda e da alfandega gratificações por serviços extraordinarios fóra das horas do expediente, sem se attender ao disposto no § unico do art. 46.^o do decreto de 24 de dezembro de 1885 quanto ao limite da gratificação a abonar, dando em resultado que esses empregados receberam quantias muito superiores ás que poderiam ter recebido.

S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a quem foram presentes esses documentos, resolveu, por seu despacho de 13 do corrente mez, que de futuro apenas se abonem gratificações extraordinarias aos empregados das diversas Repartições, quando os serviços ou trabalhos a executar não sejam obrigatorios das Repartições a que pertençam, devendo em tal caso a gratificação ser arbitrada por v. ex.^a, sem que, comtudo, pôssa exceder a metade do ordenado do funcionario: o que o mesmo ex.^{mo} sr. me incumbe de comunicar a v. ex.^a para os devidos effeitos.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, 16 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia da Guiné = O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Inédito).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.^o 524, de 9 de dezembro ultimo, que, segundo o § 2.^o do art. 11.^o da Convenção universal, as unicas correspondencias isentas de franquia por meio de sellos postaes são as relativas ao expediente dos correios, e bem assim que as correspondencias officiaes só por motivos urgentes deverão aproveitar os serviços dos paquetes estrangeiros, procedendo-se, n'este caso, em harmonia com o que se acha determinado na Convenção de Washington.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 20 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Inédito)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.^o 504, de 28 de novembro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que, em vista das informações prestadas e de accordo com o parecer de v. ex.^a, dada a applicação e destino especial do alcool importado pela agencia da *Western Telegraph Company* em S. Vicente, pôde v. ex.^a auctorisar a respectiva alfandega a conceder a importação livre de direitos, até ao limite maximo de 100 kilos por anno, citada a disposição do art. 21.^o do contracto de 1872, ao alcool importado pela referida agencia, e sobre declaração d'ella, em cada despacho, de que é destinado ao funcionamento e conservação dos aparelhos da estação telegraphica.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de janeiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director Geral, *F. F. Dias-Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.^o 5)

Sua Magestade El-rei, conformando-se com o parecer da Commissão superior technica de obras publicas do ultramar: ha por bem approvar o projecto da 1.^a e 2.^a secções do caminho de ferro de Benguela, desde o Lobito até ao monte Sahoá, na extensão de cerca de 60 kilometros, e o programma de concurso para a sua construcção por empreitada; devendo-se, porém, proceder com a possivel brevidade aos estudos de uma variante entre os kilometros 15 a 21 da 2.^a secção.

Outrosim, ha por bem Sua Magestade El-rei ordenar, dando cumprimento á carta de lei de 19 de agosto de 1899, que, pela Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, se abra desde já o concurso para a referida empreitada.

Paço, em 23 de janeiro de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do Governo n.^o 20)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo algumas Direcções d'obras publicas das provincias ultramarinas manifestado em varios documentos uma interpretação menos exacta das «Instrucções para a adjudicação d'obras publicas e fornecimentos de materiaes» approvadas pela Portaria de 20 d'outubro de 1900, suppondo que esta Portaria impõe a execução por empreitada de todas as obras de importancia, orçada ou prevista, superior a 5:000\$000 réis, o que acarreta muitas vezes graves transtornos á rapida execução d'essas obras, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de chamar a atenção de v. ex.^a para o § 2.^o do art. 27.^o do «plano de organização dos serviços d'obras publicas nas provincias ultramarinas» approved pelo decreto de 20 de agosto de 1892, que bem claramente preconiza o systema de construcção por empreitadas sempre que isso seja possivel e conveniente, sem, comtudo, tornar obrigatoria a sua adopção.

Assim, não podendo a Portaria de 20 de outubro de 1900 derogar a doutrina do decreto de 20 de agosto de 1892, o art. 1.^o da parte I das instrucções, a que a mesma Portaria se refere, apenas torna obrigatorio o concurso publico para as obras que se tiver resolvido construir por empreitada de preferencia a fazel-as por administração.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 28 de janeiro de 1902.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*,

(Boletim official de Cabo Verde n.º 8)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de comunicar a v. ex.^a, em harmonia com o despacho de s. ex.^o o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, de 28 do corrente mez, que o mesmo ex.^{mo} sr. resolveu, em vista das considerações feitas por v. ex.^a em seu officio, n.º 470, de 13 de novembro ultimo, que aos Governadores dos districtos das provincias ultramarinas, quando chamados á sede dos Governos das mesmas provincias pelos Governadores geraes, fôsse abonada a ajuda de custo diaria de 3\$000 réis em relação aos dias que permanecessem fóra dos seus districtos.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, 30 de janeiro de 1902.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral de Moçambique.—O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*,

(Inédito).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo sido presente a s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar o officio da Repartição superior de fazenda d'esse districto autonomo, n.º 19, de 3 de dezembro ultimo, enviando copia da nota de serviço, n.º 862, que lhe foi dirigida pelo secretario d'esse Governo, na qual se comunica ter v. ex.^a determinado o abono da gratificação mensal de 5\$000 réis aos officiaes do exercito do reino ahi em serviço com os vencimentos da circular do Ministerio da guerra, na qualidade de juizes territoriaes, por accumularem essas funcções com as de commandantes militares, encarrega-me o mesmo ex.^{mo} sr. de comunicar a v. ex.^a que deve cessar immediatamente semelhante abono, que não póde ser accumulado, nem com os vencimentos da citada circular, nem com os da tabella A, em vista do disposto no art.º 16.^o do decreto de 24 de agosto de 1901, pois a excepção do § unico d'este artigo só tem logar com referencia aos officiaes que, percebendo aquelles vencimentos, sejam nomeados expressamente para o desempenho de outras commissões no ultramar a que correspondam gratificações especiaes; o que o mesmo ex.^{mo} sr. manda igualmente communicar á referida Repartição superior de fazenda para seu conhecimento.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 30 de janeiro de 1902.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador do districto autonomo de Timor.—O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito).

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo sido presente a s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negócios da marinha e ultramar o officio d'essa Repartição, n.º 1:024, de 20 de dezembro ultimo, e bem assim os documentos que o acompanharam, resolveu o mesmo ex.^{mo} sr., por seu despacho de 28 do corrente mez, se lhe communicasse que, estando todo o serviço de administração de fazenda militar no ultramar exclusivamente a cargo das Repartições de fazenda militar por effeito do disposto no art. 34.º do decreto regulamentar de 3 d'outubro, cessou por completo a sua intervenção n'esse serviço, excepto quanto ao visto nas ordens de pagamento e titulos de despesa, devendo ser feita entrega de todos os livros da respectiva escripturação ao official a quem está n'essa provincia commettido o mesmo serviço.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 31 de janeiro de 1902. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Inspector de fazenda de Macau. — O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito).

Tendo-se suscitado duvidas sobre a fórma de dar execução ao disposto no art. 27.º do regulamento dos serviços do recrutamento de 24 de dezembro ultimo: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, que as declarações a que se refere o mesmo artigo e que devem ser apresentadas pelos interessados sem exigencia de outros documentos, contenham o nome, sobrenome e appellido dos mancebos, a profissão ou emprego, o estado, data do nascimento, naturalidade, morada, filiação e residencia dos paes, devendo o certificado que, nos termos do referido artigo, o secretario da Comissão do recenseamento é obrigado a passar, ser muito conciso, limitando-se o mesmo funcionario a accusar a recepção das declarações e a mencionar sómente o nome, sobrenome e appellido e a residencia dos declarantes.

Paço, em 31 de janeiro de 1902. = *Luiz Augusto Pimentel Pinto*.

(Diário do Governo n.º 59).

FEVEREIRO

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em officio, n.º 313, de 5 de dezembro ultimo, o inspector de fazenda d'essa provincia enviou a esta Inspeção geral o requerimento de Antonio Felix Pereira, administrador das Communidades do concelho das Ilhas de Gôa, que pede o abono de passagem para o seu filho Antonio Bernardo de Bragança Pereira, que pretende vir estudar no reino um curso de instrucção superior, informando o mesmo funcionario que v. ex.^a, por não considerar o administrador das Communidades ao abrigo das disposições do decreto de 24 de dezembro de 1885, não deferira o pedido e lhe resolvera que requeresse ao Governo de Sua Magestade.

Tendo s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, para a elucidação d'este ponto, mandado informar o processo á Direcção geral do ultramar por seu despacho de 28 do dito mez de dezembro, a mesma Direcção geral informou pela sua 1.^a Repartição, em parecer de 14 de janeiro findo, que o administrador das Communidades, nos termos do regulamento de 30 d'outubro de 1886, é privativo a cada concelho das Velhas Conquistas e da nomeação do Governador geral, em cujas mãos presta juramento, com os vencimentos pagos pelo cofre da Camara agricola, e, nas Novas Conquistas, as funções de administrador das Communidades são desempenhadas pelos administradores dos respectivos concelhos; que não pode haver duvida, com respeito a estes, de que sejam funcionarios administrativos; e que, com respeito aos das Velhas

Conquistas, em vista das attribuições, deveres e direitos que lhes são conferidos pela secção 1.^a do capitulo V do citado regulamento, tambem entende que devem ser considerados funcionarios administrativos.

A' vista d'este parecer, do qual s. ex.^a o Ministro me incumbe de dar conhecimento a v. ex.^a, o mesmo ex.^{mo} Ministro, por seu despacho de 31 do mez findo, deferiu ao pedido, sob a clausula do requerente assignar, previamente, termo de responsabilidade e fiança pela importancia da passagem e pelo cumprimento das condições que, nos termos dos officios da Repartição de contabilidade, n.^{os} 133 e 148, de 17 d'outubro e 29 de dezembro de 1899, lhe terão de ser impostas por v. ex.^a: o que tenho a honra de communica a v. ex.^a para o seu conhecimento e effeitos convenientes.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 1 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da India. — O Inspector geral; *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, por despacho de 29 de janeiro ultimo, determinou que os correios da Praia e S. Vicente fechem malas directas para o Porto, contendo as correspondencias destinadas áquella cidade, e bem assim de rogar a v. ex.^a se digne dar as ordens convenientes sobre o referido assumpto.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 1 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.^o 8.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, por despacho de 29 de janeiro ultimo, determinou que os correios do Ambriz, Loanda, Benguela e Mossamedes fechem malas directas para o Porto contendo as correspondencias destinadas áquella cidade, e bem assim de rogar a v. ex.^a se digne dar as ordens convenientes sobre o referido assumpto.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 1 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official de Angola n.^o 10.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.^o 517, de 20 de dezembro ultimo, no qual pergunta se, a exemplo do que já se praticou com respeito a algumas obras de importancias minimas, póde, de futuro, approvar, por simples despacho, orçamentos de obras nas mesmas condições, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que o facto de se lhe haver indicado no officio, n.^o 633, d'esta Direcção geral, de 31 de outubro findo, ao qual v. ex.^a se refere no seu já citado officio, que não podiam ser dispensados os orçamentos para obras de importancia inferior a 30\$000 réis, não significa por modo algum que as respectivas approvações devam ser dadas por Portaria, tanto mais que similhante pratica só serviria para tolher ou demorar a execução d'essas obras; podendo, portanto, v. ex.^a approvar aquelles orçamentos por simples despacho.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 8 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Inédito.)

(CIRCULAR.)—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se digne providenciar, da fórma que entender mais proficua, para que n'essa provincia seja organizada com o maximo escrupulo uma tabella de todas as estações postaes n'ella existentes, contendo com toda a exactidão o seguinte:—

Nome da estação.

Concelho e districto a que pertence.

Localidade que serve.

Serviços que desempenha.

Se a estação é postal ou telegrapho-postal.

Se é servida por empregados privativos dos correios.

Malas que recebe e expede, por procedencias e destinos.

Distancias entre as estações.

Mais me incumbe o mesmo ex.^{mo} sr. de chamar a particular attenção de v. ex.^a para este importante assumpto dando ordens de execução permanente para que qualquer alteração, que haja no movimento d'este serviço, seja immediatamente communicada a esta secretaria d'estado.

Deus guarde a v. ex.^a.—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de febreiro de 1902.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 10)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarrega-me s. ex.^a o Ministro dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que o Governo de S. M. B. acaba de notificar ao Governo de S. M. F., nos termos e para os effeitos do Acto de Bruxellas, que os diversos territorios do protectorado britannico da Africa oriental, actualmente designados pelos titulos de *Protectorado inglez de Africa central* (anterior Nyassaland), *Protectorado de Zanzibar*, *Protectorado de Africa central* (comprehendendo entre outros districtos os principaes territorios do sultão de Zanzibar, de Vetu e territorios adjacentes, estendendo-se até aos limitados ao norte pelo Kismayu), *Protectorado da Uganda* e *Protectorado de Somaliland*, cada um d'estes diversos territorios está e fica collocado dentro da zona de completa prohibição do commercio de bebidas destilladas, conforme o art. 91.º do Acto geral da Conferencia de Bruxellas.

Deus guarde a v. ex.^a.—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 12 de febreiro de 1902.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Moçambique.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Moçambique n.º 14)

Tendo-se suscitado duvidas sobre se os empregados das Companhias colonias privilegiadas devem ser, ou não, considerados como funcionarios publicos para os effeitos do art. 291.º e outros do Codigo penal;

Considerando que a organização especial das Companhias colonias privilegiadas lhes attribue delegação da soberania, e que os seus empregados exercem funcções fiscaes e administrativas, embora sem a garantia a que se refere o art.º 357.º do Codigo administrativo de 1842, conforme foi resolvido pela régia Portaria de 18 de julho de 1899; mas

Considerando que a funcção do emprego imprime character ao funcionario, e que, por isso, os empregados das Companhias colonias privilegiadas não devem, em hypothese alguma, ficar a coberto das responsabilidades em que possam incorrer no exercicio das funcções publicas dos seus respectivos cargos:

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer da Procuradoria geral da corôa e fazendo: ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, mandar declarar ao Governador geral da provincia de Moçambique, para seu conhecimento e das Estações officiaes competentes, que os empregados das companhias colonias

privilegiadas, não comprehendidos os subditos estrangeiros que, por força do disposto no § 3.º do art. 6.º do decreto com força de lei de 17 de maio de 1897, não podem exercer cargos a que pertençam attribuições fiscaes e administrativas, devem ser considerados empregados publicos para todos os effeitos, designadamente para os do art. 291.º e outros do Codigo penal.

Paço, em 12 de fevereiro de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 53)

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou o Governador da provincia de Cabo Verde ácerca da distribuição que fez das tres novas escolas, creadas para a referida provincia pelo decreto de 24 de agosto do anno findo, que approvou as tabellas de despesa das provincias ultramarinas para o anno economico de 1901-1902, e considerando que o estabelecimento das novas sédes escolares na freguezia de S. Salvador do Mundo, na cidade do Mindello e na villa Maria Pia satisfaz as aspirações e necessidades dos povos que aproveitam das escolas creadas, que foram distribuidas tendo em vista a densidade das mesmas populações: ha por bem, conformando se com o párcer da Junta consultiva do ultramar, conceder a régia approvação á alludida providencia do Governador da provincia de Cabo Verde.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao mesmo Governador para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 12 de fevereiro de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 36)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — De ordem de s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar communico a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 373, de 28 de dezembro ultimo, que o mesmo ex.^{mo} sr., por despacho de 12 do corrente mez, auctorizou a creação do logar de Fiel escriptuario da estação postal de Bolama com o vencimento de 180\$000 réis annuaes, cuja importancia fôra primitivamente destinada para o distribuidor, e bem assim a nomeação de uma praça de pret com a gratificação de 3\$000 réis mensaes para desempenhar o serviço relativo ao cargo de distribuidor.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 14 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia da Guiné. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa.*

(Inédito).

Tendo chegado ao meu conhecimento que na provincia de Satary se déram alguns factos de gravidade excepcional, claramente demonstrativos de que da parte dos individuos que os commetteram ou originaram, residentes não só n'aquella provincia, mas tambem nos concelhos de Sanguém e Sanquelim, havia o firme proposito de attentar mais uma vez contra a tranquillidade publica e segurança do Estado, sobresaltando a população das Novas Conquistas e incitando parte dos seus habitantes a rebellarem-se contra os Poderes constituidos;

Sendo de necessidade impreterivel tomar medidas energicas para a repressão d'estes factos e outros importantes, que com elles se relacionam, por se darem as circumstancias previstas no § 34.º do artigo 145.º da Carta constitucional da monarchia portugueza, e ainda para os effeitos do artigo 283.º do Codigo de justiça militar:

Hei por conveniente, usando da faculdade que me confere o § 2.º do artigo 15.º do Acto adicional á Carta constitucional da monarchia de 5 de julho de 1852, depois de

ouvido o Conselho do Governo e com o seu voto unanime, que julgou urgente o assumpto, declarar suspensas as garantias constitucionaes em todas as provincias e concelhos do territorio das Novas Conquistas.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo geral, em Nova Gôa, 14 de fevereiro de 1902. — O Governador geral, *Edúardo Augusto Rodrigues Galhardo*.

(Boletim official da India n.º 14)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 6, de 9 de janeiro findo, que, nos termos do artigo 377.º do regulamento para os serviços dos correios approved por decreto de 10 de dezembro de 1892, os tomadores dos vales podem ser reembolsados, em qualquer localidade, das quantias representadas pelos mesmos vales, ainda mesmo que estes se tenham extraviado ou perdido.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 15 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Angola n.º 12).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, por seu despacho de hoje, de communicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 27, de 10 de janeiro do corrente anno, que não auctorisa abono algum a quaesquer facultativos que desempenhem o serviço clinico das unidades militares, por isso que tal serviço constitue um dos deveres impostos no artigo 40.º da carta de lei de 28 de maio de 1896 aos facultativos do quadro de saude.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, 15 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Angola n.º 12).

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sendo conveniente que o serviço de contabilidade das obras publicas no ultramar obedeça a principios homogeneos e de fôrma que por parte das Repartições superiores de fazenda do ultramar se possa exercer a devida fiscalisação, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, por seu despacho de 15 do corrente mez, de rogar a v. ex.^a se digne dar as mais terminantes ordens para que sejam rigorosamente cumpridas as disposições dos artigos 165.º a 169.º do decreto regulamentar de 3 d'outubro ultimo, applicaveis ao referido serviço pelo artigo 170.º do mesmo decreto.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, 18 de fevereiro de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 10).

Attendendo ao que me representou a Companhia do Nyassa e tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar: hei por bém, nos termos do n.º 13.º do artigo 21.º do decreto com força de lei de 26 de setembro de 1891, decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo, para ter execução nos territorios sob a administração da Companhia do Nyassa, o regulamento sobre taxas de licenças para estabelecimentos commerciaes e industriaes e exercicio de diferentes profissões, que baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de fevereiro de 1902.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Regulamento sobre taxas de licenças para estabelecimentos commerciaes e industriaes, e exercicio de certas profissões, nos territorios sob a administração da Companhia do Nyassa

Artigo 1.º Nos territorios da Companhia do Nyassa o individuo que pretender commerciar, ou exercer qualquer das profissões mencionadas na tabella annexa, deverá requerer licença á auctoridade administrativa competente, indicando no requerimento a localidade onde pretende exercer o commercio ou profissão, e bem assim a natureza do commercio ou profissão.

§ unico. Em seguida á entrada do requerimento na Repartição competente, a auctoridade administrativa mandará proceder a investigação sobre a idoneidade do requerente, e segundo o juizo que d'elle formar assim concederá ou negará a licença pedida.

Art. 2.º As taxas a cobrar serão as indicadas na tabella annexa que faz parte integrante d'este regulamento.

§ 1.º As taxas serão devidas por todos os individuos ou firmas sociaes que exercerem as profissões ou tiverem os estabelecimentos commerciaes ou industriaes indicados na tabella, e quaesquer que sejam as nacionalidades d'esses individuos e a localidade, dentro dos territorios da Companhia, onde elles exerçam as respectivas profissões ou tenham os seus estabelecimentos.

§ 2.º Das taxas a pagar pelos guarda-livros e caixeiros são responsaveis os patrões ou os seus representantes.

Art. 3.º As taxas estabelecidas serão devidas tanto pelos estabelecimentos principaes, como pelas suas filiaes ou succursaes, conforme a ordem de classificação das terras a que pertençam esses estabelecimentos.

§ unico. Para os effeitos d'este artigo deverá sempre a auctoridade que tiver de conceder as licenças regular-se pela ultima classificação das terras, feita pelo Governo dos territorios e publicada no Boletim da Companhia, visto essa classificação poder ser alterada conforme a importancia que, porventura, essas terras possam attingir.

Art. 4.º Aos estabelecimentos que na circumscripção de qualquer terra de 2.ª ou 3.ª ordem estiverem situados fóra de locais especialmente determinados e destinados para povoações, e onde não haja a fiscalisação immediata da auctoridade da Companhia, será imposta a taxa correspondente á ordem de classificação immediatamente superior.

§ unico. Nas circumscripções de qualquer terra de 1.ª ordem a taxa será sempre a mesma.

Art. 5.º Nos territorios da Companhia nenhum estabelecimento poderá vender, sem licença especial, armas, pólvora, dynamite e bebidas cafreaes, por grosso ou a retalho, nos termos dos regulamentos approvedos pelo Governo em conformidade da base 30.ª para a administração dos territorios da Companhia.

Art. 6.º Em Porto Amelia e até á distancia de 5 kilometros da povoação, é prohibido o fabrico e venda de bebidas cafreaes; fóra d'essa área serão exigidas as taxas indicadas para o concelho do Ibo.

§ unico. Todo o individuo que, dentro da área em que esta venda é prohibida, vender ou fornecer bebidas cafreaes a qualquer pessoa, pagará 20\$000 réis de multa, e em caso de reincidencia será punido como desobediente ás ordens da auctoridade administrativa no exercicio das suas funções.

Art. 7.º Aos individuos que tiverem tirado licença para negociantes ambulantes

nos territorios poderão ser conferidas senhas até ao numero de tres para distribuírem por igual numero de agentes ou caixeiros volantes, pagando por cada uma 25\$000 réis.

§ unico. Também estes negociantes e seus caixeiros precisam de licença especial para a venda de polvora, armas, dynamite e bebidas cafreas por grosso ou a retalho.

Art. 8.º O individuo que commerciar ou exercer qualquer das profissões mencionadas na tabella annexa, sem estar munido da competente licença, ficará sujeito á multa não inferior a 50 por cento da taxa annual marcada para a sua classe, não podendo essa quantia ser inferior a 5\$000 réis, sendo obrigado a tirar a licença respectiva.

Art. 9.º Os individuos que se recusarem a apresentar tal licença ou senha ficarão sujeitos á multa de 5\$000 réis, quando prövem que tiraram essa licença. Não produzindo essa prova, ficam sujeitos á multa fixada no artigo 8.º

Art. 10.º Fóra das povoações regulares qualquer funcionario civil ou militar da Companhia é competente para exigir a apresentação da respectiva licença ou senha aos individuos que exercerem qualquer ramo de commercio ou qualquer das industrias e profissões mencionadas na tabella annexa.

§ unico. Nas sédes dos concelhos a apresentação das licenças só poderá ser exigida pelos chefes da respectiva circumscripção ou por qualquer auctoridade policial.

Art. 11.º O funcionario da Companhia que entender existir motivo para imposição de qualquer multa fará a competente participação ao chefe da circumscripção local, e essa auctoridade, tomando o respectivo termo se a participação fôr verbal, fará intimar o arguido para, dentro do praso de vinte e quatro horas, dizer por escripto, o que se lhe offerecer ácerca da arguição, e só no fim d'este praso, tenha ou não havido resposta, imporá a multa, se a julgar justificada.

§ unico. Se fôr o proprio chefe da circumscripção quem primeiro tenha conhecimento da infracção, lavrará logo o respectivo termo e proseguirá nos demais tramites.

Art. 12.º No caso de não ser paga a multa, será applicado o disposto no regulamento dos processos para imposição de multas por transgressão, approved por decreto de 17 de outubro de 1899 publicado no Boletim da Companhia n.º 9.

Art. 13.º O disposto n'este regulamento revoga o determinado no regulamento n.º 4, de 3 de novembro de 1897, approved por Portaria régia da mesma data.

Art. 14.º (transitorio). Em Porto Amelia todas as licenças tiradas até doze mezes depois da publicação do presente regulamento terão o abatimento de 20 por cento nas taxas respectivas, não podendo, porém, ser inferiores ás indicadas para a villa do Ibo.

§ unico. Exceptuam se das disposições d'este artigo as licenças que se destinarem á venda de polvora, armas, munições e dynamite.

Art. 15.º A concessão de licença a que se refere o n.º 41 da tabella não prejudica o direito concedido á Companhia pela ultima parte do n.º 6.º do artigo 21.º do decreto de concessão.

Paço, em 20 de fevereiro de 1902.—Antonio Teixeira de Souza.

TABELLA

Classes	Qualidade das licenças	Terras de 1.ª ordem					
		Em Porto Amélia			No Ibo		
		1 anno	6 mezes	3 mezes	1 anno	6 mezes	3 mezes
1.ª	Estabelecimento geral, podendo vender qualquer artigo por grosso ou a retalho, com excepção de bebidas cafreaes, polvora, dynamite, etc. e bebidas alcoolicas a copo	225\$000	135\$000	81\$000	180\$000	100\$000	60\$000
2.ª	Idem de bebidas por grosso ou a retalho, exceptuando bebidas cafreaes, com faculdade de vender viveres, ferragens, tintas, quinquilherias e perfumarias	180\$000	108\$000	67\$500	160\$000	90\$000	50\$000
3.ª	Armazem de bebidas por grosso, exceptuando bebidas cafreaes, com faculdade de vender viveres	162\$000	90\$000	63\$000	120\$000	70\$000	40\$900
4.ª	Loja para venda de fazendas e viveres a retalho, podendo vender ferragens, tintas, quinquilherias e semelhantes	162\$000	90\$000	63\$000	120\$000	70\$000	40\$000
5.ª	Idem para venda de fazendas a retalho, ferragens, tintas, quinquilherias e semelhantes	135\$000	81\$000	45\$000	100\$000	60\$000	40\$000
6.ª	Idem para venda de bebidas cafreaes por grosso	- \$-	- \$-	- \$-	25\$000	15\$000	10\$000
7.ª	Idem, idem, a retalho	- \$-	- \$-	- \$-	50\$000	30\$000	20\$000
8.ª	Estabelecimento para fabrico de sabão ou de outros quaesquer productos extrahidos de materias oleoginosas	180\$000	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-
9.ª	Fabricantes de olcos empregados na alimentação ou illuminação	5\$400	3\$240	1\$710	4\$500	3\$000	1\$600
10.ª	Estabelecimento para a venda a retalho de oleos empregados na illuminação e alimentação	8\$100	4\$500	2\$700	6\$000	3\$500	2\$000
11.ª	Idem para a venda a retalho de lenha, carvão e outros combustiveis empregados no uso do mestico, podendo vender petroleo a retalho	8\$100	4\$500	2\$700	6\$000	3\$500	2\$000
12.ª	Idem para fabrico exclusivo de gelo	18\$000	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-
13.ª	Caixeiros viajantes com pacotilha para venda ou especuladores comprando generos para exportarem	- \$-	- \$-	81\$000	- \$-	- \$-	- \$-
14.ª	Venda de polvora, armas e cartuchos	45\$000	- \$-	- \$-	45\$000	- \$-	- \$-
15.ª	Importação e venda de dynamite	162\$000	- \$-	- \$-	162\$000	- \$-	- \$-
16.ª	Negociantes ambulantes no interior	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000
-	Caixeiro do negociante ambulante, cada um	22\$500	- \$-	- \$-	22\$500	- \$-	- \$-
17.ª	Vendedores ambulantes nas povoações, vendendo fazendas, quinquilherias e artigos de capella e fancaria	36\$000	22\$500	16\$200	25\$000	18\$000	10\$000
18.ª	Vendedores ambulantes nas povoações, vendendo pelas ruas os artigos vulgarmente chamados bazar, especificados na classe 19.ª	7\$200	4\$500	2\$700	5\$000	3\$000	1\$800
19.ª	Os que em sua casa ou em locandas venderem pão, mucates, peixe frito, fructas, côcos, hortaliças, canudos ou cigarros e tudo o mais que vulgarmente se chama bazar	10\$800	8\$100	4\$500	9\$000	5\$000	3\$000
20.ª	Negociantes de perolas, ambar, pedras preciosas não lapidadas e ouro ou prata não amedada	270\$000	162\$000	90\$000	180\$000	100\$000	60\$000
21.ª	Estabelecimento industrial não especificado n'esta tabella, com excepção do que se destine á fabricação de bebidas alcoolicas destilladas	45\$000	27\$000	16\$200	30\$000	18\$000	10\$000
22.ª	Officinas de carpintaria, serralharia, latoeiro e outras não especificadas n'esta tabella	27\$000	14\$400	8\$100	16\$000	9\$000	5\$000
23.ª	Padaria com ou sem forno	54\$000	36\$000	27\$000	30\$000	20\$000	15\$000
24.ª	Tabacarias, podendo vender quinquilherias, perfumarias e jornaes	36\$000	22\$500	13\$500	- \$-	- \$-	- \$-
25.ª	Talho para a venda de carnes verdes ou artigos de salchicharia	86\$400	45\$000	27\$000	- \$-	- \$-	- \$-
26.ª	Carniceiro ou individuo que abata rezes para vender sem ter estabelecimento proprio	Por cada boi ou porco 500 réis, por cada cabrito ou carneiro 200 réis nas terras de 1.ª ordem.					
27.ª	Compradores de gado bovino, suino, caprino ou ovelhum para revender vivo ou exportar	- \$-	- \$-	27\$000	- \$-	- \$-	27\$000
28.ª	Pharmacias com drogarias ou só estas	180\$000	108\$000	72\$000	100\$000	60\$000	35\$000
29.ª	Estancias ou armazens de venda de madeiras ou artigos de construcção	54\$000	36\$000	18\$000	- \$-	- \$-	- \$-
30.ª	Empresarios ou directores de theatres, circos ou quaesquer outros divertimentos publicos	108\$000	72\$000	45\$000	- \$-	- \$-	- \$-
31.ª	Por qualquer espectaculo extraordinario dado por amadores e quando as entradas sejam pagas, com excepção dos que forem em beneficio dos pobres, estabelecimentos pios ou em auxilio de qualquer obra de interesse publico — 12\$000 réis	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-
32.ª	Empresario de carros, carroças ou outros quaesquer vehiculos para alugar, puchados por animaes cu á mão, por cada um	2\$160	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-	- \$-
33.ª	Hoteis com bar e uma mesa de bilhar	180\$000	99\$000	54\$000	- \$-	- \$-	- \$-
34.ª	Idem com casa de hospedes sem bar nem bilhar	135\$000	72\$000	40\$500	- \$-	- \$-	- \$-

TABELLA

	Terras de 1. ^a ordem						Terras de 2. ^a ordem			Terras de 3. ^a ordem		
	Em Porto Amélia			No Ibo			1 anno	6 mezes	3 mezes	1 anno	6 mezes	3 mezes
	1 anno	6 mezes	3 mezes	1 anno	6 mezes	3 mezes						
grossos ou a retalho, com excessão alcoholicas a copo	225\$000	135\$000	81\$000	180\$000	100\$000	60\$000	100\$000	60\$000	35\$000	70\$000	40\$000	25\$000
afreacs, com faculdade de vender	180\$000	108\$000	67\$500	160\$000	90\$000	50\$000	90\$000	50\$000	30\$000	60\$000	35\$000	20\$000
, com faculdade de vender vi-	162\$000	90\$000	63\$000	120\$000	70\$000	40\$900	70\$000	40\$000	25\$000	50\$000	30\$000	20\$000
vender ferragems, tintas, quinquilherias e similhantes	162\$000	90\$000	63\$000	120\$000	70\$000	40\$000	70\$000	40\$000	25\$000	50\$000	30\$000	20\$000
.	135\$000	81\$000	45\$000	100\$000	60\$000	40\$000	60\$000	40\$000	25\$000	50\$000	30\$000	20\$000
.	- \$ -	- \$ -	- \$ -	25\$000	15\$000	10\$000	20\$000	12\$000	8\$000	20\$000	12\$000	8\$000
.	- \$ -	- \$ -	- \$ -	50\$000	30\$000	20\$000	40\$000	25\$000	20\$000	40\$000	25\$000	20\$000
productos extrahidos de mate-	180\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
ção	5\$400	3\$240	1\$710	4\$500	3\$000	1\$600	3\$000	- \$ -	- \$ -	3\$000	- \$ -	- \$ -
na illuminação e alimentação	8\$100	4\$500	2\$700	6\$000	3\$500	2\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
ustiveis empregados no uso do	8\$100	4\$500	2\$700	6\$000	3\$500	2\$000	5\$000	- \$ -	- \$ -	5\$000	- \$ -	- \$ -
.	18\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
res comprando generos para ex-	- \$ -	- \$ -	81\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	90\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
.	45\$000	- \$ -	- \$ -	45\$000	- \$ -	- \$ -	45\$000	- \$ -	- \$ -	45\$000	- \$ -	- \$ -
.	162\$000	- \$ -	- \$ -	162\$000	- \$ -	- \$ -	162\$000	- \$ -	- \$ -	162\$000	- \$ -	- \$ -
.	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000
.	22\$500	- \$ -	- \$ -	22\$500	- \$ -	- \$ -	22\$500	- \$ -	- \$ -	22\$500	- \$ -	- \$ -
quinquilherias e artigos de capella	36\$000	22\$500	16\$200	25\$000	18\$000	10\$000	25\$000	18\$000	10\$000	25\$000	18\$000	10\$000
s artigos vulgarmente chamados	7\$200	4\$500	2\$700	5\$000	3\$000	1\$800	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
peixe frito, fructas, côcos, horta-	10\$800	8\$100	4\$500	9\$000	5\$000	3\$000	5\$000	3\$000	1\$800	5\$000	3\$000	1\$800
se chama bazar	270\$000	162\$000	90\$000	180\$000	100\$000	60\$000	180\$000	100\$000	60\$000	180\$000	100\$000	60\$000
e ouro ou prata não amedada	45\$000	27\$000	16\$200	30\$000	18\$000	10\$000	30\$000	18\$000	10\$000	30\$000	18\$000	10\$000
m excepção do que se destine á	27\$000	14\$400	8\$100	16\$000	9\$000	5\$000	16\$000	9\$000	5\$000	16\$000	9\$000	5\$000
pecificadas n'esta tabella	54\$000	36\$000	27\$000	30\$000	20\$000	15\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
naes	36\$000	22\$500	13\$500	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
ria	86\$400	45\$000	27\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
estabelecimento proprio	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
Por cada boi ou porco 500 réis, por cada cabrito ou carneiro 200 réis nas terras de 1. ^a ordem.	- \$ -	- \$ -	27\$000	- \$ -	- \$ -	27\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
a revender vivo ou exportar	180\$000	108\$000	72\$000	100\$000	60\$000	35\$000	60\$000	35\$000	20\$000	60\$000	35\$000	20\$000
onstrucção	54\$000	36\$000	18\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
outros divertimentos publicos	108\$000	72\$000	45\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
quando as entradas sejam pa-	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
estabelecimentos pios ou em	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
is	2\$160	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
para alugar, puchados por ani-	180\$000	99\$000	54\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
.	135\$000	72\$000	40\$500	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
s freguezesinhos e licores	108\$000	58\$500	36\$000	65\$000	40\$000	30\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -
.	- \$ -	- \$ -	- \$ -	100\$000	75\$000	40\$000	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -	- \$ -

13.	Caixeiros viajantes com pequenas mercadorias para portarem	-	-	81\$000	-	-	-	-	90\$000	-	-
14.	Venda de pólvora, armas e cartuchos	45\$000	-	-	45\$000	-	-	-	45\$000	-	-
15.	Importação e venda de dynamite	162\$000	-	-	162\$000	-	-	-	162\$000	-	-
16.	Negociantes ambulantes no interior	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000	-	90\$300	54\$002	36\$000
17.	Caixeiro do negociante ambulante, cada um	22\$500	-	-	22\$500	-	-	-	22\$500	-	-
18.	Vendedores ambulantes nas povoações, vendendo fazendas, quinquilherias e artigos de capella e fancia	36\$000	22\$500	16\$200	25\$000	18\$000	10\$000	25\$000	18\$000	10\$000	-
19.	Vendedores ambulantes nas povoações, vendendo pelas ruas os artigos vulgarmente chamados <i>bazar</i> , especificados na classe 19. ^a	7\$200	4\$500	2\$700	5\$000	3\$000	1\$800	-	-	-	-
20.	Os que em sua casa ou em locandas venderem pão, mucates, peixe frito, fructas, côcos, hortaliças, canudos ou cigarros e tudo o mais que vulgarmente se chama <i>bazar</i>	10\$800	8\$100	4\$500	9\$000	5\$000	3\$000	5\$000	3\$000	1\$800	-
21.	Negociantes de perolas, ambar, pedras preciosas não lapidadas e ouro ou prata não amedada. Estabelecimento industrial não especificado n'esta tabella, com excepção do que se destine á fabricação de bebidas alcoolicas destilladas	270\$000	162\$000	90\$000	180\$000	100\$000	60\$000	180\$000	100\$000	60\$000	-
22.	Officinas de carpintaria, serralharia, latoeiro e outras não especificadas n'esta tabella	45\$000	27\$000	16\$200	30\$000	18\$000	10\$000	30\$000	18\$000	10\$000	-
23.	Padaria com ou sem forno	27\$000	14\$400	8\$100	16\$000	9\$000	5\$000	16\$000	9\$000	5\$000	-
24.	Tabacarias, podendo vender quinquilherias, perfumarias e jornaes	54\$000	36\$000	27\$000	30\$000	20\$000	15\$000	-	-	-	-
25.	Tabacarias, podendo vender quinquilherias, perfumarias e jornaes	36\$000	22\$500	13\$500	-	-	-	-	-	-	-
26.	Talho para a venda de carnes verdes ou artigos de salchicharia	86\$400	45\$000	27\$000	-	-	-	-	-	-	-
27.	Carniceiro ou individuo que abata rezes para vender sem ter estabelecimento proprio	Por cada boi ou porco 500 réis, por cada cabrito ou carneiro 200 réis nas terras de 1. ^a ordem.							-	-	-
28.	Compradores de gado bovino, suino, caprino ou ovelhum para revender vivo ou exportar	-	-	27\$000	-	-	27\$000	-	-	-	-
29.	Pharmacias com drogarias ou só estas	180\$000	108\$000	72\$000	100\$000	60\$000	35\$000	60\$000	35\$000	20\$000	-
30.	Estancias ou armazens de venda de madeiras ou artigos de construcção	54\$000	36\$000	18\$000	-	-	-	-	-	-	-
31.	Empresarios ou directores de theatros, circos ou quaesquer outros divertimentos publicos	108\$000	72\$000	45\$000	-	-	-	-	-	-	-
32.	Por qualquer espectaculo extraordinario dado por amadores e quando as entradas sejam pagas, com excepção dos que forem em beneficio dos pobres, estabelecimentos pios ou em auxilio de qualquer obra de interesse publico — 12\$000 réis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33.	Empresario de carros, carroças ou outros quaesquer vehiculos para alugar, puchados por animaes cu á mão, por cada um	2\$160	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34.	Hoteis com <i>bar</i> e uma mesa de bilhar	180\$000	99\$000	54\$000	-	-	-	-	-	-	-
35.	Idem com casa de hospedes sem <i>bar</i> nem bilhar	135\$000	72\$000	40\$500	-	-	-	-	-	-	-
36.	Restaurantes ou casas de pasto com faculdade de fornecer aos freguezes vinhos e licores	108\$000	58\$500	36\$000	65\$000	40\$000	30\$000	-	-	-	-
37.	<i>Bar</i> podendo ter um bilhar	216\$000	117\$000	67\$500	130\$000	75\$000	40\$000	-	-	-	-
38.	Idem com dois bilhares	252\$000	135\$000	72\$000	-	-	-	-	-	-	-
39.	(Cada bilhar a mais — 5\$400 réis.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40.	Estabelecimento para venda exclusiva de cerveja ou bebidas gazosas	108\$000	63\$000	36\$000	-	-	-	-	-	-	-
41.	Idem ou <i>bar</i> servido por camareiras	162\$000	90\$000	54\$000	-	-	-	-	-	-	-
42.	Kiosques para venda de jornaes, tabacos, perfumarias e quinquilherias	21\$600	11\$700	6\$300	-	-	-	-	-	-	-
43.	Bancos ou agencias bancarias	540\$000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44.	Lojas de cambio e corretores	180\$000	108\$000	72\$000	-	-	-	-	-	-	-
45.	Agentes ou gerentes commerciaes	54\$000	36\$000	27\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000	30\$000	20\$000	-
46.	Guarda-livros	36\$000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
47.	Caixeiros de escriptorio ou de fóra, ou qualquer empregado que não seja agente ou guarda-livros	18\$000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
48.	Caixeiros de balcão	5\$400	-	-	3\$600	-	-	-	1\$800	-	-
49.	Medico exercendo clinica sem pertencer ao quadro de saude da Companhia	90\$000	58\$500	56\$000	40\$000	25\$000	15\$000	-	-	-	-
50.	Advogados, solicitadores, agronomos ou despachantes, officialmente auctorisados	54\$000	36\$000	27\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000	30\$000	20\$000	-
51.	Traductores ajuramentados	10\$800	5\$850	3\$600	6\$500	4\$000	2\$500	-	-	-	-
52.	Sapateiro ou correieiro com estabelecimento	18\$000	10\$800	7\$200	-	-	-	-	-	-	-
53.	Idem sem estabelecimento	9\$000	5\$400	5\$600	-	-	-	-	-	-	-
54.	Alfaiates com loja de fazendas	27\$000	18\$000	13\$500	20\$000	15\$000	8\$000	-	-	-	-
55.	Idem com ou sem officina e sem loja	13\$500	7\$200	4\$500	8\$000	5\$000	3\$000	-	-	-	-
56.	Barbeiros ou cabelleireiros, com loja e podendo vender perfumarias ou objectos de toilette	54\$000	32\$400	18\$000	-	-	-	-	-	-	-
57.	Idem sem estabelecimento	9\$000	5\$400	3\$240	6\$000	3\$600	2\$000	-	-	-	-
58.	Editor responsavel de qualquer jornal	36\$000	-	-	15\$000	-	-	-	-	-	-
59.	Estabelecimento typographico podendo ter lithographia	54\$000	-	-	35\$000	-	-	-	-	-	-
60.	Empreiteiros de construcções, tanto urbanas como navaes (a)	108\$000	63\$000	40\$500	-	-	-	-	-	-	-
61.	Empresarios de pescarias ou mestre de armações para esse fim, com embarcações proprias ou appparelhos fixos e outros (a)	18\$000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
62.	Empresario de cargas e descargas de navios, empregando lanchas suas ou alugadas, por cada lancha (a)	9\$000	-	-	6\$000	-	-	-	-	-	-

(a) As licenças n.º 58 (na parte final) e n.º 59 e 60 serão cobradas pela capitania dos portos, logo que seja dada autonomia a esta Repartição e approvado o respectivo regulamento.

Paço, em 20 de fevereiro de 1902. — Antonio Teixeira de Sousa.

chocolates	45\$000	45\$000	81\$000	45\$000	45\$000	90\$000	45\$000	45\$000	45\$000	45\$000	45\$000	45\$000	45\$000
café	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000	162\$000
café, cada um	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000	54\$000	36\$000	90\$000
café, vendendo fazendas, quinquilherias e artigos de capella	22\$500	—	—	22\$500	—	—	22\$500	—	—	22\$500	—	—	22\$500
café, vendendo pelas ruas os artigos vulgarmente chamados	36\$000	22\$500	16\$200	25\$000	18\$000	10\$000	25\$000	18\$000	10\$000	25\$000	18\$000	10\$000	25\$000
café, 19.º	7\$200	4\$500	2\$700	5\$000	3\$000	1\$800	—	—	—	—	—	—	—
café, venderem pão, mucates, peixe frito, fructas, côcos, hortaliças e o mais que vulgarmente se chama <i>bazar</i>	10\$800	8\$100	4\$500	9\$000	5\$000	3\$000	5\$000	3\$000	1\$800	5\$000	3\$000	1\$800	5\$000
café, pedras preciosas não lapidadas e ouro ou prata não amedada, especificado n'esta tabella, com excepção do que se destine á fabrica de destilladas	270\$000	162\$000	90\$000	180\$000	100\$000	60\$000	180\$000	100\$000	60\$000	180\$000	100\$000	60\$000	180\$000
café, cas destilladas	45\$000	27\$000	16\$200	30\$000	18\$000	10\$000	30\$000	18\$000	10\$000	30\$000	18\$000	10\$000	30\$000
café, laticios e outras não especificadas n'esta tabella	27\$000	14\$400	8\$100	16\$000	9\$000	5\$000	16\$000	9\$000	5\$000	16\$000	9\$000	5\$000	16\$000
café, quinquilherias, perfumarias e jornaes	54\$000	36\$000	27\$000	30\$000	20\$000	15\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, cordões ou artigos de salchicharia	36\$000	22\$500	13\$500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, cordões ou artigos de salchicharia	86\$400	45\$000	27\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, para vender sem ter estabelecimento proprio	Por cada boi ou porco 500 réis, por cada cabrito ou carneiro 200 réis nas terras de 1.ª ordem.												
café, bovino, caprino ou ovelhum para revender vivo ou exportar	—	—	27\$000	—	—	27\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, ó estas	180\$000	108\$000	72\$000	100\$000	60\$000	35\$000	60\$000	35\$000	20\$000	60\$000	35\$000	20\$000	60\$000
café, a de madeiras ou artigos de construcção	54\$000	36\$000	18\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, theatros, circos ou quaesquer outros divertimentos publicos	108\$000	72\$000	45\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, ordinario dado por amadores e quando as entradas sejam para o beneficio dos pobres, estabelecimentos pios ou em interesse publico — 12\$000 réis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, ou outros quaesquer vehiculos para alugar, puchados por animal	2\$160	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, bilhar	180\$000	99\$000	54\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, bar nem bilhar	135\$000	72\$000	40\$500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, com faculdade de fornecer aos freguezes vinhos e licores	108\$000	58\$500	36\$000	65\$000	40\$000	30\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, —	216\$000	117\$000	67\$500	130\$000	75\$000	40\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, —	252\$000	135\$000	72\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, exclusiva de cerveja ou bebidas gazosas	108\$000	63\$000	36\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, viras	162\$000	90\$000	54\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, tabacos, perfumarias e quinquilherias	21\$600	11\$700	6\$300	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	540\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	180\$000	108\$000	72\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	54\$000	36\$000	27\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000
café, —	36\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, pra, ou qualquer empregado que não seja agente ou guarda	18\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	5\$400	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, pertencer ao quadro de saúde da Companhia	90\$000	58\$500	56\$000	40\$000	25\$000	15\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, omos ou despachantes, officialmente auctorizados	54\$000	36\$000	27\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000	30\$000	20\$000	50\$000
café, —	10\$800	5\$850	3\$600	6\$500	4\$000	2\$500	—	—	—	—	—	—	—
café, belecimento	18\$000	10\$800	7\$200	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	9\$000	5\$400	5\$600	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	27\$000	18\$000	13\$500	20\$000	15\$000	8\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, loja	13\$500	7\$200	4\$500	8\$000	5\$000	3\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, loja e podendo vender perfumarias ou objectos de toilette	54\$000	32\$400	18\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, —	9\$000	5\$400	3\$240	6\$000	3\$600	2\$000	—	—	—	—	—	—	—
café, jornal	36\$000	—	—	15\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, podendo ter lithographia	54\$000	—	—	35\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, tanto urbanas como navaes (a)	108\$000	63\$000	40\$500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, entre de armações para esse fim, com embarcações proprias ou	18\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
café, as de navios, empregando lanchas suas ou alugadas, por cada	9\$000	—	—	6\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—

e final) e n.º 59 e 60 serão cobradas pela capitania dos portos, logo que seja dada autonomia a esta Repartição e approved o respectivo regulamento;

le 1902. — Antonio Teixeira de Sousa.

(Diário do Governo n.º 48)

Convindo regular a execução do art. 32.º da carta de lei de 27 de abril ultimo, na parte em que se estatue que o Banco emissor, como compensação dos privilegios concedidos ao mesmo Banco, exercerá gratuitamente as funções de thesoureiro do Estado no ultramar, nas localidades onde tem de estabelecer caixas filiaes e agencias, e achando-se já assignado com o Banco nacional ultramarino o contracto geral conforme as disposições da citada carta de lei e nos termos do art. 76.º da mesma lei:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ficam auctorisados os clavicularios dos cofres geraes das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor, onde, nos termos da carta de lei de 27 de abril de 1901 e contracto celebrado em 30 de novembro do referido anno entre o Governo e o Banco nacional ultramarino, tem este de estabelecer caixas filiaes ou agencias, a fazer entrega aos legitimos representantes do referido Banco nacional ultramarino, nas mesmas provincias e districtos autonomos, do saldo em dinheiro de qualquer especie ou proveniencia, papeis de credito, joias e outros valores existentes nos referidos cofres geraes, procedendo á conferencia do saldo em poder dos thesoureiros geraes com a respectiva escripturação, devendo esta entrega ser authenticada por termo de transição em quadruplicado, ficando um exemplar em poder do Banco, outro na Repartição superior de fazenda da provincia onde se fizer a entrega, outro em poder do thesoureiro geral para juntar á sua conta de responsabilidade que tem de ser presente ao Tribunal de contas, e o quarto para ser enviado á Inspeção geral de fazenda do ultramar.

§ unico. As disposições d'este artigo são extensivas aos clavicularios dos cofres das recebedorias existentes fóra da séde das provincias ultramarinas, em localidades onde o Banco nacional ultramarino tem de estabelecer caixas filiaes ou agencias, excepto quanto aos conhecimentos de cobrança e aos valores sellados, que continuam sob a responsabilidade dos mesmos clavicularios.

Art. 2.º A entrega de que trata o artigo antecedente far-se-ha nas thesourarias geraes ou recebedorias nos prazos designados na clausula 1.ª do contracto de 30 de novembro de 1901.

Art. 3.º Effectuada a entrega do saldo nos termos dos artigos antecedentes, considerar-se hão os clavicularios dos cofres geraes desligados da responsabilidade do cofre, sem prejuizo da que lhes provier da gerencia então terminada, ficando o saldo e o movimento posterior do cofre unicamente a cargo do Banco nacional ultramarino, representado pelas caixas filiaes ou agencias que forem instituidas nos termos da carta de lei de 27 de abril de 1901.

Art. 4.º As entradas de fundos, a realizar nas caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino posteriormente ás datas designadas no art. 2.º, quer provenham de rendimentos publicos, de depósitos ou de operações de thesouraria de conta do thesouro ou de diversos, effectuar-se-hão por meio de guias processadas em duplicado, passadas para as mesmas caixas filiaes ou agencias pela auctoridade competente, conforme a pratica seguida nas Repartições em que tem de ser escripturada a sua importancia e incluída nas tabellás mensaes da cobrança a enviar á Inspeção geral de fazenda do ultramar ou ás Repartições superiores de fazenda das provincias, seguindo-se em tudo os preceitos do regulamento geral da administração de fazenda e da contabilidade publica nas provincias ultramarinas de 3 de outubro de 1901.

Art. 5.º Os thesoureiros e recebedores das alfandegas, nas localidades onde haja caixas filiaes ou agencias do Banco, entregarão diariamente nas mesmas caixas ou agencias o saldo em dinheiro que tenham em seu poder, em conta do Banco nacional ultramarino como thesoureiro do Estado.

Art. 6.º Pelas importancias recebidas e com referencia a cada guia, as caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino passarão recibo de tres talões com numeração especial e seguida, para cada anno economico, entregando um dos talões do recibo ao portador, devendo as mesmas caixas ou agencias, depois de verificado o balanço diario das operações, remetter ás Repartições de fazenda que têm de escripturar as entradas, nas sédes das provincias ao Inspector de fazenda, nos districtos aos escrivães de fazenda, e em relação ao movimento da vespera, os duplicados das guias, acompanhados de uma relação com os recibos e um dos talões passados para se lançar em tabella nas mesmas Repartições a respectiva importancia a debito do Banco nacional ultramarino sob a epigraphe: «Banco nacional ultramarino como thesoureiro do Estado no ultramar, carta de lei de 27 de abril de 1901».

Art. 7.º As saídas de fundos das caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino nas sédes das provincias ultramarinas ou districtos, quer para pagamentos, quer para transferencias, continuarão a ser ordenadas nos termos preceituados no decreto com força de lei de 14 de setembro de 1900 e regulamento geral da fazenda e contabilidade nas provincias ultramarinas de 3 de outubro de 1901, e effectuar-se-hão á vista dos documentos legalmente processados nas Repartições de fazenda civis ou militares e sempre visados os documentos pelo inspector de fazenda e official das mesmas Repartições, ou por quem legalmente os substituir, nas sédes das provincias, e pelos escrivães de fazenda nos districtos.

Além do visto das mencionadas auctoridades, nenhum documento poderá ser pago, sem que seja carimbado com o sello branco das Repartições e sem estarem devidamente preenchidas todas as formalidades que se devam observar, não devendo contêr emenda, rasura ou cousa que duvida faça. Os documentos assim expedidos serão lançados por ordem numerica, averbando-se devidamente os registos das respectivas ordens de pagamento.

§ unico. As deducções e descontos legaes, que constarem dos documentos de que trata o presente artigo, serão escripturados nas respectivas contas das caixas ou agencias do Banco n'uma só verba total, á vista da guia passada pela Repartição de fazenda, devendo, portanto, dar-se saída aos documentos pagos pela sua importancia illiquida.

Art. 8.º As despesas pagas, tanto nas sédes das provincias ultramarinas e nos districtos onde existam caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino, como nos concelhos onde não existam taes estabelecimentos, serão escripturadas pela fórmula prescripta no regulamento geral da administração da fazenda e contabilidade nas provincias ultramarinas, de 3 de outubro de 1901, tendo as caixas filiaes, nas sédes das provincias, as mesmas attribuições e deveres, com relação ao serviço de fazenda, que tinham os thesoureiros geraes.

§ unico. As despesas que hajam de ser pagas fóra da sede das provincias serão satisfeitas pelos recebedores, quando os titulos dos pagamentos obedeçam aos preceitos do decreto regulamentar de 3 de outubro de 1901, cobrando recibo em nome da caixa filial ou agencia do Banco nacional ultramarino na séde da provincia. Estes documentos serão recebidos pela mesma caixa ou agencia, nas passagens de fundos, como dinheiro, quando satisfaçam a todos os requisitos legaes.

Art. 9.º As caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino enviarão, diariamente e com a maior regularidade, ao inspector ou escrivão de fazenda, na séde das provincias ou dos districtos, com relação ao movimento, da vespera, a conta e os documentos de saída, devendo a conta accusar o numero total com a respectiva numeração e a importancia dos documentos remettidos. D'esta entrega o inspector ou escrivão de fazenda passará um recibo por elle assignado, do qual constarão o numero e a importancia dos documentos para resalva provisoria dos agentes do Banco até receberem os avisos de conformidade passados pela Inspeção geral de fazenda do ultramar.

Art. 10.º As caixas filiaes ou agencias do Banco nas sédes das provincias enviarão tambem diariamente ao inspector de fazenda um balancete das entradas e saídas de conta do thesouro, preceituado no regulamento geral da administração de fazenda e contabilidade nas provincias ultramarinas de 3 de outubro de 1901, para os effectos consignados no mesmo regulamento.

Art. 11.º As operações das caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino como thesoureiro do Estado no ultramar, nas sédes das provincias ou districtos, começarão ás dez horas e um quarto da manhã e encerrar-se-hão ás tres horas da tarde.

Art. 12.º O Banco nacional ultramarino enviará á Inspeção geral de fazenda do ultramar, até ao dia 20 de cada mez em relação ao ante-penultimo mez decorrido, uma tabella geral das entradas e saídas de fundos effectuadas nos cofres das caixas filiaes ou agencias das sédes das provincias ou districtos do ultramar, onde, nos termos da carta de lei de 27 de abril ultimo, seja thesoureiro do Estado.

Art. 13.º Dos valores existentes nas thesourarias gerães das provincias ultramarinas ou districtos autonomos, em papel sellado, letras, sellos forenses, formulas de franquia e estampilhas da contribuição industrial, a importancia d'aquelles que, nos termos das clausulas 1.ª e 14.ª do contracto de 30 de novembro de 1901 e do artigo 2.º d'este decreto, devam nas sédes das mesmas provincias e districtos autonomos ser entregues ás respectivas caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino, será debitada ás mesmas

caixas filiaes ou agencias de harmonia com as instrucções formuladas, de accordo com o Banco, pela Inspeção geral de fazenda do ultramar.

As quantias máximas das especies d'esses valores a cargo de cada caixa filial ou agencia, a fórma como hajam de fazer-se a primeira entrega e as posteriores, e as formalidades com que hajam de realizar-se as requisições d'esses valores para o serviço das estações fiscaes ultramarinas, serão reguladas pelas mesmas instrucções.

Art. 14.º Os vales do correio nas sédes das provincias ou districtos serão pagos nas caixas filiaes ou agencias do Banco nacional ultramarino, devendo as mesmas enviar diariamente, em relação ao movimento da vespera, um dos duplicados da relação de que trata o artigo 6.º d'este decreto, ao inspector ou escrivão de fazenda, acompanhado dos vales pagos, para os effeitos de serem escripturados.

Art. 15.º As contas da responsabilidade dos agentes do Banco nacional ultramarino, como thesoureiro do Estado, nas sédes das provincias ou districtos continuarão a ser processadas nas Repartições de fazenda respectivas nos mesmos termos, classificadas e documentadas da mesma fórma, em que o eram as contas dos thesoureiros geraes, remetendo essas contas á Direcção geral do ultramar, dentro dos prazos marcados no regulamento geral da fazenda de 3 de outubro de 1901, para, conforme os preceitos do decreto com força de lei de 14 de setembro de 1900, serem apreciadas, examinadas e subirem a julgamento do Tribunal de contas.

§ unico. Aos agentes do Banco nacional ultramarino, nas localidades em que se estabelecerem caixas filiaes ou agencias do mesmo Banco, nas provincias ultramarinas e districtos autonomos, onde se arrecadem fundos do Estado, são applicaveis as disposições do titulo IX da parte 1.ª do decreto regulamentar de 3 de outubro de 1901.

Art. 16.º Pela Direcção geral do ultramar e Inspeção geral de fazenda serão dadas as instrucções necessarias para a regular execução d'este decreto aos Governadores das provincias ultramarinas e Repartições superiores de fazenda das mesmas provincias onde se instituam caixas ou agencias do Banco ultramarino, nos termos da carta de lei de 27 de abril ultimo.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de fevereiro de 1902.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 48.)

Havendo nas provincias ultramarinas funcionarios que, á data da publicação do decreto de 11 de agosto de 1900, contavam já o tempo de serviço effectivo exigido pela legislação anterior para a concessão de licenças graciosas de seis mezes ou um anno, e outros que, tendo na mesma data mais do que o tempo estabelecido no citado decreto para a licença de seis mezes, não tinham, comtudo, attingido ainda o limite do praso exigido para a licença de anno, e não sendo justo que aquelle diploma se interprete por fórma tão restricta que uns e outros sejam prejudicados nos seus direitos adquiridos: Sua Magestade El-Rei manda declarar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, o seguinte:

1.º Os funcionarios naturaes do continente do reino ou das ilhas adjacentes, que, nos termos da legislação anterior ao decreto de 11 de agosto de 1900, contavam já o tempo de serviço effectivo exigido para a concessão de seis mezes ou um anno de licença graciosas, têm o direito á concessão d'essa licença sem embargo do disposto no art. 6.º d'aquelle decreto;

2.º Os que á data da publicação do dito decreto contavam mais que o tempo de serviço n'elle exigido para a concessão da licença de seis mezes, têm o direito a esta licença, ou á de um anno, nos termos da legislação anterior, se continuarem na effectividade do serviço e completarem o dobro dos prazos estabelecidos no art. 6.º e § 2.º do mesmo decreto.

O que se communica aos Governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 22 de fevereiro de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 45.)

Nos termos e para os efeitos da carta de lei de 27 de abril de 1901 e contracto de 30 de novembro do mesmo anno, hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São approvados os estatutos do Banco nacional ultramarino, que baixam assignados pelos Ministros e secretarios d'estado dos negocios da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria, e pelos quaes o mesmo Banco se ficará regendo sem prejuizo do disposto na carta de lei de 27 de abril de 1901, do contracto de 30 de novembro do mesmo anno e da legislação geral applicavel.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Os mesmos Ministros e secretarios d'estado assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 27 de fevereiro de 1902.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa*—*Manuel Francisco de Vargas*.

Estatutos do «Banco nacional ultramarino»

CAPITULO I

Do Banco em geral e fins da sua criação

Artigo 1.º O Banco nacional ultramarino, creado pela lei de 16 de maio de 1864, tem a sua séde em Lisboa.

§ 1.º O sello do Banco tem por emblema um navio a vapor com a legenda na parte superior «Banco nacional ultramarino», e na inferior «Colonias, commercio, agricultura».

§ 2.º O Banco terá as caixas filiaes e agencias a que é obrigado pela lei de 27 de abril de 1901 e pelo seu contracto com o Governo, de 30 de novembro do mesmo anno, e todas as mais que de futuro lhe convenha estabelecer.

Art. 2.º A duração do Banco é por tempo indeterminado.

Art. 3.º O fim principal do Banco é auxiliar o commercio e as diversas industrias, e promover os melhoramentos materiaes no reino e suas possessões, pelas operações consignadas n'estes estatutos.

CAPITULO II

Do capital social, da sua distribuição e do fundo de reserva

Art. 4.º O capital do Banco, já emitido, de 5.400:000\$000 réis, com que continúa as suas operações, poderá ser elevado até 12.000:000\$000 réis.

§ 1.º N'aquelle capital de 5.400:000\$000 réis comprehendem se 200:000\$000 réis destinados á garantia especial da emissão de obrigações prediaes a que se refere o artigo 50.º da lei de 27 de abril de 1901.

§ 2.º As futuras emissões, até ao preenchimento do capital, serão realisadas á medida que a assembléa geral, sobre proposta da Gerencia, ouvido o Conselho fiscal, o resolver de accordo com o desenvolvimento das transacções do Banco.

§ 3.º As acções de futuras emissões não poderão nunca ser emitidas abaixo do par. Os accionistas terão preferencia na aquisição d'essas acções.

Art. 5.º A Gerencia do Banco, ouvido o Conselho fiscal, applicará os capitaes realisados nas futuras emissões a cada secção dos negocios designados n'estes estatutos, conforme a experiencia lhe fôr indicando.

Art. 6.º Haverá um fundo de reserva formado pelo producto de 5 a 10 por cento dos lucros liquidos annuaes, e por qualquer premio de acções, que o Banco realise no capital, que de futuro emitir.

§ 1.º A deducção destinada ao fundo de reserva poderá cessar desde que este represente a decima parte do capital realisado.

§ 2.º O fundo de reserva servirá para supprir a deficiencia de futuros dividendos, inferiores a 5 por cento, e completar o fundo social quando perdas supervenientes o tenham desfalcado.

CAPITULO III

Das operações de credito bancario

SECÇÃO UNICA

Art. 7.º O Banco nacional ultramarino poderá fazer as seguintes operações bancarias:

1.º Descontar, em geral, por praso não superior a tres mezes:

a) Letras com, pelo menos, duas firmas de inteiro credito e solvabilidade reconhecida;
b) Livranças garantidas com valores nos termos estabelecidos para os empréstimos sobre penhores;

c) Bilhetes e letras do thesouro, letras das estações navaes e funcionarios ultramarinos, umas e outras devidamente auctorisadas;

d) Juros e dividendos de quaesquer titulos de credito.

2.º Comprar e vender:

a) Letras cambiaes;

b) Ouro e prata em moeda e barra;

c) Titulos de credito nacionaes e estrangeiros.

3.º Empréstimo sobre penhores e, em geral, por praso não superior a tres mezes:

a) De ouro, prata, pedras preciosas e titulos de divida publica nacional ou estrangeira. Em ouro e prata, estes empréstimos não poderão exceder 90 por cento do valor real, excluindo qualquer valor estimativo; em pedras preciosas, 50 por cento de avaliações idoneas; em titulos de divida nacional, 90 por cento do valor realiado e cotado em bolsas da metropole ou estrangeiras; em titulos de divida publica estrangeira, 75 por cento do valor cotado e realiado em bolsas nacionaes ou estrangeiras. Em caso nenhum o empréstimo poderá exceder o valor nominal do titulo empenhado;

b) De acções e obrigações liberadas, nacionaes ou estrangeiras, oficialmente cotadas. N'este caso o valor dos empréstimos, nunca excedente ao valor nominal dos titulos, terá como limite superior, em obrigações prediaes ou garantidas pelo Governo, 90 por cento do valor realiado e cotado em bolsas da metropole ou estrangeiras; em acções e obrigações de Bancos, companhias, sociedades e corporações e em titulos estrangeiros, 75 por cento do valor cotado e realiado nas bolsas nacionaes e estrangeiras;

c) De warrants, não podendo a quantia exceder 70 por cento do valor dos titulos;

d) De generos e mercadorias depositadas em armazens seus, geraes ou das alfandegas, e sobre conhecimentos de valores em viagem, garantidos contra risco de mar e fogo, não excedendo o valor das importancias 70 por cento do genero ou mercadoria, conforme os preços correntes locais;

e) De generos agricolas ultramarinos, até 70 por cento do seu valor e com as condições adeante estipuladas ácerca do credito agricola.

4.º Abrir creditos em conta corrente e conceder supprimentos devidamente garantidos, uns e outros, em geral, por praso não superior a tres mezes e com os limites fixados nas alineaes a), b), c), d) e e) do numero anterior;

5.º Conceder creditos em praças estrangeiras e nacionaes por meio de cartas circulatorias ou mandados especiaes;

6.º Auctorisar saques de Bancos e casas bancarias nacionaes ou estrangeiras;

7.º Fazer cobranças, pagamentos e transferencias de fundos e numerario, uns e outros de particulares, e encarregar-se, por conta alheia, tambem de particulares, de quaesquer operações bancarias permittidas por lei;

8.º Receber depositos á ordem ou a praso;

9.º Receber e guardar em deposito, mediante commissão, joias, metaes e objectos preciosos, papeis de credito e quaesquer outros titulos e documentos representativos de valores;

10.º Utilisar creditos em praças nacionaes ou estrangeiras;

11.º Contractar, negociar ou por qualquer modo intervir em empréstimos que Governo e estabelecimentos publicos, devidamente auctorisados, tenham de contrahi

12.º Contractar com as corporações administrativas do ultramar adeantamentos, supprimentos e empréstimos por praso não superior a dois annos e devidamente auctorisados;

13.º Promover a fundação de empresas ou companhias que tomem para si as construcções de caminhos de ferro no ultramar e outras obras publicas, ou auxiliar o Estado

e as companhias que as emprehendam, empréstando-lhes capitães, encarregando-se do pagamento de amortisação e juros de quaesquer acções ou obrigações para esses fins emittidas, ou servindo de intermediario na emissão d'esses titulos, tudo mediante contractos especiaes. Para estas operações não poderá o Banco emprestar dinheiro sem as garantias das alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)* e *e)* do n.º 3.º d'este artigo, nem tomar responsabilidades que envolvam o seu capital. Além d'isso, as operações relativas a empresas e companhias para a construcção de caminhos de ferro, ou os empréstimos de capitães ás mesmas, só podem ser realizados com a auctorisação do Ministro da marinha e ultramar, sob proposta e informação do Governador geral da provincia, provado que seja, por inquerito especial feito ao Banco por determinação d'aquelle Ministro, que o desvio do capital para aquellas operações em nada prejudica a função commercial e agricola do Banco, prevista no contracto de 30 de novembro e na lei de 27 de abril de 1901;

14.º Auxiliar empresas industriaes com empréstimos, quer a praso, quer em conta corrente, garantidos por immoveis, machinas, utensilios ou productos em deposito de qualquer industria até 70 por cento do valor dos productos, dentro dos limites permittidos pela lei de 3 de abril de 1896 e respectivo regulamento.

Art. 8.º Ao Banco é prohibido, além do que se acha estabelecido na lei geral:

- a)* Fazer operações de especulação de bolsa;
- b)* Fazer operações de bolsa que não sejam as da alínea *c)* do n.º 2.º do artigo antecedente, ou as indispensaveis para liquidação de cauções;
- c)* Comprar e vender de conta propria generos de commercio, quando não seja venda por liquidação de outras operações;
- d)* Possuir bens e direitos immobiliarios além dos predios urbanos necesarios para o desempenho das suas funções, salvo para reembolso de creditos, devendo proceder-se n'este caso á liquidação no minimo praso possivel.

CAPITULO IV

Das operações especiaes para o ultramar

SECÇÃO I

Da emissão de notas

Art. 9.º Nos termos da lei de 27 de abril e contracto de 30 de novembro de 1901, o Banco emittirá notas que serão, em regra, de prata ou cobre, não podendo estas ultimas exceder o effectivo d'esta moeda em caixa, e, com auctorisação do Governo, notas de ouro.

§ 1.º As notas de prata poderão ser de 100\$000 réis, 50\$000, 20\$000, 10\$000, 5\$000 e 2\$500; as de cobre, de 2\$000 réis e 1\$000; e as de ouro, havendo-as, de 20, 10 e 5 libras sterlinas.

§ 2.º Nas provincias e districtos autonomos em que a moeda não esteja uniformisada com a da metropole, e emquanto não o estiver, os valores das notas poderão respectivamente ser expressos na moeda local. Do mesmo modo, mas com auctorisação do Governo, poderão na provincia de Moçambique circular notas de prata, cujo valor seja expresso em rupias imperiaes da India.

§ 3.º Salvas as excepções estabelecidas nos paragraphos antecedentes, o regimen fiduciario será uniforme em cada provincia ultramarina.

SECÇÃO II

Do credito agricola

Art. 10.º As operações de credito agricola poderão consistir:

1.º Em empréstimos ao Governo, ás corporações administrativas, a quaesquer estabelecimentos publicos legalmente constituidos, ou a companhias, syndicatos agricolas, empresarios ou empreiteiros e agricultores, quando esses empréstimos sejam destinados á

abertura de estradas necessarias á exploração agricola, fundação de fabricas para manipulação de productos agricolas, arroteamento de terrenos, trabalhos de irrigação, drenagem, exgotamento de pantanos, plantação ou sementeira de arvoredos, ou quaesquer outros trabalhos de beneficiação do solo. Esses empréstimos serão garantidos por hypotheca, penhor sufficiente ou fiança idonea, poderão ser a curto praso ou a praso não excedente a nove annos, e reembolsaveis por annuidades, ou por um só ou mais pagamentos em épocas determinadas;

2.º Em promover quaesquer melhoramentos agricolas, auxiliando a formação de sociedades, companhias ou syndicatos a esse fim destinados;

3.º Em descontar letras ou obrigações de agricultores a curto praso, devidamente garantidas;

4.º Em abrir contas correntes a agricultores, com segurança de hypothecas, ou sobre recibos de deposito, *warrant*, conhecimentos ou outros titulos de valor effectivo;

5.º Em fazer cobranças e pagamentos por conta de agricultores, mediante commissão, e encarregar-se da transferencia de fundos destinados a explorações agricolas;

6.º Em fazer adeantamentos em generos ou dinheiro, para sementeiras e plantações, com as necessarias garantias;

7.º Em fazer empréstimos sobre colheitas pendentes ou nos armazens dos cultivadores;

8.º Em fazer empréstimos sobre gados devidamente seguros e sobre alfaia agricola, constituindo aquelles e esta penhor especial e mercantil, embora depositado em poder do devedor sob sua responsabilidade.

§ unico. Os depositarios de generos, gados e alfaia agricola, dados em penhor de empréstimos agricolas, ficam sujeitos á comminação do art. 453.º do codigo penal portuguez.

Art. 11.º As operações de que trata o artigo antecedente tornar se-hão obrigatorias para o Banco, mediante contracto especial cõn o Governo, em conformidade do disposto na lei de 27 de abril e contracto de 30 de novembro de 1901.

SECÇÃO III

Das operações de credito predial

Art. 12.º Como Banco de credito predial, as suas operações no ultramar serão as seguintes:

1.º Empréstimos sobre hypothecas a longo praso, com amortisação por annuidades, ou a curto praso com ou sem amortisação gradual, excluidas as hypothecas sobre navios;

2.º Empréstimos sobre hypothecas ás corporações administrativas ou outros estabelecimentos publicos devidamente auctorizados, ou a companhias industriaes, comtanto que esses empréstimos tenham por applicação quaesquer trabalhos de beneficiação do solo, e para bemfeitorias agricolas ou melhoramentos industriaes, sendo estes empréstimos com juro convencional e reembolsaveis por annuidades, ou em um só pagamento, ou por pagamentos parciaes em diversas épocas;

3.º Empréstimos, como os de que trata o numero antecedente, a corporações administrativas ou a outros estabelecimentos publicos, sem hypotheca especial, mas só em virtude de disposição legal que auctorisae a consignação de rendimento ou imposto certo e determinado ao integral pagamento d'esses empréstimos;

4.º Emissão e negociação de titulos de obrigações prediaes ou letras hypothecarias;

5.º Emissão e negociação de titulos de obrigações especiaes, representativas dos empréstimos de que trata o n.º 3.º;

6.º Arrecadação ou deposito de dinheiro em conta corrente, á vista ou a praso, com vencimento de juro ou sem elle, podendo esse dinheiro, bem como parte dos fundos disponiveis ou fluctuantes, ser temporaria ou provisoriamente empregados em adeantamentos sobre obrigações prediaes, fundos publicos ou outros de reconhecido credito e de facil e prompta realisação;

7.º Contractos com companhias de seguros ou com Bancos e outros estabelecimentos de credito, a fim de facilitar e baratear para os proprietarios o seguro dos prédios hypothecados.

Art. 13.º Os empréstimos sobre hypotheca serão feitos aos mutuários em obrigações prediaes ao par, cujo juro será igual ao do proprio empréstimo, devendo pelo Banco ser facilitada aos mutuários a negociação dos titulos, e podendo sobre elles fazer adeantamentos de dinheiro.

Art. 14.º O Banco terá o privilegio exclusivo de emittir e a faculdade de negociar na metropole, ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, as obrigações prediaes ou letras hypothecarias, representativas dos seus creditos hypothecarios no ultramar, com ou sem premio.

Art. 15.º Os titulos de obrigações poderão ser nominativos ou ao portador, e aquellas poderão ter coupons, uns e outros serão extrahidos do registro e talão assignados pela Gerencia do Banco e sellados com o sello d'este.

Art. 16.º A Gerencia do Banco póde auctorisar o deposito dos titulos de obrigações na caixa social, passando aos seus donos certificados nominativos dos depositos. Por esses depositos poderá o Banco exigir uma commissão de guarda.

Art. 17.º As obrigações ao portador transmittem se pela simples tradição; as nominativas e os certificados de depositos são transmissiveis por endosso ou por qualquer outro meio permittido em direito.

Art. 18.º O Banco não poderá emittir obrigações por importancia de valor nominal superior á que lhe fôr devida pelos empréstimos sobre hypotheca.

§ unico. Para a emissão de cada serie de obrigações é precisa prévia auctorisação do Governo, que não poderá dál a sem estarem preenchidas as condições do art. 50.º da lei de 27 de abril de 1901 e integralmente pagas as acções a que o mesmo artigo se refere, ou prestações d'ellas equivalentes a 10 por cento do valor nominal da emissão.

Art. 19.º O valor nominal de cada obrigação predial será de 90\$000 réis, podendo, porém, haver titulos de cinco e dez obrigações.

Art. 20.º A taxa do juro das obrigações, o tempo e modo do seu pagamento, bem como o das amortisações e o dos premios por sorteio, havendo-os, constarão dos respectivos titulos e serão fixados pela Gerencia do Banco de accordo com o seu Conselho fiscal e conforme os preceitos legais.

Art. 21.º As obrigações prediaes não terão época fixa para o pagamento do seu capital, mas serão amortisadas por sorteio com os seus premios, de modo que o total do valor nominal das que ficarem em circulação e dos premios não exceda a importancia pela qual na mesma época o Banco fôr credor por empréstimos prediaes.

Art. 22.º O sorteio para o reembolso dos titulos ou obrigações prediaes far-se ha em presença da Gerencia, de um membro do Conselho fiscal e do commissario do Governo nos dias para esse effeito designados.

Art. 23.º Oito dias depois do sorteio a que se refere o artigo antecedente, os numeros das obrigações sorteadas serão annunciados em editaes e em dois jornaes da séde, e nos boletins officiaes das provincias ultramarinas.

Art. 24.º Nos annuncios de que trata o art. 25.º declarar-se-ha o dia em que cessa, de pleno direito, o vencimento de juro para os respectivos titulos e o seu capital fica á disposição de quem de direito fôr.

Art. 25.º As obrigações prediaes amortisadas nos sorteios serão, no acto do pagamento do seu capital, selladas com um carimbo de annullação e depois destruidas, em presença da Gerencia, de um membro do Conselho fiscal e commissario do Governo, lavrando-se de tudo o competente auto.

Art. 26.º As obrigações restituídas ao Banco por pagamentos antecipados serão, no acto da restituição, selladas com um carimbo especial e entrarão nos sorteios em concorrência com as demais obrigações.

Art. 27.º Os possuidores de obrigações prediaes só têm acção contra o Banco para haverem o capital, juros e premios a que estes titulos lhes dêem direito. Só é admissivel opposição do Banco fundada na falta de apresentação ou na falsidade do titulo, sem prejuizo, porém, do direito á reforma do titulo perdido e sua substituição por outro legitimo.

§ unico. Os obrigacionistas não podem tomar parte nas discussões das assembléas geraes do Banco, sem prejuizo das disposições da lei de 3 de abril de 1896.

Art. 28.º O Banco terá sempre em caixa um fundo especial de garantia, correspondente a 10 por cento do valor das operações de credito predial que realisar nas provincias ultramarinas.

§ 1.º Este fundo, desde que começarem as operações hypothecarias, será, pelo menos, de 200.000\$000 réis, e irá sendo augmentado por consignações de 10 por cento, á proporção que forem augmentando os empréstimos sobre propriedades.

§ 2.º O fundo primitivo e o seu augmento serão realizados por emissão de acções.

§ 3.º A importancia d'este fundo especial poderá ser empregada em adeantamentos sobre as obrigações prediaes emitidas pelo Banco, em descontos dos coupons d'essas obrigações, em titulos de divida publica, em letras a curto praso, ou em outros titulos de reconhecido credito e facil realisação.

Art. 29.º Os empréstimos com emissão de obrigações prediaes serão contractados por tempo não inferior a dez annos, nem superior a sessenta, e só poderão ser feitos sobre primeira hypotheca, a não ser que, tendo-se procedido a nova avaliação a pedido do interessado, se reconheça ao predio um valor, pelo menos, quatro vezes superior ao da hypotheca existente, devendo, n'esse caso, o Banco emprestar em segunda hypotheca, não o podendo ser em primeira até quantia que represente um quarto da nova avaliação.

§ 1.º Os juros d'esses empréstimos não excederão nunca a 6 $\frac{1}{2}$ por cento e a commissão a 1 $\frac{1}{2}$ por cento ao anno.

§ 2.º Consideram-se feitos sobre primeira hypotheca os empréstimos, dos quaes uma parte seja pelo Banco empregada em extinguir por pagamento, ou obter por subrogação, hypothecas anteriores.

Art. 30.º Dos bens immobiliarios que pôdem servir de hypotheca, serão sempre excluidos os theatros, minas, pedreiras e outros predios que tenham rendimento manifestamente aleatorio, e, em regra, os direitos sobre predios indivisos ou que constituam propriedade imperfeita, salvo se todos os compartes ou condminos se obrigarem.

Art. 31.º A importancia do empréstimo nunca poderá exceder metade do valor do predio hypothecado.

Art. 32.º Os empréstimos sobre hypotheca a longo praso serão reembolsados por meio de annuidades, calculadas por fórma que o capital mutuado e os seus encargos fiquem integralmente pagos no tempo estipulado para o empréstimo.

§ unico. Em nenhum caso a annuidade poderá ser superior á renda liquida do predio hypothecado.

Art. 33.º A annuidade comprehenderá:

- a) O juro do capital mutuado;
- b) A prestação para amortisação do capital;
- c) A commissão annual para despesas de administração.

Art. 34.º As annuidades serão pagas á dinheiro e distribuidas por fórma que as prestações se vençam por semestres do anno civil, podendo a primeira prestação ser inferior ás outras, comprehendendo apenas o juro.

§ unico. No acto do empréstimo, o Banco mutuante receberá do mutuário, ou reterá sobre o capital a mutuar, a importancia das despesas do contracto e o juro respectivo ao tempo a decorrer desde a data do mesmo contracto até o fim do semestre corrente.

Art.º 35.º A prestação semestral da annuidade, que não fôr paga na época contractual, vencerá pela móra e a favor do Banco prestamista o juro de 6 $\frac{1}{2}$ por cento ao anno. Igual juro vencerão a favor do Banco todas as despesas feitas para elle conseguir a cobrança dos seus creditos.

Art. 36.º A falta de pagamento de qualquer annuidade torna exigivel a totalidade da divida, se as prestações vencidas e seus juros não forem pagos dentro de trinta dias depois da notificação, mesmo extra-judicial, feita aos devedores.

Art. 37.º Os devedores por empréstimos prediaes a longo praso têm a faculdade de antecipar o pagamento dos seus debitos no todo ou em parte, podendo effectuar essês pagamentos em dinheiro ou em obrigações prediaes do juro indicado no contracto, as quaes serão recebidas ao par.

§ unico. As quantias provenientes d'estes pagamentos serão applicadas a amortisar ou retirar da circulação obrigações prediaes do mesmo Banco.

Art. 38.º Os pagamentos de que trata o artigo precedente dão direito ao Banco mutuante a receber uma indemnisação não superior a 2 por cento do capital mutuado que fôr reembolsado e que será paga no momento de anticipação do pagamento.

Art. 39.º No caso de alienação parcial ou total do predio hypothecado, o adquirente é obrigado a communicar o facto ao Banco no praso de tres mezes, sob pena de ficar solidariamente responsavel com o alheador pelas obrigações pessoas d'este.

Art. 40.º O mutuário deve igualmente participar ao Banco mutuante, no prazo de tres mezes, as deteriorações que o predio tiver soffrido, os factos que lhe diminuirem o valor e os turbativos ou espoliativos da sua posse, ou que tornarem controverso o seu direito de propriedade. A falta de cumprimento d'esta condição e, em qualquer caso, a diminuição da segurança do Banco mutuante por facto imputavel ao mutuário, auctorisam o Banco a exigir o reembolso do seu credito e a indemnisação marcada no artigo 59.º da lei de 27 de abril de 1901.

Art. 41.º Os predios susceptíveis de incendio deverão ser seguros contra o risco de fogo, á custa do mutuário, excepto se o Banco mutuante tiver o seu credito garantido ao mesmo tempo pelos referidos predios e por outros que valham o dobro da quantia mutuada e não possam ser destruidos pelo fogo.

§ 1.º O contracto de seguro será mantido até integral reembolso do emprestimo.

§ 2.º O Banco mutuante pode exigir que o seguro seja feito em seu nome e o premio do seguro pago por elle por conta do mutuário, devendo esse premio ser pago conjunctamente com a annuidade.

Art. 42.º A avaliação dos predios offerecidos como hypotheca pode fazer-se á face dos titulos de aquisição, conhecimentos de contribuições e quaesquer outras informações dadas pelo proprietario; mas o Banco tem sempre o direito de recorrer a outras informações ou de mandar avaliar o predio por peritos da sua nomeação, devendo a avaliação sempre basear-se sobre o rendimento liquido e valor venal dos predios.

Art. 43.º Justificando o proprietario por titulos o direito de hypothecar os predios, e offerecendo estes a necessaria garantia, o Banco procederá sem demora á celebração do contracto definitivo ou provisorio, conforme se houver, ou não, certificado de não haver hypotheca, onus real ou outro encargo registado anteriormente.

Art. 44.º Os emprestimos prediaes, quando preenchidas todas as formalidades e dadas todas as garantias legais, são obrigatorios para o Banco, excepto se este não tiver disponiveis as necessarias obrigações e o Governo negar auctorisação para nova emissão d'ellas.

§ unico. Para a execução do disposto n'este artigo, o proponente, no caso de recusa, terá recurso para o commissario do Governo, nos termos da lei de 27 de abril de 1901.

Art. 45.º Como estabelecimento de credito predial são applicaveis ao Banco as disposições dos artigos 22.º, 23.º, 24.º e 27.º da lei de 27 de abril de 1901, podendo as caixas filiaes ser substituidas por agencias.

Art. 46.º No caso de terminar o privilegio predial da citada lei por motivo da applicação do artigo 16.º da lei de 27 de abril de 1901, ou por outro qualquer, antes de amortisadas todas as obrigações emittidas, o Banco, ou constituirá Commissão liquidataria que receba as annuidades dos devedores existentes, pague os juros, amortisações e premios das obrigações ainda não amortisadas e conserve em deposito o capital de garantia correspondente a essas obrigações, ou cederá, com approvação do Governo, estes direitos e deveres a alguma instituição bancaria que apresente todas as condições de segurança.

CAPITULO V

Disposições geraes

Art. 47.º O anno social do Banco nacional ultramarino contar-se-ha de 1 de janeiro até 31 de dezembro.

Art. 48.º No mez de julho de cada anno, a Gerencia, de accordo com o Conselho fiscal, poderá distribuir, por conta do dividendo d'esse anno, uma percentagem pelos accionistas, devendo regular-se pelo resultado dos lucros adquiridos no semestre findo.

Art. 49.º A Gerencia remetterá ao Governo, no principio de cada mez, o resumo do seu activo e passivo do mez anterior, com especificação das verbas que o constituem. Similhantermente remetterá, no principio de cada anno, um exemplar do relatorio e balanço do anno findo.

Art. 50.º Quando em qualquer tempo se mostre necessaria a redução do capital social, ou a dissolução e liquidação do Banco, estes assumptos só poderão ser resolvidos por deliberação affirmativa de duas terças partes dos votos presentes na assembléa geral,

representando esses votos affirmativos, pelo menos, uma terça parte do fundo social realiado.

§ 1.º Para este effeito os accionistas serão convocados nos termos estatutarios, por annuncios e cartás, em que se declare o objecto da reunião; mas a resolução definitiva só poderá ter logar em sessão diversa d'aquella em que tiver sido feita a proposta.

§ 2.º A fórma por que deve effectuar-se a dissolução e liquidação do Banco ou a redução do seu fundo social será regulada pela assembléa geral, sob proposta da Gerencia, de accordo com o Conselho fiscal.

§ 3.º O Banco poderá, n'este caso, transferir e subrogar a outro Banco ou Companhia os seus direitos, obrigações e encargos, ou nomear um ou mais liquidatarios com os poderes precisos.

§ 4.º As resoluções da assembléa geral sobre os assumptos a que se refere este artigo carecem da approvação do Governo para poderem ter execução.

Art. 51.º Os presentes estatutos só poderão ser alterados pela assembléa geral, com approvação do Governo.

§ 1.º A proposta para a alteração de que trata o presente artigo poderá ser feita em qualquer assembléa geral ordinaria ou extraordinaria.

§ 2.º Para a approvação da proposta do paragrapho antecedente será expressamente convocada a assembléa geral, precedendo aviso, nos termos dos estatutos, e a votação da assembléa só será válida por dois terços dos votos presentes, representando estes, pelo menos, um quinto do capital realiado.

§ 3.º Quando houver a resolver sobre o objecto de que trata o presente artigo, observar-se-ha o disposto na ultima parte do § 1.º do artigo 50.º

Art. 52.º O Banco terá sempre em caixa na séde e no ultramar as reservas prescritas na lei de 27 de abril e no contracto de 30 de novembro de 1901.

Art. 53.º Os balancetes e balanços, organisados nos termos da lei de 3 de abril de 1896 e do respectivo regulamento, serão enviados, dentro dos prazos regulamentares, á secretaria do Governo da provincia ou districto autonomo, onde o Banco tiver caixas filiaes ou agencias, a fim de serem publicados no respectivo Boletim official, e igualmente será enviado um duplicado á Direcção geral do ultramar para os effeitos do art. 13.º d'aquella lei.

CAPITULO VI

Das acções e dos accionistas

Art. 54.º As acções são de 90\$000 réis, e haverá titulos de uma e de cinco acções.

§ 1.º As prestações de acções de futuro emittidas serão chamadas segundo fôr determinado pela Gerencia, ouvido o Conselho fiscal.

Art. 55.º Todo o accionista que não entrar com as prestações que lhe forem exigidas, na época determinada, é responsável pelo juro da mora á razão de 6 por cento ao anno, independente de intimação ou processo judicial. A Gerencia poderá mandar vender em hasta publica, com annuncio prévio, mas sem formalidade judiciaria, as acções pertencentes a qualquer accionista que, um mez depois do vencimento da prestação chamada, não tiver satisfeito a sua importancia.

§ 1.º N'este caso, o producto das acções, liquido de todas as despesas e do que fôr devido ao Banco, será posto á disposição do accionista retardatario, e este responderá pelo prejuizo ou deficit que houver.

§ 2.º Os accionistas que não pagarem dentro do praso marcado a primeira prestação perderão a favor do Banco todo o direito ao deposito effectuado no acto da subscrição, sem prejuizo da sua inteira responsabilidade pelo montante das acções por que tiverem subscripto.

Art. 56.º As acções são nominativas e transmissiveis por endosso, ou qualquer outro titulo legal de transmissão de propriedade, nos termos do art. 545.º do Codigo commercial portuguez.

§ 1.º Tambem poderão ser ao portador, salvas as disposições da lei de 27 de abril de 1901, quando estiverem integralmente pagas, e n'esse caso serão transmissiveis por simples tradição ou entrega.

§ 2.º Tanto os títulos provisórios como as acções serão assignados pela Gerencia.

Art. 57.º O accionista que exercer algum cargo do Banco e que aliene as acções que sirvam de garantia á sua responsabilidade, ou á sua entrada na assembléa geral, ficará *ipso facto* inhabilitado de exercer esse cargo.

CAPITULO VII

Da administração e governo do Banco

SECÇÃO I

Da assembléa geral

Art. 58.º A assembléa geral compõe-se de todos os accionistas possuidores de cinquenta ou mais acções, averbadas nos livros do Banco ou depositadas para representação na assembléa geral, tres mezes, pelo menos, antes do dia da reunião, salvo o agrupamento facultado peloCodigo commercial.

1.º O deposito de acções ao portador constará de um termo assignado pelo depositante e por um empregado do Banco, e o levantamento do deposito só poderá fazer-se por meio de recibo, assignado em seguida ao termo de deposito pelo originario depositante ou pelo adquirente das acções por successão ou outro título legitimo;

2.º O deposito não poderá ser levantado por adquirente das acções em virtude de título anterior á reunião da assembléa geral, se o alheador tiver entrado na sua constituição;

3.º Aos depositantes das acções passará o Banco recibo para prova do deposito, e n'esse recibo se inserirá a clausula do paragrapho antecedente;

4.º As procurações para representação na assembléa geral dos accionistas por direito proprio e o título de representação conferida para o agrupamento, de que trata este artigo, poderão ser, no primeiro caso, por simples cartas e, no segundo, por meio de acta assignada pelos accionistas agrupados. Umas e outras deverão ser apresentadas ao presidente da assembléa geral até á vespera, inclusivé, do dia fixado para a reunião d'esta;

5.º Os incapazes, pessoas moraes, sociedades e mulheres casadas, serão representados por aquelles a quem essa representação pertença por direito;

6.º Só podem ser mandatarios os accionistas que possam entrar na composição da assembléa geral por direito proprio;

7.º O numero de votos dos accionistas só terá a limitação prescripta no § 3.º do artigo 183.º do Codigo commercial, mas cada mandatario não poderá representar mais que um mandanté;

8.º A assembléa geral não poderá constituir-se sem que esteja representado pelo menos 5 por cento do capital realiado do Banco.

Art. 59.º A assembléa geral para poder funcçãoar carece de que se achem presentes, pelo menos, trinta accionistas com voto, e que a convocação haja sido feita nos termos d'estes estatutos, designando-se n'essa convocação o objecto da reunião, a hora e o local.

§ 1.º Se no dia aprasado não se reunir o numero preciso de accionistas para formarem a assembléa geral, far-se-ha uma nova convocação para outro dia, e se n'este designado ainda o numero não estiver preenchido meia hora depois da marcada para a reunião, a assembléa poderá constituir se com os quinze membros que estiverem presentes.

§ 2.º Quando a assembléa geral tiver que resolver sobre a redução do capital social, ou dissolução e liquidção do Banco, ou sobre alteração dos estatutos, dever-se-hão, respectivamente, observar as disposições dos artigos 50.º e 51.º e seus paragraphos, sendo convocada essa assembléa o numero de vezes que fôr necessario para reunir o numero de socios e a representação de capital, que se acha marcado nos dois referidos artigos e conforme os respectivos casos.

Art. 60.º A assembléa geral será convocada pelo seu presidente por avisos dirigidos a todos os accionistas, que tiverem direito a tomar parte nas assembléas e cujas moradas sejam conhecidas no Banco, e além d'isso por annuncios no *Diario do Governo* e em

dois outros jornaes, devendo estes annuncios preceder quinze dias as assembléas geraes e noventa dias as extraordinarias e designando sempre o objecto da convocação.

§ unico. A assembléa geral não poderá tomar deliberação alguma sobre assumpto estranho áquelle para que tiver sido convocada.

Art. 61.º A Mesa da assembléa geral será composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretarios e dois vice secretarios, eleitos annualmente por maioria absoluta em primeiro escrutinio ou maioria relativa no segundo.

§ 1.º Ao presidente compete dirigir os trabalhos da assembléa geral.

§ 2.º Incumbe aos secretarios, e na sua ausencia aos vice-secretarios, redigir as actas das sessões, e coadjuvar o expediente e registo dos trabalhos.

§ 3.º O vice-presidente serve apenas no impedimento do presidente, e em sua falta é substituido por um dos secretarios.

§ 4.º Na falta de secretarios e vice-secretarios, o presidente nomeará dos accionistas presentes quem os substitua.

Art. 62.º Todas as resoluções das assembléas geraes serão tomadas por maioria de votos dos accionistas presentes, salvos os casos especiaes designados n'estes estatutos.

Art. 63.º Os membros da Gerencia ou do Conselho fiscal, não poderão representar outros accionistas, nem fazerem se representar quando se trate de actos de seu exercicio.

§ unico. Não serão admittidas procurações com mandato imperativo. As procurações considerar-se-hão em vigor até que sejam revogadas por outra posterior, por carta de quem a concedeu dirigida á presidencia da assembléa geral, ou por comparencia do associado na assembléa geral em sessão posterior á data da procuração.

Art. 64.º A assembléa geral, devidamente constituida, representa a universalidade dos direitos sociaes do Banco. Compete-lhe:

1.º Eleger a Mesa da mesma assembléa, o governador, dois vice-governadores, cinco supplentes, tres membros do Conselho fiscal e tres substitutos, nas épocas e pela fórma designada n'estes estatutos;

2.º Discutir e votar o parecer das Comissões que eleger; tratar de todos os objectos de interesse da sociedade, que lhe forem submettidos pela Gerencia e Conselho fiscal ou por qualquer membro da assembléa;

3.º Deliberar sobre os regulamentos que lhe forem apresentados pela Gerencia para a boa administração do Banco;

4.º Discutir e votar o relatorio e contas annuaes, apresentadas pela Gerencia;

5.º Ampliar ou modificar os presentes estatutos, guardando as devidas formalidades;

6.º Auctorisar a Gerencia a resolver, de accordo côm o Conselho fiscal, sobre a oportunidade e termos das novas emissões do capital social.

Art. 65.º As sessões da assembléa geral serão ordinarias ou extraordinarias.

As primeiras verificar-se-hão no dia 15 de fevereiro de cada anno, ou no primeiro dia util que se lhe seguir quando aquelle, fôr impedido; as segundas, quando forem convocadas pelo presidente, a requerimento da Gerencia, do Conselho fiscal, ou de vinte membros da assembléa geral que, representando, pelo menos, a vigessima parte do capital subscripto, motivarem o seu requerimento, e, estando presentes, pelo menos, doze dos signatarios na reunião da assembléa geral.

§ unico. A Mesa da assembléa geral iniciará os trabalhos, fazendo a chamada dos accionistas e declarando o numero de votos que pertence a cada accionista.

Art. 66.º Fará o objecto da reunião da assembléa geral ordinaria:

1.º A eleição da Mesa da assembléa geral, a qual, em acto continuo, occupará o seu lugar;

2.º A discussão do relatorio da Gerencia e votação sobre o parecer do Conselho fiscal;

3.º A eleição da Gerencia, Conselho fiscal e substitutos, nas épocas em que a mesma eleição deva ter lugar.

§ unico. Dando-se a impossibilidade em alguns dos eleitos para a Mesa da assembléa geral de poder occupar desde logo o seu lugar, continuarão a funcionar os membros da Mesa anterior, que não puderem ser substituidos pelos novos eleitos.

Art. 67.º As sessões da assembléa geral serão prorogadas por tantos dias uteis quantos sejam necessarios para exgottar os assumptos sobre que haja de se tomar resolução.

Art. 68.º Durante os quinze dias que precederem a reunião da assembléa geral ordinaria é permittido a todo o accionista o exame das contas e livros do Banco, com excepção

do livro das actas da Gerencia ou do Conselho fiscal, do registo de letras e dos depositos particulares.

Art. 69.º As actas da assembléa geral deverão contêr a relação fiel dos actos da assembléa e uma lista dos accionistas que tiverem estado presentes á reunião.

SECÇÃO II

Da gerencia do Banco

Art. 70.º A direcção dos negocios do Banco é confiada a uma Gerencia composta de um governador e dois vice-governadores, eleita por maioria absoluta de votos em primeiro escrutinio, ou relativa no segundo, devendo a eleição recair em accionistas cidadãos portuguezes.

§ 1.º Haverá cinco substitutos, eleitos biennialmente para o impedimento de qualquer dos gerentes.

§ 2.º A Gerencia é renovada no fim do primeiro biennio por um terço, devendo sair aquelle dos gerentes que a sorte designar; no fim do segundo biennio sairá outro gerente pelo mesmo modo; e no fim do terceiro biennio, e d'ali em diante, sairá sempre o mais antigo. A sorte será extraida perante a assembléa geral.

§ 3.º A reeleição é sempre permittida.

§ 4.º Não poderão simultaneamente fazer parte da Gerencia socios da mesma firma, ou parentes até ao segundo grau por direito civil.

§ 5.º O mandato é sempre revogavel nos termos de direito.

Art. 71.º Tanto o governador como os vice-governadores, antes de entrarem em exercicio, provarão que são proprietarios de cento e cincoenta acções do Banco nacional ultramarino, as quaes ficarão averbadas em caução da sua gerencia, e serão inalienaveis emquanto aquella não terminar e elles gerentes não obtiverem a competente quitação.

Art. 72.º O governador é o presidente da Gerencia e regula os seus trabalhos. A Gerencia tem as seguintes attribuições:

1.º Nomear e demittir os empregados do Banco e de suas filiaes, escolher os agentes e provêr á organização do serviço;

2.º Assignar a correspondencia, os pertences e quitações de letras, os recibos, saques, ordens de pagamento ou transferencias, as acções, notas e obrigações, e em geral todos os documentos de responsabilidade;

3.º Regular a escripturação do Banco e todo o seu expediente, e fazer os necessarios regulamentos de accôrdo com o Conselho fiscal;

4.º Conferir diariamente a caixa e rubricar o extracto da conferencia em livro especial;

5.º Enviar mensalmente ao Governo o balancete do estado financeiro do Banco, relativo ao mez anterior, e o relatorio, balanço e contas annuaes, depois de verificadas pelo Conselho fiscal e approvadas pela assembléa geral;

6.º Consultar o Conselho fiscal em todos os negocios de maior gravidade;

7.º Preparar os trabalhos que tiverem de ser presentes á assembléa geral com o exame do Conselho fiscal;

8.º Organizar as instrucções, modelos e condições geraes dos contractos e operações do Banco;

9.º Auctorisar o arrendamento e emprazamento ou compra de bens immoveis para estabelecimento do Banco, ou de suas filiaes e agencias;

10.º Regular o emprego dos fundos do Banco, e ordenar opportunamente as operações auctorisadas n'estes estatutos;

11.º Auctorisar, ouvido o Conselho fiscal, as acquisições, por adjudicação, de bens immoveis, quando por outro modo se não realisar a cobrança dos creditos do Banco, bem como a venda ou troca dos mesmos bens, por licitação ou amigavelmente;

12.º Resolver ácerca da convocação de sessões extraordinarias da assembléa geral, quando o julgue conveniente;

13.º Regular o computo dos fundos destinados á secção do credito predial, a sua escripturação privativa, e a fixação, guarda e emprego do respectivo fundo de garantia;

14.º Deliberar sobre a emissão de notas e obrigações, na conformidade dos preceitos d'estes estatutos;

15.º Resolver, ouvido o Conselho fiscal, sobre a oportunidade da venda dos bens immoveis, adquiridos pelo Banco dentro das suas faculdades;

16.º Lavrar actas das deliberações, quando o julgar conveniente;

17.º Representar o Banco nas suas relações com o Governo, com terceiro ou em Juízo, como auctor ou réu, podendo para esse fim constituir procuradores;

18.º Elaborar o relatorio resumido de todas as operações do Banco e o balanço geral do anno, para serem apreciados pelo Conselho fiscal e submettidos á approvação da assembléa geral;

19.º Enviar aos accionistas, devidamente impresso, o relatorio annual da Gerencia e respectivo parecer do Conselho fiscal, quinze dias antes da reunião da assembléa geral ordinaria.

§ unico. Nenhum acto da Gerencia será válido sem a assignatura de dois gerentes, pelo menos.

Art. 73.º No caso de falta ou impedimento do Governador, será elle substituido pelo vice governador que tiver sido escolhido pelo Conselho fiscal.

Art. 74.º No caso de falta ou impedimento de qualquer dos vice governadores, será este substituido pelo substituto mais votado e, em igualdade de circumstancias, pelo mais velho.

§ 1.º O substituto que fizer interinamente as vezes do vice governador deverá mostrar que é possuidor de 50 acções, as quaes ficarão averbadas, como garantia, durante a sua gerencia.

§ 2.º Em todos os casos de substituição, o ordenado do substituido passa para o substituto.

Art. 75.º A Gerencia deverá, ouvido o Conselho fiscal, em casos extraordinarios ou para resolver ácerca de alguma operação especial cujo valor exceda a 300:000\$000 rs., convocar os vinte maiores accionistas do Banco, ouvindo-os e fazendo menção na acta do voto d'aquelles que compareceram.

Art. 76.º Os membros da Gerencia não contráem, em virtude de seu cargo, responsabilidade alguma pessoal para com terceiros, mas sómente respondem para com a assembléa geral pelo cumprimento do mandato acceto.

Art. 77.º O governador vencerá annualmente a remuneração de 3:600\$000 réis, e os vice governadores a de 3.000\$000 réis cada um.

SECÇÃO III

Do Conselho fiscal

Art. 78.º O Conselho fiscal compõe se de tres membros eleitos annualmente pela assembléa geral, e é a delegação da assembléa perante a Gerencia do Banco.

§ 1.º Haverá igualmente tres substitutos, os quaes, bem como os effectivos, poderão ser reeleitos.

§ 2.º No caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros do Conselho fiscal, será chamado um dos substitutos. Os substitutos serão chamados pela ordem dos mais votados na assembléa geral, ou, tendo igual votação, preferem os mais velhos.

§ 3.º Do mesmo modo que na Gerencia, como fica determinado no § 4.º do art. 70.º, não poderão servir simultaneamente no Conselho fiscal socios da mesma firma, ou parentes até 2.º grau por direito civil.

Art. 79.º O Conselho fiscal reunir-se-ha no escriptorio do Banco duas vezes por mez, em dias prefixos, e extraordinariamente quando fôr convocado pela Gerencia.

Compete lhe:

1.º Examinar e fiscalisar os balancetes mensaes, balanço e contas annuaes, que devem ser presentes, com o seu parecer, á assembléa geral, e bem assim as propostas relativas á fixação dos dividendos, emissão complementar do fundo social auctorizada pela assembléa geral, emissão e applicação de obrigações prediaes, alteração dos estatutos, dissolução do Banco, ou quaesquer outras propostas que, no interesse d'este, a Gerencia entenda dever apresentar á assembléa geral;

2.º Verificar collectivamente, ou por qualquer dos seus membros, a caixa e seus documentos uma vez por semana;

3.º Assistir ao sorteio das obrigações prediaes e á inutilização das sorteadas;

4.º Verificar, quando o julgar conveniente, a existencia em cofre das acções que servem de garantia dos gerentes;

5.º Vigiar pela restricta execução dos estatutos e resoluções da assembléa geral;

6.º Requerer a convocação da assembléa geral, quando o julgar necessario, exigindo-se n'este caso o voto unanime do Conselho.

Art. 80.º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos vogaes presentes, e constarão de actas lavradas em livro para esse effeito destinado, devendo ser assignadas por todos os vogaes presentes.

Art. 81.º Os membros do Conselho fiscal vencerão annualmente 400\$000 réis cada um.

Art. 82.º Os membros do Conselho fiscal não contrahem, em virtude do seu cargo, responsabilidade alguma pessoal para com terceiros; mas sómente respondem para com a assembléa geral pelo cumprimento do mandato aceito.

CAPITULO VIII

Disposição transitoria

Art. 83.º O Banco considera-se constituido, para todos os effeitos da lei de 27 de abril de 1901 e respectivo contracto, desde 1 de março de 1902.

§ unico. Aos corpos gerentes em exercicio é prorogado o mandato até á reunião de uma assembléa geral, que, dentro de tres mezes a contar da data da approvação d'estes estatutos, deverá ser convocada.

Paço, em 27 de fevereiro de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa*—*Manuel Francisco de Vargas*.

(*Diario do Governo* n.º 47).

Sendo necessario, como providencia transitoria e enquanto o Banco nacional ultramarino não realisa a emissão das notas a que se referem os art. 28.º e 29.º da carta de lei de 27 de abril de 1901, mantêr em circulação as notas, pelo mesmo Banco emittidas por virtude dos privilegios que lhe haviam sido concedidos pelas leis de 16 de maio de 1864 e de 27 de janeiro de 1876: hei por bem, nos termos do art. 76.º da carta de lei de 27 de abril ultimo, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As notas do Banco nacional ultramarino, das emissões auctorisadas pelas leis de 16 de maio de 1864 e de 27 de janeiro de 1876, continuam a ter curso legal nas provincias ultramarinas, como valor representativo de prata e n'esta especie convertivel, nos termos dos art. 26.º e 30.º da carta de lei de 27 de abril de 1901, até que o mesmo Banco proceda á nova emissão nas condições da citada carta de lei e do contracto de 30 de novembro de 1901.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 27 de fevereiro de 1902.—*REI*.—*Antonio Teixeira de Sousa*—*Manuel Francisco de Vargas*.

(*Diario do Governo* n.º 47).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 447, de 29 d'outubro proximo passado, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, examinada a questão exposta pelo director do circulo aduaneiro da Africa oriental e ouvida a Administração geral das alfandegas, se reconhece que o sello devido pelos despachos de importação, mesmo na hypothese de ter de applicar-se, além dos direitos de importação, o de consumo, do real d'agua ou quaesquer outras imposições, não deixa, por isso, de ser o mesmo, isto é, a taxa respectiva

á natureza e qualidade do despacho que, no reino, (lei do sello de 1899) é a do n.º 297 da secção 1.ª da tabella n.º 3.

Deus guarde a v. ex.^a = Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 28 de fevereiro de 1902 = Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Moçambique = Pelo Director geral, *Antonio Duarte Ramada Curto*.

(Inédito.)

MARÇO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que a Companhia de Moçambique ficou auctorizada a permutar encomendas postaes com a provincia de Moçambique administrada pelo Estado e paizes estrangeiros, nos termos e condições que junto remetto por copia. V. ex.^a dignar-se-ha dar as convenientes ordens a fim de, em tudo, se cumprirem as mencionadas condições, ficando as encomendas permutadas com aquella Companhia subordinadas ao decreto e regulamento approvados em data de 5 de dezembro ultimo.

A permutação de encomendas far-se-ha por intermédio do correio da Beira, podendo ser expedidos volumes destinados a esta cidade e a Macequece.

Este serviço teve começo em 1.º do corrente, devendo o correio de Lourenço Marques, bem como qualquer outro correio que, tendo o serviço de encomendas, convenha que feche malas para a Beira, expedil-as com este destino, incluindo volumes destinados ás estações postaes dos territorios de Manica e Sofala acima mencionadas, para, por ellas, serem entregues. As expedições far-se-hão pelos vapores allemães da «Deutsche Ost-Afrika-Linie».

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de março de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Condições para o serviço de permutação de encomendas postaes com a Companhia de Moçambique

I. — É permittida a livre permutação de encomendas postaes entre os correios da provincia de Moçambique dependentes do Estado e os correios dos territorios de Manica e Sofala onde tal serviço esteja estabelecido, arrecadando cada Administração, como receita sua, os portes e taxas estabelecidos.

II. — As condições de permutação, *inclusive* premios e taxas, são as que estiverem em vigor nos decretos e regulamentos de serviço interno da provincia de Moçambique.

III. — Pela permutação de encomendas entre as estações do Estado e as da Companhia de Moçambique não se cobra conta alguma, mas a Companhia é devedora ao Governo das taxas de transito maritimo de encomendas que os seus correios expedirem para os correios do Estado.

IV. — É livre a expedição de encomendas da Companhia de Moçambique para fóra da provincia, por intermédio dos correios do Estado e vice-versa, não havendo logar a exigirem-se direitos de transito ou abonos por estes transitos.

V. — As contas a satisfazer á metropole e correios estrangeiros por expedições de encomendas feitas pela Companhia de Moçambique, mas originarias ou em transito a descoberto, serão liquidadas na Direcção do correio de Lourenço Marques e pagas pela provincia, sendo debitadas á Companhia.

VI.— A' Companhia de Moçambique pertence, pelas encomendas que lhe forem expedidas da metropole, ilhas adjacentes, outras colonias portuguezas e paizes estrangeiros, as taxas e premios que couberem á provincia pelas encomendas de igual procedencia e destinadas ás suas estações, deducção feita da taxa adicional de 25 centimos, que pertencerá ao Estado por despesa de liquidação de contas, bem como os portes e taxas integraes que cobre por expedições, e a Administração da Companhia pagará ao Governo as quantias que, por encomendas por ella expedidas, forem devidas ás empresas de navegação e aos correios da metropole e estrangeiros.

VII.— A liquidação de contas finaes será feita pela Direcção do correio de Lourenço Marques em conformidade com o artigo xvii do regulamento relativo á permutação de encomendas postaes da Convenção postal universal de Washington ou outro que de futuro o substitua, juntando-se aos creditos do Estado as despesas de transporte marítimo a que se refere o numero iii.

VIII.— Nas relações entre os correios e na liquidação de contas, a Direcção do correio de Lourenço Marques, em relação á provincia de Moçambique administrada pelo Estado, e a da Beira aos territorios de Manica e Sofala, entender se-hão directamente até apuramento final de contas, sendo para aquella Direcção enviados os documentos necessarios para estabelecer a liquidação entre as Administrações e com a metropole e paizes estrangeiros.

(Boletim official de Moçambique n.º 18)

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que se publiquem, para terem a devida execução as tabellas seguintes:

TABELLA N.º 1

Artigos que devem ser distribuidos a cada praça europêa em serviço no ultramar

Designação dos artigos	Praças europêas	
	Montadas	Apeçadas
Chapeu com oliva e francalete	1	1
Pennacho	1	1
Primeiro barrete	1	1
Segundo barrete	1	1
Primeiro dolman	1	1
Segundo dolman	2	2
Platinas (pares)	1	1
Primeiro calção	1	1
Segundo calção	2	2
Calça	2	2
Manta-capote	1	1
Luvas de anta branca para praças montadas e pratileiros (pares)	2	2
Luvas de algodão branco (pares)	2	2
Luvas de algodão branco para musicos e corneteiros	1	2
Butes	2	2
Polainas de lonas	1	2
Polainas de atinado verde	1	1
Alpercatas (pares)	2	2
Granadeiras (pares)	1	1
Capa cobre-nuca	2	2
Camisolas	2	2
Tiras de flanela branca	2	2
Joelheiras	1	1
Ceroulas	2	2
Meias	3	3
Lenços	3	3
Pequeno equipamento	1	1

TABELLA N.º 2

Artigos que devem ser distribuidos a cada praça indigena das guarnições ultramarinas

Designação dos artigos	Africa e Timor	India	Macan
Cofio	1	-	-
Borla	1	-	-
Trunfa	-	1	-
Barrete	1	1	-
Chapeu	-	-	1
Tudum	-	-	1
Jaqueta	1	1	-
Dolman	2	2	-
Primeira cabaia	-	-	1
Segunda cabaia	-	-	2
Camisolas	2	2	-
Cinta de 4 metros	1	1	-
Primeiro calção	1	1	1
Segundo calção	2	2	2
Manta capote	1	1	1
Alpercatas	2	2	-
Polainas	2	2	-
Sapatos	-	-	2
Meias	-	-	3

(Diario do Governo n.º 59)

Sua Magestade El-Rei determina que os Governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor estabeleçam, provisoriamente, o praso de duração de cada um dos artigos de uniforme do plano approved por decreto de 8 de novembro de 1900, em harmonia com a natureza do serviço e a região em que elle seja desempenhado, tendo em attenção os interesses da fazenda; — praso que poderá ser modificado mais tarde, conforme a experiencia indicar.

(Diario do Governo n.º 59)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, a partir de 1 de junho, fica estabelecida a permutação de encomendas postaes, nos territorios da Convenção postal universal, entre a provincia de Moçambique e Egypto, devendo os correios da provincia, que permutem encomendas com a metropole, fechar malas especiaes para Suez, pelos vapores allemães da «Deutsche Ost-Afrika Linie»

O porte a cobrar por cada encomenda será de 910 réis; o abono a fazer ao correio egypcio, de 75 centimos; o numero de declarações para a alfandega, de uma; e o limite de peso, 5 kilogrammas.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 11 de março de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Moçambique n.º 18)

Attendendo ao que me requereu a «Delagoa Bay Agency Company», sociedade legalmente constituída em Londres, que pretende estabelecer uma succursal em Lourenço Marques, da provincia de Moçambique, na Africa Oriental Portuguesa, com o fim principal de exploração commercial e industrial, mas podendo adquirir os bens immobiliarios que sejam necessarios ao exercicio da sua actividade e complemento e auxilio dos seus negocios, para o que carece de auctorisação especial nos termos do § 4.º do artigo 1.º do decreto com força de lei de 23 de dezembro de 1899 e effeitos do § 2.º do artigo 162.º do Codigo commercial portuguez: hei por bem conceder-lhe a auctorisação pedida para poder a referida sociedade adquirir bens immobiliarios em Lourenço Marques, nos termos citados, ficando sujeita designadamente ás disposições do artigo 111.º do mesmo Codigo commercial portuguez, não necessitando de approvação especial os seus estatutos por não ser o objectivo exclusivo ou principal a exploração agricola.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço em 13 de março de 1902. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 72)

Sua Magestade El Rei ha por bem determinar que, emquanto não estiverem em circulação no ultramar as novas emissões de bilhetes postaes que têm de ser creados em virtude das novas tabellas de portes, estabelecidas pelo decreto de 24 de dezembro ultimo para as correspondencias originarias das provincias ultramarinas portuguezas, continuem tendo validade os actuaes bilhetes postaes, addicionando-se-lhes o sello preciso para perfazer os respectivos portes.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica a todos os Governadores das provincias ultramarinas e do districto autonomo de Timor, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 13 de março de 1902. = *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 63)

Dispondo o Decreto de 18 de abril de 1901, publicado no «Diario do Governo» n.º 87, de 20 do mesmo mez, que nenhuma associação de caracter religioso poderá instituir-se ou funcionar no paiz sem prévia auctorisação do Governo, e estabelecendo as condições essenciaes para ser concedida esta auctorisação;

Considerando que as disposições d'aquelle diploma são extensivas ao ultramar, visto como na lei que extinguiu os conventos, mosteiros, collegios e quaesquer casas de religiosos de todas as ordens religiosas se faz expressa menção de Portugal e Dominios;

Considerando que, em observancia do mesmo decreto foram já approvados por Portarias régias de 18 de outubro do referido anno, publicadas no *Diario do Governo* n.º 237, os estatutos de diversas associações religiosas com séde no reino, algumas das quaes têm tambem por fim exercer a sua acção nas provincias ultramarinas, sobresahindo entre estas a «associação dos missionarios do Espirito Santo» em cujos estatutos, no paragrapho 3.º do artigo 2.º, se declara que preparará e fornecerá o pessoal missionario ás missões da provincia de Angola no mesmo paragrapho designadas;

Considerando que as alludidas missões e consequentemente os respectivos institutos (com excepção da de Landana e suas filiaes) pertencem ao Padroado da Real Corôa, como foi expressamente declarado em Portaria régia de 26 de fevereiro do corrente anno, publicada no *Diario do Governo*, n.º 46, de 27 do dito mez, pois que á sua instalação e manutenção tem o Governo do Real Padroeiro applicado e continúa applicando avultadas dotações pecuniarias, inscriptas annualmente nas tabellas orçamentaes da referida provincia de Angola, além de importantes subsidios extraordinarios;

Considerando que, por conveniencia da administração ecclesiastica, têm os bispos da diocese de Angola e Congo aproveitado o auxilio offerecido pelos missionarios do Espirito

Santo, de certo movidos pelo seu louvavel zêlo apostolico e acrysolado fervor pela propagação da fé catholica e não por qualquer intuito de interesses ou vantagens de ordem temporal, o que repugnaria ao espirito da sua missão evangelica, incumbindo-os de diversos serviços relativos ás missões do Real Padroado e confiando-lhes a direcção dos respectivos institutos;

Considerando, finalmente, que taes institutos, quer sejam dirigidos por missionarios portuguezes, quer por missionarios de associações religiosas de qualquer proveniencia, têm, como estas, de sujeitar se ás leis do reino, formulando as associações os seus estatutos e os institutos os seus regulamentos para serem submittidos á approvação do Governo os primeiros e á dos Governadores das provincias os segundos;

Ha Sua Magestade El Rei por bem determinar o seguinte:

1.º Que os Governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor façam publicar nos respectivos boletins officiaes, para ter a devida execução, o citado decreto de 18 de abril de 1901;

2.º Que pela mesma fórma façam publicar, para serem observados, na parte applicavel, os estatutos e Portarias régias que os approvaram das associações religiosas com séde no reino mas que tambem se destinam a exercer a sua acção no ultramar portuguez, e bem assim a Portaria régia de 26 de fevereiro do corrente anno que se refere á associação dos missionarios do Espirito Santo;

3.º Que, para a apresentação dos estatutos de quaesquer associações religiosas que se constituirem nas respectivas provincias, estabeleçam os prazos que julgarem conveniente tendo em vista as distancias e os meios de comunicação ou outras circumstancias attendiveis;

4.º Que, recebidos os estatutos a que se refere o numero antecedente, os submettam sem demora á approvação do Governo, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, informando o que se lhês offerecer.

O que, pela sobredita secretaria d'estado, se communica aos mencionados Governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 17 de março de 1902.— *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Boletim official de S. Thomé n.º 17.)

Decreto e Portarias a que se refere a régia Portaria supra

Senhor:— Mais uma vez se suscitou entre nós a questão religiosa; de todas a que mais affecta as consciencias e exalta os espiritos. Lamentavel questão esta que, distendendo-se pelo paiz e entrando na vida intima das familias, leva a convicção á intransigencia, o sentimento á paixão, a crença ao fanatismo, quando a tempo se não provê de remedio com sereno criterio e ponderada razão. Lamentavel questão, sobretudo, no momento em que mais preciso se torna que todos, afastando dissidencias que conduzem á inimizade e á desordem, ponham o melhor do seu trabalho e esforço em resolver outros problemas que tanto interessam á economia da nação.

Mas, Senhor, não se conquista, em feitos heróicos, o regimen liberal em que assenta o throno de Vossa Magestade, para hoje, amanhã e sempre se cerrar os olhos a praticas e abusos, que contendem com o que este regimen nos trouxe de progresso, em principios que lhe são essenciaes.

A verdade, que os factos attestam, é que de ha muito, e a despeito das leis, se têm introduzido no paiz comunidades e congregações religiosas, noviciados e profissões, apostolados e cathecheses, escolas e institutos de toda a ordem, que vivem sem auctorisação que os legitime, sem fiscalisação, e até sem conhecimento do Estado, fóra da jurisdicção ordinaria das auctoridades ecclesiasticas, fóra dos preceitos que em Portugal regem as associações e os individuos, os nacionaes e os estrangeiros.

E a isto urge pôr cõbro, para que a lei, que a Constituição declarou igual para todos, seja por todos respeitada e cumprida.

*

*

*

Senhor: — Depois do decreto de 17 de maio de 1832, firmado por Mousinho da Silveira e que supprimiu conventos de religiosos e religiosas nos Açores, mandando considerar bens nacionaes os dos conventos supprimidos; depois dos decretos de 30 de abril e 15 de maio de 1833, que têm a referenda de José da Silva Carvalho e que supprimiram os conventos abandonados; depois do decreto de 3 de agosto do mesmo anno, referendado por Candido José Xavier e que ordenou a suppressão de todo o convento ou mosteiro que recebesse quaesquer ecclesiasticos, seculares ou regulares, que se houvessem insurgido contra o Governo da Rainha; fez o Augusto Avô de Vossa Magestade, D. Pedro, Duque de Bragança, publicar o decreto de 5 de agosto de 1833, que:

— prohibiu, de então em diante, todas e quaesquer admissões a ordens sacras, e a noviciados monasticos de qualquer instituto ou natureza que fôsem;

— despediu dos conventos ou mosteiros todos os individuos, que se achassem nos noviciados, mandando que voltassem á classe da sociedade a que pertenciam;

— e determinou que se fundasse seminarios para educação dos que se destinassem ao serviço do culto divino.

Logo apóz, em 9 de agosto, um novo decreto pôz termo á instituição dos Prelados Maiores das Ordens militares, monachaes, e sujeitou aos bispos das dioceses as communidades de todos os conventos, mosteiros e casas religiosas de um e outro sexo.

Sobre isto, veio o decreto de 28 de maio de 1834 declarar:

«Ficam desde já extinctos em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e Dominios portuguezes, todos os conventos, mosteiros, collegios, hospicios, e quaesquer casas de religiosos de todas as Ordens regulares, seja qual fôr a sua denominação, instituto, ou regra».

E, já ulteriormente, foram as disposições d'este decreto mandadas applicar, por decreto de 22 de julho do mesmo anno, ao Instituto dos Padres da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, mostrando assim o auctor d'aquella severa providencia, Joaquim Antonio de Aguiar, que, para todos os effeitos, se devia ella considerar de character geral e definitivo.

Esta a doutrina legal.

Por outro lado, Senhor, é ponto incontroverso que, ainda no regimem absoluto, só com permissão régia se podia fundar ou levantar conventos novos, ou sequer mudar os existentes; d'isto são prova explicita as cartas régias de 22 de setembro de 1610, 24 de maio de 1622, 14 de fevereiro e 2 de outubro de 1630, 2 de novembro de 1633 e 14 de abril de 1657.

Era uma prerogativa da Corôa, de que esta não podia abdicar. Como no systema constitucional, é attribuição do Poder legislativo.

El convento, ou mosteiro, era a casa de habitação de qualquer comunidade de ordem religiosa, sendo a profissão, comprehendendo o noviciado e o voto, o que constituia a essencia da vida monastica.

A conclusão é obvia: — tendo o decreto de 5 de agosto de 1833 prohibido, de então em diante, as admissões a noviciados e profissões de quaesquer individuos, e em quaesquer institutos; e não tendo a execução d'esse decreto sido posteriormente invalidada; — sendo certo que o decreto de 28 de março de 1834 supprimiu todos os institutos e casas de religiosos de ordens regulares, onde se fazia vida monachal; e não havendo, ulteriormente, sido auctorisado o estabelecimento, no paiz, de uma qualquer instituição d'essa natureza; — é evidente que, com excepção das religiosas que haviam professado antes de 5 de agosto de 1833, nenhuma comunidade, congregação ou casa religiosa, destinada á vida conventual, e com noviciados ou votos, poude, mais, ter existencia legal.

Por isso a lei de 4 de abril de 1861 auctorisou, sómente, o Governo a regular, de accordo com o respectivo prelado diocesano, a administração das egrejas e conventos de religiosas, conservados ou reformados. Sobre tudo o mais incidiu a desamortisação, porque tudo o mais se reputou supprimido e extincto de vez. E ao morrerem, nos conventos, as ultimas freiras, foram elles successivamente passando para o Ministerio da fazenda, a fim de se lhes dar applicação; porque, além d'essas freiras, nenhuma outra podia haver.

Taes foram, Senhor, os fundamentos dos n.ºs 1.º e 3.º do decreto de 10 de março do corrente anno, que Vossa Magestade houve por bem assignar.

*

* — *

Mas, sem embargo das leis existentes, por todo o paiz, nas cidades mais populosas como nas villas e aldeias, se foram introduzindo communidades ou congregações religiosas,

estabelecendo escolas, hospitaes, asylos, creches, instituições de toda a ordem, com applicação ao ensino, á beneficencia, á caridade, á propaganda da fé e da civilisação no ultramar, dando educação a creanças, tratamento a doentes, albergue a velhos e inválidos, preparando missionarios, e levando, por elles, ás colonias, ao mesmo tempo que a devoção e a fé, o amor pela nação portugueza.

Tudo isto, porém, ou em grande parte, fôra das leis e da acção do Estado. Muitas d'essas instituições sem a auctorização necessaria; muitos d'esses estabelecimentos sem estatutos approvados, sem fiscalisação efficaz, sem obediencia effectiva ás auctoridades regularmente constituidas.

Sabia o Governo, sabiam todos, que taes institutos existiam, porque factos quotidianos o attestavam; mas ás secretarias d'estado não chegava o conhecimento do que n'elles se passava e não podia assim exercer-se, como de dever, a superintendencia official.

Em taes circumstancias, o que cumpria ao Governo fazer?

Eliminar, de chofre, tudo o que encontrava, e em que, no fundo, havia muito de al-truista e de bom? Impossivel.

Seria lançar na sociedade uma funda perturbação, a que os meios administrativos, e os recursos do thesouro, difficilmente poderiam acudir de prompto.

A obrigação do Governo era, primeiro, inquirir dos factos; providenciar, depois, conforme as leis.

Esta foi, Senhor, a razão do n.º 2.º do decreto 10 de março.

*

* *

Fez-se o inquerito; e justo é dizer que mais rapido não podia ser, em assumpto de tanto alcance e melindre. Em pouco mais de um mez, deram os Governadores civis dos districtos cumprimento áquelle decreto, consoante as instrucções que receberam na Portaria de 12 de março, enviando precisas e minuciosas informações sobre os estabelecimentos dirigidos por comunidades ou congregações religiosas, ou em cuja administração intervinham individuos pertencentes a essas associações.

E d'esse inquerito se apurou haver, realmente, no paiz:

—conventos onde se fazia vida monastica, com noviciados e profissões;

—comunidades, ou casas religiosas, votadas ao culto e á catechese, de sacerdotes manifestamente filiados em ordens religiosas;

—estabelecimentos de ensino, caridade ou beneficencia, e propaganda, dirigidos por comunidades ou congregações religiosas não auctorisadas, algumas com votos e até com clausura; escolas não subordinadas aos preceitos que regem a instrucção publica; institutos de beneficencia ou caridade, sem estatutos, sem inspecção, não fazendo orçamentos nem prestando contas, de facto alheios á tutela administrativa; mas escolas que educam, hospitaes que tratam, creches e asylos que albergam, associações de onde têm saldo missionarios para a Africa, já mortos alguns, outros ainda em laboriosa propaganda.

—estabelecimentos, emfim, de beneficencia e caridade, legalmente constituidos, mas que têm ao seu serviço individuos pertencentes a comunidades ou congregações; d'estes, muitos prestando ardua e desinteressada coadjuvação.

Ao preceito n.º 1 do decreto de 10 de março deu o Governo execução mandando fechar conventos, onde se fazia vida monastica, comunidades e casas de religiosos, votados á catechese e que se reconheceu pertencerem a ordens regulares.

O que fazer no tocante aos estabelecimentos de ensino, caridade, beneficencia, e propaganda no ultramar, e ás comunidades ou congregações religiosas que os dirigem on administram?

Supprimir? Não. Regularisar.

Dar existencia normal e regular ao que é proveitoso e benefico, corrigindo os defeitos e evitando os abusos. Fazer entrar, no imperio da lei, o que com a lei bem pode viver. Tirar do mysterio e da sombra, onde só se esconde quem a consciencia argúe, o que, na inteireza dos actos, e na segurança das intenções, bem pode defrontar a luz do sol.

Nem para isso é necessario lei nova.

Basta que as comunidades e congregações religiosas se amoldem á feição secular e legal das associações de character religioso. Basta que os estabelecimentos de ensino,

caridade ou beneficencia, e de propaganda no ultramar, se subordinem á legitima acção e superintendencia do Estado.

É o que succinta e claramente procurámos formular no decreto que submettemos á approvação de Vossa Magestade, e que perante o vosso alto criterio vimos justificar.

*

* *

Senhor! A associação é um direito;—ninguem o contesta. Reconhece-o o art. 359.º, n.º 3.º, define-o o art. 365.º do Codigo civil. Mas não é, não pode ser, não foi nunca, um direito absoluto. Sempre, em todo o tempo, o Estado lhe pôz, por condição, a sua faculdade tutelar, approvando os estatutos e fiscalizando as funcções dos associados.

No antigo regimen, promulgou-se o alvará de 30 de março de 1818 que, advertindo «não serem bastantes os meios correccionaes com que se tem até agora procedido segundo as leis do reino, que prohibem qualquer sociedade, congregação ou associação de pessoas com alguns estatutos, sem que ellas sejam primeiramente por mim auctorisadas e os seus estatutos approvados», mandou que aos contraventores se applicasse as penas da Ordenação, livro V, titulo VI, §§ 5.º e 9.º, referente aos crimes de lesa-Magestade.

Um outro diploma do regimen absoluto, a carta de lei de 20 de junho de 1823, preceituou no n.º 6.º:

«Não podendo ser da minha real intenção impedir as sociedades, que sem se esconderem aos olhos do publico se dirigem a fins licitos, e até louvaveis; mas querendo atalhar o abuso que d'essas mesmas sociedades se pode fazer alterando e pervertendo com o andar dos tempos seus originarios institutos: ordeno que nenhuma das ditas sociedades se possa abrir sem que seus estatutos sejam primeiro vistos e approvados por mim, sob pena de serem consideradas como sociedades secretas, e de se proceder contra seus membros na forma prescripta por esta lei».

A fórmula era a seguinte:

1.º Todas as sociedades secretas serão supprimidas, quaesquer que sejam seus institutos ou denominações, e nunca mais poderão ser restauradas.

2.º Fica subsistindo o alvará de 30 de março de 1818, pelo qual fui servido declarar que todas as sociedades secretas fôsem consideradas como conselho e confederação contra o Rei e o Estado».

Mais tarde, estando já em vigor o systema constitucional, declarou a Portaria de 17 de novembro de 1845, firmada pelo conde de Thomar:

—«que nenhuma associação se pode considerar licita, nem legitimamente constituída, sem que obtenha aquella real approvação, o que não é só principio de direito publico, mas se acha expressamente legislado na carta de lei de 20 de junho de 1823, artigo 6.º»

Modernamente, preceituou o Codigo penal, de 1886, no artigo 282.º:

«Toda a associação de mais de vinte pessoas, ainda mesmo dividida em secções de menor numero, que, sem preceder auctorização do Governo, com as condições que elle julgar convenientes, se reunir para tratar de assumptos religiosos... ou de qualquer outra natureza, será dissolvida e os que a dirigirem e administrarem serão punidos com a prisão de um mez a seis mezes. Os outros membros serão punidos com a prisão até um mez».

§ 1.º As mesmas penas serão applicadas no caso de infracção das condições impostas pelo Governo».

Este o principio, que superiormente, através de todos os tempos, e em todas as formas de governo, rege e domina o assumpto.

Na França, hoje republicana, dizia, ha poucos dias, na Camara dos deputados, o eminente jurisconsulto o sr. Waldeck-Rousseau, presidente do Conselho de Ministros:

«L'Etat français ne s'est jamais départi de ce principe, qui veut que lorsqu'une association religieuse, lorsqu'une congrégation se forme, il ait le droit d'examiner ses statuts, d'envisager son but, de lui tracer des règles et, plus tard, de surveiller son fonctionnement».

Pois bem, Senhor, se este é o principio, a attribuição do Governo, cumpre este o seu dever, fixando as condições em que, dentro das leis actuaes, se podem constituir e funcionar as associações de character religioso, para que sejam productivas de beneficios

Dentro das leis actuaes, e por isso não recorre ao Parlamento. Como ao Parlamento não recorreu, quando, por decreto de 9 de maio de 1891, providenciou para as associações de classe.

As associações que regularmente se constituírem, sujeitando os seus estatutos á approvação do Governo, observando estritamente as leis do paiz no que toca ao ensino, conformando-se com a tutela administrativa no que respeita á beneficencia e á caridade, cumprindo os regulamentos especiaes dos institutos que para isso fundarem, — porque é indispensavel que tenham um fim de manifesta utilidade social — confere o decreto, que trazemos a Vossa Magestade com relação a esses institutos, a qualidade juridica de pessoas moraes, nos termos dos artigos 32.º e 37.º do Codigo civil, e para todos os effeitos da legislação que lhes é applicavel, sobréudo a que regula a aquisição de bens immobiliarios.

E' o que a lei portugueza determina. E' o que a conveniencia publica recommenda. No Parlamento francez dizia o sr. Waldeck-Rousseau:

« Il faut que l'État intervienne; il faut que l'État lui confère la personnalité civile; il faut, en un mot, alors que les personnes physiques sont necessairement périssables, — ce qui assure la circulation des biens, — il faut que l'État crée à côté et au-dessus des personnes physiques une personne morale qui est son œuvre, qui sera éternelle... je me trompe, qui sera d'aussi longue durée que l'État le jugera nécessaire, car formée par son autorisation, placée sous son contrôle, n'ayant pu naître que de lui, elle ne peut vivre sans sa volonté ».

A esta forma legal de associações se poderão sujeitar as comunidades e congregações religiosas, actualmente existentes, com os institutos que têm fundado. De todas se reclama, porém, que acatem e observem as leis do paiz. E para a sua remodelação, nos termos do decreto que formulamos, se lhes dá o praso de seis mezes. E' o praso que se consigna no projecto da lei franceza sobre associações. Em menos tempo, seria difficil elaborar estatutos e regulamentos, aprecial-os e approval os devidamente, — tantos são os institutos a regularisar.

Senhor: — Tudo se pôde assim conciliar: o sentimento que a religião inspira, a pratica do bem que a devoção assegura, o beneficio que a sociedade recolhe, o respeito que a lei exige.

E de conciliação entre todos é o animo generoso de Vossa Magestade, sempre solícito no que interessa á tranquillidade, ao desenvolvimento e ao bem estar da nação portugueza.

No decreto, que vos apresentamos, foi nosso intuito servir, ao mesmo tempo, a causa da religião e a do Estado.

Vossa Magestade resolverá pelo melhor.

Attendendo ao que me representaram o presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os Ministros e secretarios d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça e dos negócios da marinha e ultramar: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Nenhuma associação de caracter religioso poderá instituir-se ou funcionar no paiz sem prévia auctorisação do Governo.

§ 1.º São condições essenciaes para esta auctorisação:

a) A apresentação dos estatutos por que a associação pretende reger-se, e que serão publicados na folha official, depois de approvados pelo Governo;

b) Destinar-se a associação a actos de beneficencia ou caridade, a educação e ensino, ou á propaganda da fé e civilização no ultramar;

c) Não haver, na associação, clausura, praticas de noviciado, nem profissões ou votos, não permittidos por lei;

d) Subordinar-se a associação, em tudo o que respeita ao espirital, ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas;

e) Sujeitar-se a associação, em tudo o que respeita ás suas funções temporaes, ás leis do paiz e á superintendencia do Estado;

f) Ser formada com cidadãos portuguezes a Direcção superior da associação, excepto se esta fôr constituída sómente por cidadãos estrangeiros.

§ 2.º As associações, constituídas nos termos do § precedente, serão, com respeito aos institutos que estabelecerem, consideradas como pessoas moraes para todos os efeitos da legislação civil.

Art. 2.º Os institutos de beneficência ou caridade, de educação e ensino, ou de propaganda, estabelecidos pelas associações de que trata o § 1.º do artigo antecedente, obedecerão ás seguintes prescripções:

a) Não poderão ser abertos, nem funcionar, sem regulamento approved pelo Governador civil do districto;

b) Os institutos de beneficência ou caridade ficarão sujeitos á tutela e inspecção das auctoridades administrativas, nos termos da legislação commum;

c) Os institutos de educação e ensino observarão, em tudo, as leis que no paiz regulam a instrucção publica, sem que possam d'ellas afastar-se;

d) Os institutos destinados á formação e desenvolvimento de missões ultramarinas reger-se hão por preceitos especiaes, tendentes a assegurar os beneficios da propaganda da fé e da civilisação nas possessões portuguezas.

Art. 3.º As associações de caracter religioso, que se constituirem fóra das condições expressas no § 1.º do art. 1.º d'este decreto, e as que, tendo sido regularmente constituídas, contravierem, depois, ao que ali se acha disposto, serão immediatamente dissolvidas, applicando-se o preceituado no art. 282.º do Código penal, e ordenando-se o prompto encerramento de quaesquer institutos que hajam estabelecido.

Art. 4.º Os institutos designados no art. 2.º d'este decreto, que forem estabelecidos fóra das condições ali prescriptas, e os que, tendo sido regularmente estabelecidos, contravierem, depois, ao que ali se acha preceituado, serão promptamente encerrados, ordenando-se a immediata dissolução das associações de caracter religioso que os hajam constituído.

Art. 5.º Os institutos de beneficência ou caridade, de educação e ensino, e de propaganda da fé e da civilisação no ultramar, actualmente existentes, dirigidos ou administrados por quaesquer comunidades ou congregações religiosas, ou em cuja direcção ou administração intervenham individuos pertencentes a essas comunidades ou congregações, deverão, dentro de seis mezes, remodelar-se em conformidade com as disposições respectivas do artigo 2.º d'este decreto, para que possam ter existencia legal.

§ 1.º As comunidades ou congregações religiosas, que gerirem ou administrarem esses institutos, deverão, dentro do mesmo praso, observar as disposições do artigo 1.º § 1.º do presente decreto, para que possam ser reconhecidas e funcionar como associações de caracter religioso, nos termos do direito commum.

§ 2.º Os individuos, de um ou outro sexo, pertencentes a comunidades ou congregações religiosas, que actualmente interveem na direcção ou administração dos referidos institutos, deverão igualmente, para que possam n'elles continuar a exercer as suas funcções, mostrar, dentro do mesmo praso, que essas comunidades ou congregações cumpriram o disposto no citado § 1.º do artigo 1.º d'este decreto.

Art. 6.º A inobservancia do preceituado no artigo antecedente e seus paragraphos determinará, findo o praso de seis mezes n'elle fixado, a applicação do disposto nos artigos 3.º e 4.º, quanto á immediata dissolução das respectivas comunidades ou congregações religiosas, e ao prompto encerramento dos institutos que hajam estabelecido, applicando-se, não menos, quando haja logar, o preceituado no artigo 282.º e § 1.º do Código penal.

O presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, o Ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça e o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 18 de abril de 1901.—REI.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Arthur Alberto de Campos Henriques*—*Antonio Teixeira de Sousa*.

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estatutos por que pretende reger-se, para os efeitos do decreto de 18 de abril ultimo, a «Associação das irmãs da missão do padroado ultramarino»;

Vistas as disposições de direito applicaveis;

Ha por bem conceder-lhes a sua approvação, sob as seguintes expressas clausulas, que d'elles ficam sendo parte integrante:

Nenhuma senhora casada pode ser admittida na associação sem prévia licença escripta do marido.

A associação organizará e terá sempre escripturados, em dia, um inventario de seus haveres e uma relação de seus associados, com designação da idade, estado e nacionalidade, para serem presentes á auctoridade administrativa, com os mais livros e documentos de administração quando por ella forem requisitados.

Por nenhum titulo poderá a associação adquirir quaesquer bens de associada, quer directamente, quer por interposta pessoa, sob pena de os perder em favor do Estado, quando a associada ou seus representantes não queiram rehavel-os nos termos de direito;

As associadas conservarão todos os seus direitos individuaes, como a lei civil estabelece e reconhece;

A Gerencia deve submitter á approvação da auctoridade publica os seus orçamentos e contas nas épocas e pela forma determinada na lei para as corporações administrativas;

A associação deve manter em Lisboa uma Procuradoria das suas missões de accordo com o Governo; e

Fica tambem expresso, que esta approvação será retirada aos mesmos estatutos, logo que deixem de ser devidamente cumpridos, ou a sobredita collectividade se desvie dos fins legaes da sua instituição ou dos precisos termos do citado decreto.

Paço, em 18 de outubro de 1901.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Estatutos da «Associação das irmãs da missão do padroado ultramarino»

CAPITULO I

Natureza e fins da associação

Artigo 1.º A «Associação das irmãs da missão do padroado ultramarino», organizada em conformidade com o decreto de 18 de abril de 1901, é uma associação de caracter religioso, que tem por fim preparar mestras, catechistas e enfermeiras especialmente destinadas á propaganda da fé e civilização no ultramar, e aos actos de beneficencia e caridade inherentes a essa propaganda.

Art. 2.º Esta associação é subordinada á «Associação auxiliar da missão ultramarina» e sujeita ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas em tudo o que respeita ao espiritual, e ás leis do paiz e á superintendencia do Estado em tudo o que respeita ás suas funções temporaes.

Art. 3.º A associação é constituída por irmãs da missão e por aspirantes a irmãs.

§ 1.º Fazem parte da associação as irmãs da missão e as aspirantes existentes nos institutos de S. Patricio, em Lisboa, de Santa Thereza de Jesus, em Carnide, de Santa Clara em Coimbra, de Nossa Senhora de Mouserrate, em Vianna do Castello, e de S. Francisco Xavier, em Ponta Delgada, bem como as irmãs que actualmente prestam serviços, por determinação official, em Loanda (collegio e escola official) — em Mossamedes (idem, idem) — na Huilla (asylo e missão) — em Caconda (idem, idem) — em Malange (idem, idem e escola official) — em Cabinda (asylo e missão) — em Chiloango (missão e escola) — em Quali (asylo e missão) — em Lourenço Marques (hospital e escola «Maria Amelia») — em Boroma (missão) — em Inhambane (hospital e escola official) — em Cabaceira (asylo e escola) — em Moçambique (hospital e escola official) — em Quelimane (idem, idem); e, por convite particular, em Braga (asylo) — em Guimarães (idem) — em Angra do Heroismo (asylo de infancia desvalida e asylo de mendicidade).

§ 2.º As irmãs da missão poderão exercer o seu ministerio em qualquer parte da monarchia portugueza, aonde os seus serviços forem reclamados.

Art. 4.º O serviço missionario das irmãs é essencialmente de caridade e gratuito, sem que a associação prescinda dos subsidios com que o Estado deva concorrer para a sua sustentação e desenvolvimento, em correspondencia com os serviços por ellas prestados á religião e á patria nas colonias portuguezas e com as despesas pessoaes das irmãs empregadas officialmente n'aquelles serviços.

Art. 5.º Todo o pessoal da associação é do sexo feminino.

§ 1.º As menores de vinte e um annos não serão admittidas como aspirantes a irmãs, sem prévia auctorisação por escripto de seus paes ou superiores legaes para seguirem a vida missionaria, e sem assignarem uma declaração de que aspiram e desejam seguir aquella vida.

§ 2.º Esta declaração será repetida quando passarem á classe de irmãs da missão, e accrescentada com a fixação do tempo durante o qual se obrigam ao serviço das missões.

§ 3.º Terminando o tempo do seu compromisso, podem as irmãs renovar-o de accordo com o Conselho director.

§ 4.º A irmã que faltar ao cumprimento d'aquella obrigação pagará á associação as despesas feitas com a sua preparação ou formação.

CAPITULO II

Da Direcção

Art. 6.º A direcção superior da associação pertence á Direcção da «Associação auxiliar da missão», e, por delegação d'esta, a um Conselho director, composto da superiora da casa ou instituto central da associação, de duas assistentes e de duas vogaes.

§ unico. O Conselho director poderá ser augmentado, se o desenvolvimento da associação assim o exigir.

Art. 7.º Ao Conselho director compete:

1.º Gerir os negocios da associação em todas as manifestações da sua vida social, e nomear o respectivo pessoal;

2.º Formular os regulamentos internos que julgar necessarios para o funcionamento da associação de conformidade com as leis do paiz;

3.º Superintender na administração interna de todos os estabelecimentos ou institutos sociaes, e na distribuição dos rendimentos da associação;

4.º Fornecer á Direcção da «Associação auxiliar da missão» todos os documentos e esclarecimentos para as contas da gerencia da associação;

5.º Admittir, quando a necessidade o exigir, auxiliares externas, e retribuir os seus serviços conforme o respectivo ajuste;

6.º Propôr á Direcção da «Associação auxiliar da missão» todos os alviteres, que julgar necessario para a prosperidade e desenvolvimento da associação, e promover a execução d'esses alviteres.

§ unico. A correspondencia com as auctoridades civis ou ecclesiasticas e com as Repartições publicas será assignada pela superiora da casa central, ou por quem a representar nas outras casas ou institutos sociaes e em quaesquer outros estabelecimentos em que as irmãs prestem serviços, na parte respeitante a estes estabelecimentos.

CAPITULO III

Do ensino escolar

Art. 8.º O ensino ministrado nas escolas da associação será sempre subordinado ás leis do paiz que regulam a instrucção publica, e aos preceitos tendentes a assegurar os beneficios da propaganda da fé e civilisação nas colonias portuguezas, em conformidade com o respectivo regulamento.

§ unico. A associação poderá admittir pensionistas, em commum ou em secções separadas, e estabelecer escolas primarias rudimentares para creanças pobres nos seus estabelecimentos ou institutos.

CAPITULO IV

Disposições geraes

Art. 9.º Para a formação das irmãs da missão manterá a associação, tanto na metropole, como no ultramar, as casas ou estabelecimentos que os seus recursos permittirem.

Art. 10.º O Conselho director não poderá fazer aquisição alguma, gratuita ou onerosa, sem auctorisação expressa da Direcção da «Associação auxiliar da missão» e nos termos das leis vigentes.

Art. 11.º Em caso de dissolução da associação todos os seus bens passarão para a «Associação auxiliar da missão», e, se esta também se dissolver, para o «Real padroado ultramarino».

§ unico. Os bens pessoaes das irmãs não serão considerados bens sociaes e pertencerão sempre a estas.

Art. 12.º A séde da associação é em Lisboa; e a sua casa ou estabelecimento principal no «Instituto de S. Patricio (Escadinhas de S. Chrispim).

Art. 13.º Qualquer alteração n'estes estatutos será feita em conformidade com as leis do paiz.

Pela direcção da «Associação auxiliar da missão».—(*Seguem-se as assignaturas*).

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estatutos por que pretende reger-se, para os effeitos do decreto de 18 de abril ultimo, a «Associação das Irmãs de S. Vicente de Paula»;

Vistas as disposições de direito applicaveis;

Ha por bem conceder-lhes a sua approvação, com a expressa clausula de que lhes será retirada logo que deixem de ser devidamente cumpridos, ou a sobredicta collectividade se desvie dos fins legaes da sua instituição ou dos precisos termos do citado decreto.

Paço, em 18 de outubro de 1901. — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.

Estatutos da «Associação das irmãs de S. Vicente de Paula»

Artigo 1.º A «Associação das irmãs de S. Vicente de Paula» constitue-se como associação de character religioso, nos termos das leis do paiz.

Como associação de character religioso tem por fim mantêr, observar e propagar a religião catholica apostolica romana, que é a religião do Estado, procurando praticar as virtudes que ella ensina pelos modos constantes do artigo seguinte.

Art. 2.º Esta associação destina-se a praticar as obras de caridade sob todas as formas, e em particular:

1.º Tratar os pobres doentes nos hospitaes, soccorrel-os e visital-os em suas casas;

2.º Dirigir asylos, crêches, dispensarios e collegios; ensinar, sobretudo ás creanças pobres e desamparadas, os elementos de uma instrucção sólida e a prática dos mistêres e trabalhos domesticos; formal-as carinhosamente ás virtudes christãs, ao amor da familia e da patria;

3.º Applicar-se a propagar a fé catholica e a civilisação nas possessões ultramarinas portuguezas.

Art. 3.º A associação subordinar-se-ha, no que respeita ao espirital, ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas, e, no que toca ao temporal, á inspecção do Estado, tudo nos termos das leis do paiz.

Art. 4.º Logo que estes estatutos forem approvados pelo Governo, sujeitará a associação á approvação do Governador civil do respectivo districto o regulamento de cada um dos seus estabelecimentos, e o mesmo fará quanto aos estabelecimentos que de futuro sejam fundados, antes de os abrir.

Art. 5.º Os estabelecimentos da associação, que forem de beneficencia ou caridade, ficarão sujeitos á tutela e inspecção das auctoridades administrativas, nos termos da legislação commum, e os de educação e ensino ás leis que regulam a instrucção publica.

§ unico. A associação organizará, e terá sempre escripturados em dia, um inventario de seus haveres e uma relação de suas associadas, com designação da idade, estado e nacionalidade, para serem presentes á auctoridade administrativa, com os demais livros e documentos de administração quando por ella forem requisitados.

Art. 6.º Os immobiliários que a associação adquirir por título gratuito serão desamortizados nos termos da lei, e por título oneroso só poderá adquirir os indispensáveis para o desempenho dos seus fins, precedendo, todavia, licença do Governo.

Por nenhum título poderá a associação adquirir quaesquer bens de associadas, quer directamente, quer por interposta pessoa, sob pena de os perder em favor do Estado, quando a associada ou seus representantes não queiram rehavel-os nos termos de direito.

Art. 7.º O rendimento da associação e de cada um dos seus institutos provém das quotas das alumnas pensionistas que tiverem meios de as pagar, de esmolas, legados e producto de quaesquer subscripções, donativos, etc.

§ unico. A receita de cada instituto será applicada á respectiva despesa, devendo quaesquer saldos entrar em conta e não poderão ser applicados senão a qualquer dos fins da associação, nos termos d'estes estatutos.

Art. 8.º Só podem ser admittidas como associadas as pessoas solteiras ou viúvas do sexo feminino, de maior idade, e as menores com licença escripta de seus paes ou tutores.

Art. 9.º As associadas conservam todos os seus direitos individuaes, como a lei estabelece e reconhece.

A administração da associação pertence a um Conselho director annual, gratuito e eleito pela assembléa geral de entre as associadas que a compõem.

Art. 10.º Têm direito a tomar parte nas assembléas geraes todas as associadas maiores de vinte e um annos.

Art. 11.º Compete á assembléa geral:

1.º Eleger de tres em tres annos a sua Mesa, e, todos os annos, o Conselho director e a Commissão révisora de contas;

2.º Despedir qualquer associada, a seu pedido, ou com motivo justificado, devendo n'este segundo caso preceder audiencia da arguida, cuja exclusão só pôde ser pronunciada por dois terços dos membros presentes á assembléa;

3.º Deliberar sobre as contas, relatorios e qualquer assumpto respeitante á associação, para que tenha sido convocada.

Art. 12.º A Mesa da assembléa geral compõe-se de presidente e duas secretarias; o Conselho director e a Commissão revisora de contas, de tres membros cada um.

Art. 13.º Haverá duas reuniões annuaes da assembléa geral e as extraordinarias que forem requeridas pelo Conselho director ou por doze socias.

A primeira reunião ordinaria effectuar-se-ha no segundo domingo de julho, e n'ella se procederá á eleição da Commissão revisora de contas e á da Mesa da assembléa geral (de tres em tres annos). N'esta reunião serão presentes pelo Conselho director o inventario e contas da gerencia do anno economico findo.

Na segunda reunião ordinaria, que deve effectuar-se quinze dias depois da primeira, discutir-se-ha o parecer da Commissão revisora sobre as contas, bem como o relatorio do Conselho director, e proceder-se-ha á eleição d'este.

Art. 14.º O Conselho director elege, dos seus membros, presidente, secretária e thesoureira.

Art. 15.º Pertence á presidente representar a associação em Juizo e fóra d'elle, dirigir os trabalhos das sessões do Conselho, convocar as reuniões e executar as deliberações do mesmo, provendo a todos os casos ordinarios de administração e aos extraordinarios que forem urgentes.

A secretária compete a correspondencia e lavrar as actas das sessões.

A thesoureira compete a arrecadação dos fundos.

Art. 16.º Ao Conselho director incumbe:

1.º A admissão das associadas;

2.º A admissão e exclusão das alumnas e de quaesquer pessoas soccorridas pela associação e, em geral, deliberar sobre o modo de gerir os estabelecimentos da associação e de cumprir quaesquer dos seus fins;

3.º A nomeação e demissão do pessoal e empregadas.

Art. 17.º O Conselho director deve submeter á approvação da auctoridade publica os seus orçamentos e contas nas épocas e pela fórmula determinada na lei para as corporações administrativas.

Art. 18.º Logo que os seus meios e recursos lh'o permittam, a associação manterá um ou mais institutos para educação do pessoal destinado ás missões ultramarinas, onde

sejam ensinadas ou diversas artes e officios, ou agricultura e horticultura, ou as linguas falladas nas regiões para onde as missões se destinem, ou ainda quaesquer conhecimentos especialmente uteis para essas regiões.

Pelo que toca ás missionarias propriamente ditas, a educação comprehende, além da formação litteraria adequada, uma educação moral e religiosa que seja garantia de exemplar procedimento na vida missionaria.

§ unico. Será defeso á associação enviar missionaria alguma para o ultramar sem a prévia educação a que este artigo se refere.

Quanto ás auxiliares das missões compete á Direcção nomear as que julgar uteis ao serviço da missão respectiva.

Ao Governo incumbirá a fiscalisação do preceituado n'este paragrapho.

Art. 19.º Para facilidade das relações da associação com o Ministerio da marinha e ultramar, com as companhias de navegação e com as companhias africanas que usam requisitar missionarias para os territorios comprehendidos na respectiva concessão, e ainda para assegurar ás missões o seu conveniente e economico abastecimento, obriga-se a associação a mantêr em Lisboa uma *Procuradoria das suas missões*, de accordo com o Governo. — (*Seguem-se as assignaturas*).

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estatutos por que pretende reger-se, para os effeitos do decreto de 18 de abril ultimo, a «Associação das missionarias de Maria»;

Vistas as disposições de direito applicaveis;

Ha por bem conceder-lhes a sua approvação, com a expressa clausula de que lhes será retirada, logo que deixem de ser devidamente cumpridos, ou a sobredita collectividade se desvie dos fins legaes da sua instituição ou dos precisos termos do citado decreto.

Paço, em 18 de outubro de 1901. — *Ernesto Rodolpho Hiltze Ribeiro*.

Estatutos da «Associação das missionarias de Maria» (Africa — India)

Artigo 1.º A «Associação das missionarias de Maria» constitue-se como associação de character religioso, nos termos das leis do paiz.

Como associação de character religioso, tem por fim mantêr, observar e propagar a religião catholica apostolica romana, que é a religião do Estado, procurando praticar as virtudes que ella ensina pelos modos constantes do artigo seguinte.

Art. 2.º A associação tem por fim:

1.º Organizar missões de irmãs para hospitaes, dispensarios, escolas de creanças na Africa portugueza, tendo já um hospital, um collegio e uma escola na Beira (Moçambique), e propondo-se abrir muito proximoamente um hospital e uma escola em Macequece, e organizar em Matundo (perto da Beira) uma escola para educação de indigenas, ensinando-lhes doutrina christã e habilitando-os para diversos serviços domesticos;

2.º Tratar doentes e velhos e ensinar creanças em hospitaes e escolas no continente do reino e ilhas adjacentes, quer esses estabelecimentos sejam proprios da associação, quer pertençam a outras entidades que solicitem a coadjuvação da associação, tendo já a seu cargo um collegio na cidade do Funchal; em Braga (Tamanca) uma casa de educação de orphãs, na mesma cidade; no extincto convento dos Remedios uma casa para formação de missionarias para a Africa portugueza; em Lagos um asylo de velhos e velhas; e na Junqueira (Lisboa) uma escola para pobres e uma casa para operarios;

3.º O serviço de hospitaes especiaes para leprosos, tendo já aberto um d'estes hospitaes em Meliapôr, India portugueza, assim como um dispensario, crèche, asylo de velhos, escolas, etc.;

4.º Educação artistica das missionarias que veêm terminar a sua educação na séde em Lisboa, que é na rua do Patrocinio n.º 3, onde se ensina photographia, encadernação, bordados e esculptura, etc. Habilitação de meninas pobres ou de poucos meios para trabalhar em encadernação, bordados, phototypia, piano e canto, e quaesquer outros estudos analogos, procurando-lhes um estado.

Dedicam-se ao tratamento de pessoas atacadas de epidemias ou pestes: cholera, variola negra ou qualquer outra doença, como fizeram em janeiro de 1900 tratando de variolosos, isolando-se com elles n'um dos arredores da cidade da Beira (Moçambique).

Tambem se dedicam, em tempo de guerra, ao tratamento dos feridos no campo de batalha.

§ unico. Poderá a associação exercer outras obras de caridade que possam convenientemente ser praticadas por pessoas do sexo feminino.

Art. 3.º A associação subordinar-se-ha, no que respeita ao espirital, ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas, e, no que toca ao temporal, á inspecção do Estado, tudo nos termos das leis do paiz.

Art. 4.º Logo que estes estatutos forem approvados pelo Governo, sujeitará a associação á approvação do Governador civil do respectivo districto o regulamento de cada um dos seus estabelecimentos, e o mesmo fará, antes de os abrir, quanto aos estabelecimentos que de futuro sejam fundados, ou que actualmente não funcionam.

Art. 5.º Os estabelecimentos da associação, que forem de beneficencia ou caridade, ficarão sujeitos á tutela e inspecção das auctoridades administrativas, nos termos da legislação commum, e os de educação e ensino ás leis que regulam a instrucção publica.

§ unico. A associação organizará, e terá sempre escripturados em dia, um inventario de seus haveres e uma relação de seus associados, com designação da idade, estado e nacionalidade, para serem presentes á auctoridade administrativa com os demais livros e documentos de administração quando por ella forem requisitados.

Art. 6.º Os immobiliarios que a associação adquirir por titulo gratuito serão desamortizados nos termos da lei; e por titulo oneroso só poderá adquirir os indispensaveis para o desempenho dos seus fins, precedendo, todavia, licença do Governo.

§ unico. Por nenhum titulo poderá a associação adquirir quaesquer bens de associadas, quer directamente, quer por interposta pessoa, sob pena de os perder em favor do Estado, quando a associada ou seus representantes não queiram rehavel-os, nos termos de direito.

Art. 7.º O rendimento da associação e de cada um dos seus institutos provém das quotas das alumnas pensionistas que tiverem meios de as pagar, de esmolas, legados e producto de quaesquer subscripções, donativos, etc.

§ unico. A receita de cada instituto será applicada á respectiva despesa, devendo quaesquer saldos entrar em conta e não poderão ser applicados senão a qualquer dos fins da associação, nos termos d'estes estatutos.

Art. 8.º Só podem ser admittidas como associadas as pessoas do sexo feminino, devendo as menores ter licença escripta de seus paes ou tutores, e as casadas licença escripta dos seus conjuges.

Art. 9.º As associadas conservam todos os seus direitos individuaes, como a lei civil estabelece e reconhece.

Art. 10.º A administração da associação pertence a um Conselho director annual, gratuito e eleito pela assembléa geral de entre as associadas que a compõem.

Art. 11.º Têm direito a tomar parte nas assembléas geraes todas as associadas maiores de vinte e um annos.

Art. 12.º Compete á assembléa geral:

1.º Eleger, de tres em tres annos, a sua Mesa, e, todos os annos, o Conselho director e a Commissão revisora de contas;

2.º Despedir qualquer associada, a seu pedido ou com motivo justificado, devendo, n'este segundo caso, preceder audiencia da arguida, cuja exclusão só pôde ser pronunciada por dois terços dos membros presentes á assembléa;

3.º Deliberar sobre as contas, relatorios e qualquer assumpto respeitante á associação, para que tenha sido convocada.

Art. 13.º A Mesa da assembléa geral compõe-se de presidente e duas secretárias; o Conselho director, de cinco membros e a Commissão revisora de contas, de tres.

Art. 14.º Haverá duas reuniões ordinarias annuaes da assembléa geral e as extraordinarias que forem requeridas pelo Conselho director ou por doze sócias.

A primeira reunião ordinaria effectuar-se-ha no segundo domingo de julho, e n'ella se procederá á eleição da Commissão revisora de contas e á da Mesa da assembléa geral (de tres em tres annos). N'esta reunião serão presentes pelo Conselho director o inventario e contas da gerencia do anno economico findo.

Na segunda reunião ordinaria, que deve effectuar-se quinze dias depois da primeira, discutir-se-ha o parecer da Commissão revisora sobre as contas, bem como o relatorio do Conselho director, e proceder-se ha á eleição d'este.

Art. 15.º O Conselho director elege, dos seus membros, presidente, secretária e thesoureira.

Art. 16.º Pertence á presidente representar a associação em Juizo e fóra d'elle, dirigir os trabalhos das sessões do Conselho, convocar as reuniões e executar as deliberações do mesmo, provendo a todos os casos ordinarios de administração e aos extraordinarios que forem urgentes.

A' secretária compete a correspondencia e lavrar as actas das sessões.

A' thesoureira, a arrecadação dos fundos.

Art. 17.º Ao Conselho director incumbe:

1.º A admissão das associadas;

2.º A admissão e exclusão das alumnas e de quaesquer pessoas soccorridas pela associação, e, em geral, deliberar sobre o modo de gerir os estabelecimentos da associação e de cumprir quaesquer dos seus fins;

3.º A nomeação e demissão do pessoal e empregados.

Art. 18.º O Conselho director deve submeter á approvação da auctoridade publica os seus orçamentos e contas nas épocas e pela forma determinada na lei para as corporações administrativas.

Art. 19.º A associação manterá um ou mais institutos para educação do pessoal destinado ás missões ultramarinas, onde sejam ensinados, ou diversos officios e artes, ou agricultura e horticultura, ou as linguas falladas nas regiões para onde as missões se destinem, ou, ainda, quaesquer conhecimentos especialmente uteis para essas regiões. Pelo que toca ás missionarias propriamente ditas, a educação comprehenderá, além da formação litteraria adequada, uma educação moral e religiosa que seja garantia de exemplar procedimento na vida missionaria.

§ unico. Será defeso á associação enviar missionaria alguma para o ultramar sem a prévia educação a que este artigo se refere.

Art. 20.º Para facilidade das relações da associação com o Ministerio da marinha e ultramar, com as companhias de navegação e com as companhias africanas que usam requisitar missionarias para os territorios comprehendidos na respectiva concessão, e ainda para assegurar ás missões o seu conveniente e economico abastecimento, obriga-se a associação a manter, na sua séde em Lisboa, uma Procuradoria das suas missões, de accordo com o Governo.

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estatutos por que pretende reger-se, para os effeitos do decreto de 18 de abril ultimo, a «Associação dos padres seculares da missão de S. Vicente de Paulo»;

Vistas as disposições de direito applicaveis:

Ha por bem conceder-lhes a sua approvação com a expressa clausula de que lhes será retirada, logo que deixem de ser devidamente cumpridos, ou a sobredita collectividade se desvie dos fins legaes da sua instituição ou dos precisos termos do citado decreto.

Paço, em 18 de outubro de 1901.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Estatutos da «Associação dos Padres Seculares da Missão de S. Vicente de Paulo»

Artigo 1.º A «Associação dos padres seculares da missão de S. Vicente de Paulo» constitue-se como associação de character religioso, nos termos das leis do paiz.

Como associação de character religioso tem por fim manter, observar e propagar a religião catholica apostolica romana, que é a religião do Estado, procurando praticar as virtudes que ella ensina pelos modos constantes do artigo seguinte.

Art. 2.º A associação destina-se:

1.º A estabelecer e dirigir casas de educação, seminarios ou collegios;

2.º A exercer o ministerio sacerdotal e apostolico nos estabelecimentos de caridade e ensino, ou em outros logares onde seja solicitada a sua cooperação, mórmente pelos ordinarios ou pelos parochos;

3.º A formar missionarios para propagar a fé catholica e a civilização nas possessões portuguezas do ultramar.

Art. 3.º A associação subordinar-se-ha, no que respeita ao espirital, ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas, e no que toca ao temporal, á inspecção do Estado, tudo nos termos das leis do paiz.

Art. 4.º Logo que estes estatutos forem approvados pelo Governo, sujeitará a associação á approvação do Governador civil do respectivo districto o regulamento de cada um dos seus estabelecimentos; e o mesmo fará quanto aos estabelecimentos, que de futuro sejam fundados, antes de os abrir.

Art. 5.º Os estabelecimentos da associação, que forem de beneficencia ou de caridade, ficarão sujeitos á tutela e inspecção das auctoridades administrativas, nos termos da legislação commum, e os de educação e ensino ás leis que regulam a instrucção publica.

§ unico. A associação organisar e terá sempre em dia um inventario de seus haveres e uma relação dos seus associados, com designação da idade, estado e nacionalidade, para serem presentes á auctoridade administrativa, com os demais livros e documentos de administração quando por ella forem requisitados.

Art. 6.º Os immobiliarios que a associação adquirir por titulo gratuito serão desamortizados nos termos da lei; e por titulo oneroso só poderá adquirir os indispensaveis para o desempenho dos seus fins, precedendo, todavia, licença do Governo.

Por nenhum titulo poderá a associação adquirir quaesquer bens de associados, quer directamente, quer por interposta pessoa, sob pena de os perder em favor do Estado, quando o associado ou seus representantes não queiram rehavel os nos termos de direito.

Art. 7.º O rendimento da associação e de cada um dos seus institutos provém das quotas de alumnos pensionistas que tiverem meios de as pagar, de esmolos, legados e productos de quaesquer subscrições, donativos, etc.

§ unico. A receita de cada instituto será applicada á respectiva despesa, devendo quaesquer saldos entrar em conta e não poderão ser applicados senão a qualquer dos fins da associação, nos termos d'estes estatutos.

Art. 8.º Só podem ser admittidas como associadas as pessoas de maior idade e as menores com licença escripta de seus paes ou tutores.

Art. 9.º As pessoas associadas conservam todos os seus direitos individuaes como a lei os estabelece e reconhece.

Art. 10.º A administração da associação pertence a um Conselho director annual, gratuito e eleito pela assembléa geral de entre os associados que a compõem.

Art. 11.º Têm direito a tomar parte nas assembléas geraes todos os associados maiores de vinte e um annos.

Art. 12.º Compete á assembléa geral:

1.º Eleger de tres em tres annos a sua Mesa e, todos os annos, o Conselho director e a Commissão revisora de contas.

2.º Despedir qualquer associado, a seu pedido ou com motivo justificado, devendo n'este segundo caso preceder audiencia do arguido, cuja exclusão só póde ser pronunciada por dois terços dos membros presentes á assembléa.

3.º Deliberar sobre as contas, relatorios e qualquer assumpto respeitante á associação, para que tenha sido convocada.

Art. 13.º A mesa da assembléa geral compõe-se de presidente e dois secretarios, o Conselho director, de tres membros, e de outros tres a Commissão revisora de contas.

Art. 14.º Haverá duas reuniões annuaes da assembléa geral, e as extraordinarias que forem requeridas pelo Conselho director ou por doze socios.

A primeira reunião ordinaria effectuar-se-ha no segundo domingo de julho, e n'ella se procederá a eleição da Commissão revisora de contas e á da Mesa da assembléa geral (de tres em tres annos). N'esta reunião serão presentes pelo Conselho director o inventario e contas da gerencia do anno economico findo.

Na segunda reunião ordinaria, que deve effectuar-se quinze dias depois da primeira, discutir-se ha o parecer da Commissão revisora sobre as contas, bem como o relatorio do Conselho director, e proceder-se-ha á eleição d'este.

Art. 15.º O Conselho director elege, dos seus membros, presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 16.º Pertence ao presidente representar a associação em Juizo e fóra d'elle, dirigir os trabalhos das sessões do Conselho, convocar as reuniões e executar as deliberações do mesmo, provendo a todos os casos ordinarios de administração e aos extraordinarios que forem urgentes.

Ao secretario compete a correspondencia e layrar as actas das sessões.

Ao thesoureiro compete a arrecadação dos fundos.

Art. 17.º Ao Conselho director incumbe:

1.º A admissão dos associados.

2.º A admissão e exclusão dos alumnos e de quaesquer pessoas soccorridas pela associação, e, em geral, deliberar sobre o modo de gerir os estabelecimentos da associação e de cumprir quaesquer dos seus fins.

3.º A nomeação e demissão do pessoal e empregados.

Art. 18.º O Conselho director deve submeter á approvação da auctoridade publica os seus orçamentos e contas nas épocas e pela fórmula determinadas na lei para as corporações administrativas.

Art. 19.º A associação, logo que os seus meios e recursos o permittam, manterá um ou mais institutos para educação do pessoal destinado ás missões ultramarinas, onde sejam ensinadas as diversas artes e officios, ou agricultura e horticultura, ou as linguas falladas nas regiões para onde as missões se destinem, ou ainda quaesquer conhecimentos especialmente uteis para essas regiões.

Pelo que toca aos missionarios propriamente ditos, a educação comprehende, além da formação litteraria adequada, uma educação moral e religiosa que seja garantia de exemplar procedimento na vida missionaria.

§ unico. Será defeso á associação enviar missionario algum para o ultramar sem a prévia educação a que este artigo se refere.

Quanto aos auxiliares das missões, compete á Direcção nomear os que julgar uteis ao serviço da missão respectiva.

Ao Governo incumbirá a fiscalisação do preceituado n'este paragrapho.

Art. 20.º Para facilitar as relações da associação com o Ministerio da marinha e ultramar, com as companhias de navegação e com as companhias africanas que usam requisitar missionarios para os territorios comprehendidos na respectiva concessão, e ainda para assegurar ás missões o seu conveniente e economico abastecimento, obriga-se a associação a manter em Lisboa uma Procuradoria das suas missões, de accordo com o Governo.—(*Seguem-se as assignaturas*).

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estatutos por que pretende reger-se, para os effeitos do decreto de 18 de abril ultimo, a «Associação dos missionarios do Espirito Santo»;

Vistas as disposições de direito applicaveis:

Ha por bem conceder-lhes a sua approvação, com a expressa clausula de que lhes será retirada, logo que deixem de ser devidamente cumpridos, ou a sobredita collectividade se desvie dos fins legaes da sua instituição ou dos precisos termos do citado decreto.

Paço, em 18 de outubro de 1901.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.

Estatutos da «Associação dos missionarios do Espirito Santo»

Artigo 1.º A «Associação dos missionarios do Espirito Santo» constitue-se como associação de character religioso, nos termos das leis do paiz.

Como associação de character religioso tem por fim mantêr, observar e propagar a religião catholica apostolica romana, que é a religião do Estado, procurando praticar as virtudes que ella ensina pelos modos constantes do artigo seguinte.

Art. 2.º A associação destina-se, essencialmente, ás missões ultramarinas em Africa, particularmente na provincia do Congo e Angola; e occupa-se tambem de obras de educação e de ensino, no reino e ilhas adjacentes.

§ 1.º Poderá a associação exercer outras obras de caridade e ensino que possam convenientemente ser praticadas por pessoas do sexo masculino.

§ 2.º Pertencem á associação, e são por ella dirigidos, os institutos seguintes:

A escola agricola colonial de S. Pedro de Cintra;

O seminario da Formiga, no concelho de Vallongo;

O collegio do Espirito Santo, em Braga;

O collegio de Santa Maria, no Porto;

O instituto Fisher, em Ponta Delgada, Açores; e a

Procuradoria geral das missões do Espirito Santo do Congo e Angola, em Lisboa, séde da associação.

§ 3.º A associação preparará e fornecerá o pessoal missionario ás missões do Espirito Santo no ultramar portuguez, que são actualmente as seguintes:

No districto do Congo: Landana, Cabinda, Lualli e Luculla;

No districto de Loanda: Loanda e Libollo;

No districto de Lunda: Malange, Kanamboia e Mussuco;

No districto de Benguella: Caconda, Bailundo, Bihé, Catóco, Cassinga e Massaca;

No districto de Mossamedes: Huilla, Monyino, Thyivingiro, Jáu, Kihita, Gambos, Kubale e Kuanyama.

Art. 3.º A associação subordinar-se-ha, no que respeita ao espirital, ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas, e, no que toca ao temporal, á inspecção do Estado, tudo nos termos das leis do paiz.

Art. 4.º A associação sujeitará á approvação do Governador civil do respectivo districto o regulamento interno de cada um de seus estabelecimentos, tanto dos presentes, como dos que de futuro sejam fundados, antes de os abrir.

Art. 5.º Os estabelecimentos da associação que forem de beneficencia ou caridade ficarão sujeitos á tutela e inspecção das auctoridades administrativas, nos termos da legislação commum, e os de educação e ensino, ás leis que no paiz regulam a instrucção publica.

§ unico. A associação terá sempre escripturados em dia um inventario de seus haveres e uma relação de seus associados com designação da idade, estado e nacionalidade, para serem apresentados á auctoridade administrativa, com os demais livros e documentos de administração quando por ella forem requisitados.

Art. 6.º Os immobiliarios que a associação adquirir por titulo gratuito serão desamortizados nos termos da lei, e por titulo oneroso só poderá adquirir os immobiliarios indispensaveis para o desempenho de seus fins, precedendo, todavia, licença do Governo.

§ unico. Por nenhum titulo poderá a associação adquirir quaesquer bens dos associados, quer directamente, quer por interposta pessoa, sob pena de os perder em favor do Estado, quando o associado ou seus representantes não queiram rehavê-los nos termos de direito.

Art. 7.º O rendimento da associação e de cada um dos seus institutos provém das quotas dos alumnos pensionistas que tiverem meios de as pagar, de esmolas, legados e producto de qualquer donativo, subscripções, etc.

§ unico. A receita de cada instituto será applicada á respectiva despesa devendo quaesquer saldos entrar em conta e não poderão ser applicados senão a qualquer dos fins da associação, nos termos d'estes estatutos.

Art. 8.º Só podem ser admittidos como associados pessoas do sexo masculino, devendo os menores ter licença escripta dos paes ou tutores.

Art. 9.º Os associados conservam todos os seus direitos individuaes, como a lei civil estabelece e reconhece.

Art. 10.º A administração da associação pertence a um Conselho director annual, gratuito e eleito pela assembléa geral de entre os associados que a compõem.

Art. 11.º Têm direito a tomar parte nas assembléas geraes todos os associados maiores de vinte e um annos.

Art. 12.º Compete á assembléa geral:

1.º Eleger, de tres em tres annos, a sua Mesa, e, todos os annos, o Conselho director, e a Commissão revisora de contas;

2.º Despedir qualquer associado, a seu pedido, ou com motivo justificado, devendo n'este segundo caso preceder audiência do arguido, cuja exclusão só pode ser pronunçada por dois terços dos membros presentes á assembléa;

3.º Deliberar sobre as contas, relatórios é qualquer assumpto respeitante á associação, para que tenha sido convocada.

Art. 13.º A Mesa da assembléa geral compõe-se de presidente e, de dois secretarios, o Conselho director, de cinco membros, e a Commissão revisora de contas, de tres.

Art. 14.º Haverá duas reuniões ordinarias annuaes da assembléa geral, e as extraordinarias que forem requeridas pelo Conselho director ou por doze socios.

A primeira reunião ordinaria effectuar-se ha no primeiro domingo de agosto, e n'ella se procederá á eleição da Commissão revisora de contas e á da Mesa da assembléa geral (de tres em tres annos).

N'esta reunião serão apresentados, pelo Conselho director, o relatório e contas da gerencia do anno economico findo.

Na segunda reunião ordinaria, que deve effectuar se quinze dias depois da primeira, discutir-se ha o parecer da Commissão revisora sobre as contas, bem como o relatório do Conselho director, e proceder-se-ha á eleição d'este.

Art. 15.º O Conselho director elege, dos seus membros, presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 16.º Pertence ao presidente representar a associação em Juizo e fora d'elle, dirigir os trabalhos das sessões do Conselho, convocar as reuniões e executar as deliberações do mesmo, provendo a todos os casos ordinarios de administração e aos extraordinarios que forem urgentes.

Ao secretario compete a correspondencia do Conselho e lavrar as actas das sessões.

Ao thesoureiro compete a arrecadação dos fundos.

Art. 17.º Ao Conselho director incumbe:

1.º A admissão dos associados;

2.º A nomeação e demissão do pessoal e empregados;

3.º E, em geral, deliberar sobre o modo de gerir internamente os estabelecimentos da associação e de cumprir quaesquer de seus fins.

Art. 18.º O Conselho director submeterá á approvação da auctoridade publica os seus orçamentos e contas nas épocas e pela fôrma determinada na lei para as corporações administrativas.

Art. 19.º A associação manterá um ou mais institutos para educação do pessoal destinado ás missões ultramarinas, onde sejam ensinadas, ou diversas artes e officios, ou agricultura e horticultura, ou as linguas falladas nas regiões para onde as missões se destinem, ou ainda quaesquer conhecimentos especialmente uteis para essas regiões.

Pelo que toca aos missionarios propriamente ditos, a educação comprehenderá, além da formação litteraria adequada, uma educação moral e religiosa que seja garantia de exemplar procedimento na vida missionaria.

§ unico. Será defeso á associação enviar missionario algum para o ultramar sem a prévia educação a que este artigo se refere. Quanto aos auxiliares das missões, á Direcção compete nomear os que julgar uteis aos serviços da missão respectiva.

Ao Governo incumbirá a fiscalisação do preceituado n'este paragrapho.

Art. 20.º Para facilidade das relações da associação com o Ministerio da marinha e ultramar, com as companhias de navegação e com as companhias africanas que usam requisitar missionarios para os territorios comprehendidos na respectiva concessão, e ainda para assegurar ás missões o seu conveniente e economico abastecimento, a associação manterá em Lisboa a *Procuradoria geral das missões do Espirito Santo do Congo e Angola*, que, por Portaria do Governo, foi reconhecida em data de 16 de agosto de 1896.

Lisboa, 10 de outubro de 1901.

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estatutos por que pretende reger-se, para os effeitos do decreto de 18 de abril ultimo, a «Associação missionaria portugueza»; Vistas as disposições de direito applicaveis:

Ha por bem conceder-lhes a sua approvação, com a clausula expressa de que lhes será retirada, logo que deixem de ser devidamente cumpridos, ou a collectividade se desvie dos fins leaes da sua instituição ou dos precisos termos do citado decreto.

Paço, em 18 de outubro de 1901.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Estatutos da «Associação missionaria portugueza»

Artigo 1.º A «Associação missionaria portugueza» constitue-se como associação de character religioso, nos termos das leis do paiz. Como associação de character religioso, tem por fim mantêr, observar e propagar a religião catholica apostolica romana, que é a religião do Estado, procurando praticar as virtudes que ella ensina pelos modos constantes do artigo seguinte.

Art. 2.º A «Associação missionaria portugueza» destina se principalmente ás missões nos nossos dominios ultramarinos, ao ensino gratuito, ás classes pobres, assim das letras, como das artes e officios, segundo os meios e pessoal de que dispuzer a associação.

Art. 3.º Esta associação procurará corresponder aos seus fins pelos meios seguintes:

1.º Fundando ou tomando a direcção de casas destinadas á formação de missionarios e ao preenchimento dos demais fins supraditos;

2.º Ministrando educação e ensino em aulas externas e internas.

§ 1.º Poderá a associação exercer outras obras de caridade, que possam convenientemente ser praticadas por pessoas do sexo masculino.

§ 2.º A associação pertencem os seguintes institutos:

1.º Instituto de ensino primario e secundario gratuito, sito, provisoriamente, na casa e quinta de Brancannes, em Setubal, onde será a séde provisoria da associação, enquanto não organisar, nos termos do artigo 21.º, a Procuradoria das suas missões em Lisboa;

2.º Instituto de formação missionaria e de ensino primario gratuito, na quinta de S. Bernardino, freguezia de Athouguaia, concelho de Peniche;

3.º Instituto de formação missionaria e de ensino primario e secundario gratuito, na quinta de Santo Antonio, freguezia de S. Pedro, concelho de Torres Vedras;

4.º Instituto de formação missionaria, de ensino primario e secundario gratuito, no lugar do Areal, freguezia de S. Victor, de Braga.

Art. 4.º A associação subordinar-se ha, no que respeita ao espirital, ás auctoridades ecclesiasticas ordinarias portuguezas, e no que toca ao temporal á inspecção do Estado, tudo nos termos das leis do paiz.

Art. 5.º Logo que estes estatutos forem approvados pelo Governo, sujeitará a associação á approvação do governador civil do respectivo districto o regulamento de cada um dos seus estabelecimentos, e o mesmo fará, antes de os abrir, quanto aos estabelecimentos que de futuro sejam fundados ou que actualmente não funcionam.

Art. 6.º Os estabelecimentos da associação, que forem de beneficencia, de caridade, ficarão sujeitos á tutela e inspecção das auctoridades administrativas nos termos da legislação commum; e os de educação e ensino, ás leis que regulam a instrucção publica.

§ unico. A associação organisará e terá sempre escripturados em dia:—um inventario dos seus haveres, uma relação de seus associados com designação de idade, estado e nacionalidade, para serem presentes á auctoridade administrativa com os demais livros e documentos de administração, quando por ella forem requisitados.

Art. 7.º Os immobiliarios que a associação adquirir por titulo gratuito serão desamortizados nos termos da lei, e por titulo oneroso poderá adquirir os indispensaveis para o desempenho dos seus fins, precedendó, todavia, licença do Governo. Por nenhum titulo poderá a associação adquirir quaesquer bens de associados, quer directamente, quer por interposta pessoa, sob pena de os perder em favor do Estado, quando o associado ou os seus representantes não queiram rehavê-los nos termos de direito.

Art. 8.º O rendimento da associação e de cada um dos seus institutos provém das quotas dos pensionistas, quando os houver, de esmolas, legados e producto de quaesquer subscripções, donativos, etc.

§ unico. A receita de cada instituto será applicada á respectiva despesa, devendo quaesquer saldos entrar em conta e não poderão ser applicados senão para qualquer dos fins da associação, nos termos d'estes estatutos.

Art. 9.º Só podem ser admittidas como associadas as pessoas do sexo masculino, de maior idade, e os menores com licença escripta de seus paes ou tutores.

Art. 10.º Os associados conservam todos os seus direitos individuaes, como a lei civil estabelece e reconhece.

Art. 11.º A administração da associação pertence a um Conselho director, annual, gratuito e eleito pela assembléa geral de entre os associados que a compõem.

Art. 12.º Têm direito a tomar parte na assembléa geral todos os associados maiores de vinte e um annos.

Art. 13.º Compete á assembléa geral:

1.º Eleger, de tres em tres annos, a sua Mesa, e, todos os annos, o Conselho director e a Comissão revisora de contas;

2.º Despedir qualquer associado, a seu pedido ou com motivo justificado, devendo n'este segundo caso preceder audiencia do arguido, cuja exclusão só pode ser pronunciada por dois terços dos membros presentes á assembléa;

3.º Deliberar sobre as contas, relatorios e quaesquer assumptos respeitantes á associação, para que tenha sido convocada.

Art. 14.º A Mesa da assembléa geral compõe-se de presidente e dois secretarios; o Conselho director, de cinco membros, e a Comissão revisora de contas, de tres membros.

Art. 15.º Haverá duas reuniões ordinarias annuaes da assembléa geral, e as extraordinarias que forem requeridas pelo Conselho director, ou por doze sócios. A primeira reunião ordinaria effectuar-se-ha no primeiro domingo de setembro, e n'ella se procederá á eleição da Comissão revisora de contas e á da Mesa da assembléa geral (de tres em tres annos). N'esta reunião serão presentes pelo Conselho director o relatorio e contas da gerencia do anno economico findo. Na segunda reunião ordinaria, que deve effectuar-se quinze dias depois da primeira, discutir-se-ha o parecer da Comissão revisora sobre as contas, bem como o relatorio do Conselho director, e proceder-se ha á eleição d'este.

Art. 16.º O Conselho director elege, dos seus membros, presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 17.º Pertence ao presidente representar a associação em Juizo e fóra d'elle, dirigir os trabalhos das sessões do Conselho, convocar as reuniões e executar as deliberações do mesmo, provendo a todos os casos ordinarios de administração e aos extraordinarios que forem urgentes.

Ao secretario compete a correspondencia e lavrar as actas das sessões. Ao thesoureiro, a arrecadação dos fundos.

Art. 18.º Ao Conselho director incumbe:

1.º A admissão dos associados;

2.º A admissão e exclusão dos alumnos e de quaesquer pessoas soccorridas pela associação e, em geral, deliberar sobre o modo de gerir os estabelecimentos da associação e de cumprir quaesquer de seus fins;

3.º Nomeação e demissão do pessoal e empregados.

Art. 19.º O Conselho director deve submeter á approvação da auctoridade publica os seus orçamentos e contas nas épocas e pela fórma determinadas na lei para as corporações administrativas.

Art. 20.º A associação manterá um ou mais institutos para a educação de pessoal destinado ás missões ultramarinas, onde será ministrada, além da formação litteraria adequada, uma educação moral e religiosa, que seja garantia de exemplar procedimento na vida missionaria. N'estes mesmos institutos serão ensinadas ao pessoal destinado ás missões, ou diversas artes e officios, ou agricultura e horticultura.

§ unico. Será defeso á associação enviar missionario algum para o ultramar sem a prévia educação a que este artigo se refere. Quanto ao pessoal auxiliar das missões, compete á Direcção nomear os que julgar uteis ao serviço das missões respectivas. Ao Governo incumbirá a fiscalisação do preceituado n'este parographo.

Art. 21.º Para facilidade das relações da associação com o Ministerio da marinha e ultramar, com as companhias de navegação e com as companhias africanas que usam requisitar missionarios para os territorios comprehendidos na respectiva concessão, e ainda para assegurar ás missões o seu conveniente e economico abastecimento, obriga se a associação a manter em Lisboa uma Procuradoria das suas missões, de accordo com o Governo.

Art. 22.º Além dos institutos mencionados no § 2.º do art. 3.º a «Associação missionaria portugueza» tem já fundada a missão da Beira em Moçambique e a estação missionaria do Motundo, e está habilitada para a fundação immediata das missões do Barué e de Manica. Na missão da Beira os missionarios d'esta associação têm a seu cargo o serviço parochial de toda a cidade, do hospital, da escola, da bibliotheca, da associação operaria para instrucção e soccorro mutuo dos operarios, e ministram aos indigenas o ensino de artes e officios, na medida que lhe permitem os limitados subsidios que podem agenciár, devendo em breve montar-se ali tambem uma officina para maior desenvolvimento d'este ramo missionario.

§ unico. As missões de Barué e de Manica são destinadas ao ensino de agricultura e horticultura, e a do Barué propõe-se, além d'isso, pacificar aquelle territorio, quasi sempre insubordinado contra a metropole.

Sendo do Padroado da real corôa as missões a que se refere o § 3.º do art. 2.º dos estatutos da associação dos missionarios do Espirito Santo, approvados pela Portaria de 18 de outubro de 1901, e convindo que se evitem ainda quaesquer pretextos de duvidas ácerca das prerogativas a elle inherentes: ha Sua Magestade El-Rei por bem que, para os devidos effeitos, se declare e determine expressamente, que a sobredita associação, em tudo sujeita ás leis do reino, não tem nas missões do real Padroado outra interferencia que não seja a de, pelo seu pessoal missionario, auxiliar o prelado da diocese de Angola e Congo, e com elle cooperar na propagação da fé e civilisação, emquanto ao mesmo prelado parecerem acceitaveis esse auxilio e cooperação; sendo ignaes preceitos applicaveis tambem á quaesquer outras associações, legalmente constituidas, que se achem em semelhantes condições,

Paço, em 26 de fevereiro de 1902.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Tendo-se suscitado duvidas sobre se os empregados judiciaes, em serviço nos territorios sob a administração das companhias privilegiadas, devem, ou não, pagar contribuição industrial pelos emolumentos que receberem, nos termos do decreto com força de lei de 22 de junho de 1898;

Considerando que, por virtude de determinação expressa das cartas organicas das companhias privilegiadas, o Estado ficou inhibido de cobrar contribuições e impostos nos territorios sob a administração das mesmas companhias, e essa é uma das reservas caracteristicas das concessões especiaes que lhes foram outorgadas;

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer da Junta consultiva do ultramar: ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, mandar declarar ao Governador geral da provincia de Moçambique, para seu conhecimento e devidos effeitos, que as disposições do artigo 1.º do regulamento approved por decreto com força de lei de 22 de junho de 1898, não são applicaveis aos funcionarios do Estado, remunerados pelo Estado, em serviço nos territorios das companhias privilegiadas.

Paço, em 17 de março de 1902.—*Antonio Teixeira de Souza.*

(Diario do Governo n.º 63.)

Ill.º e ex.º sr. — S. ex.ª o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a quem foi presente o officio de v. ex.ª, n.º 85, de 3 do corrente mez, encarga-me de communicar e v. ex.ª, para os devidos effeitos, que, por seu despacho de 10 do corrente, approvou o abono da gratificação de 500 réis diarios, já feito aos sargentos

destacados nos Gambos e Humbe desde 5 a 31 de outubro ultimo, determinando que v. ex.^a faça cessar desde a recepção d'este officio todos os abonos de gratificações, ou outros vencimentos não auctorisados no decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901, que se estejam fazendo ás praças de pret da força armada d'essa provincia no serviço de fileira, embora estejam auctorisados pela tabella approvada pelo decreto de 24 de agosto ultimo, ou por outras disposições legaes ou despachos do mesmo ex.^{mo} sr., por isso que, desde a vigencia d'esse decreto, não podem ser pagos ás referidas praças mais do que os vencimentos que alli lhe foram estatuidos, incluindo o abono de pão, subsidio para rancho, readmissão e subsidio de residencia e de marcha aos officiaes inferiores. Quanto ás praças empregadas em quaesquer outros serviços, continuarão a receber as gratificações que estejam auctorisadas na tabella ou nos termos acima indicados.

Os officiaes do exercito do reino perceberão os vencimentos que lhes foram estabelecidos por este Ministerio, até que terminem o tempo das suas commissões ou sejam mandados retirar por ordem do Governo.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 18 de março de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Angola n.º 17).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio, n.º 42, de 19 de fevereiro proximo findo, incumbe-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que, depois do preceituado no § unico do artigo 246.º do regulamento geral de fazenda das provincias ultramarinas, todos os vencimentos por diuturnidade têm de ser despachados por este Ministerio.

E, sendo o accrescimo do terço para os professores um vencimento de diuturnidade, nenhuma duvida poderá restar de que tambem deve ser submettido a despacho a este Ministerio, devendo-se, comtudo, observar para a organização do respectivo processo o preceituado no n.º 4 da régia Portaria de 16 de julho de 1859.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 24 de março de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral do Estado da India — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official da India n.º 31)

Representando sobre os graves inconvenientes que, para a classe commercial e para a administração da justiça, resultam da actual organização e constituição dos tribunaes do commercio de primeira instancia do ultramar, e allegando que as imperfeições e lacunas que se encontram no regimento da administração de justiça de 20 de fevereiro de 1894, cujas disposições especiaes ácerca da organização do fôro mercantil prevalecem, em vigencia legal nas provincias ultramarinas, sobre os preceitos geraes do actualCodigo do processo commercial, auctorisando diversas interpretações e dando, portanto, origem a decisões contradictorias, produzem a incerteza da jurisprudencia e uma perigosa instabilidade na pratica de julgar; a Associação commercial de Loanda solicita remedio a estes males e indica as seguintes soluções que entende convenientes para a provincia de Angola:

1.^a Que para as duas comarcas de Loanda e Benguella deve ser organizada a pauta de vinte e um jurados, que está em vigor no reino para as comarcas de 2.^a e 3.^a classe, acabando as substituições a que se refere o regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894;

2.^a Que devem ser expressamente declarados em vigor o art. 14.º e seus numeros e paragraphos, o art. 15.º e § unico e o art. 46.º do Codigo do processo commercial, modificando-se, porém, no sentido de ter o jury competencia exclusiva para resolver questões de facto, mas funcionar sempre conjunctamente com o juiz nos casos em que haja

de intervir, de ser o jury, a sortear entre os vinte e um jurados da pauta no principio e para todas as causas de cada audiencia, (§§ 2.º e 3.º do art. 46.º) constituido sómente de quatro jurados e um supplente, devendo sempre formular-se quesitos sobre materia de facto da competencia do tribunal, (juiz e jurados) e de ter o tribunal de segunda instancia a mesma competencia que lhe dá o § unico do art. 15.º;

3.ª Que devem escrever-se os depoimentos das testemunhas perante o jury:

E Sua Magestade El-Rei, tendo ouvido sobre o assumpto o Governador geral da provincia de Angola, o conselheiro presidente da Relação de Loanda e a Junta consultiva do ultramar; ha por bem mandar declarar á mencionada Associação commercial:

Que, no tocante á primeira solução, não ha necessidade de alterar, por emquanto, o art. 37.º do citado regulamento de justiça, o qual designa o numero de jurados que, com o juiz presidente, delegado do procurador da corôa e fazenda e escrivão secretario, constituem o tribunal commercial de primeira instancia.

Embora em cada uma das comarcas de Loanda e Benguella haja o numero de pessoas idoneas para formar a pauta de vinte e um jurados e estejam as mesmas comarcas em condições superiores ás da maior parte das comarcas de 2.ª e 3.ª classe do reino, seriam grandes os embaraços resultantes da adopção da medida proposta pela Associação commercial, quer pelos transtornos que aos vinte e um jurados que formassem a pauta causaria a obrigação de, repetidas vezes, comparecerem no tribunal, quer pelas difficuldades que, certamente, haveria em fazer o serviço gratuito dos avisos a todos elles, principalmente na comarca de Benguella, attenta a distancia entre esta cidade e a povoação de Catumbella onde reside um grande numero de commerciantes, quer ainda porque são frequentissimos os casos de ausencia dos jurados por motivo de vinda ao reino.

Que, com respeito á segunda solução, não ha tambem necessidade de declarar expressamente em vigor as disposições do Codigo do processo commercial citadas.

A materia do art. 14.º e seu § 3.º está implicitamente comprehendida no regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894, que a Portaria régia de 31 de maio de 1895 manda observar nas causas commerciaes. Aquella disposição estabelece que compete aos jurados resolver, sem intervenção do juiz de direito presidente, todas as questões de facto ácerca das quaes não houver confissão ou accordo das partes ou que se não acharem provadas por documentos authenticos, salvo o caso de falsidade; e o citado regimento preceitúa, no art. 86.º, § 1.º, que os jurados decidem todas as questões de facto conjunctamente com o juiz presidente, competindo a este resolver todas as questões judiciais ou de direito.

Havendo, portanto, confissão de partes, accordo, ou documentos authenticos, não ha questões de facto a resolver, mas sim de direito, e, consequentemente, segundo a doutrina do regimento de justiça, compete sómente ao juiz resolver as sem intervenção dos jurados.

O § unico do art. 15.º estatue que, em todos os casos em que no processo tiver havido materia de facto resolvida pelo jury, a Relação julgará só de direito, havendo como provado o facto com a decisão dos jurados; e, segundo o art. 86.º, § 1.º do regimento de justiça, nas decisões do jury intervém sempre o juiz presidente e não funciona sómente o jury.

Deve, porém, permittir-se o recurso, pelo principio de que os recursos devem antes ampliar-se do que restringir-se.

Quanto ao art. 46.º do Codigo do processo commercial, dispõe o seu § 5.º que o juiz tem de formular quesitos ao jury sobre os factos articulados pertencentes á causa e necessarios para a resolver; ora, como pelo art. 86.º § 1.º do regimento de justiça o juiz julga conjunctamente com os jurados as questões de facto, não ha necessidade de quesitos, que o Codigo exige para hypothese differente, qual é a do jury julgar sobre o facto e o juiz sobre direito, e não a do jury julgar conjunctamente com o juiz a materia de facto, e o juiz a de direito sómente.

Que, quanto á terceira solução, dispõe, com effeito, o Codigo do processo commercial que os depoimentos das testemunhas perante o jury não serão escriptos; mas, sendo revogaveis as decisões do tribunal de primeira instancia, é manifesta a necessidade de se escreverem taes depoimentos, o que terá logar pela fórma estatuida no art. 184.º, § unico, do regimento de justiça.

Finalmente, sobre a fórma de ser supprida a falta de jurados, quando não haja numero sufficiente para constituir o tribunal, manda o mesmo Augusto Senhor declarar attendivel o que a Associação commercial de Loanda representa com fundamento em que a legislação

em vigor não fornece uma solução satisfactoria, dando margem a decisões contradictorias, e, por isso, opportunamente será o assumpto resolvido nos devidos termos.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador geral da provincia de Angola para seu conhecimento e devidos efeitos. Paço, em 24 de março de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Boletim official de Angola n.º 19.)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É relevado o Governo da responsabilidade em que incorreu com a promulgação das providencias de character legislativo, expedidas desde 14 de junho até 31 de dezembro, inclusivamente, de 1901; as quaes continuarão em vigor emquanto por lei não forem alteradas ou revogadas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os Ministros e secretarios d'estado das differentes Repartições, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, em 31 de março de 1902. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Arthur Alberto de Campos Henriques* — *Fernando Mattozo Santos* — *Luiz Augusto Pimentel Pinto* — *Antonio Teixeira de Sousa* — *Manuel Francisco de Vargas*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes, de 4 de março de 1902, que releva o Governo da responsabilidade em que incorreu com a promulgação das providencias de character legislativo, continuando estas em vigor emquanto por lei não forem alteradas ou revogadas, a manda cumprir e guardar como n'ella se contém, pela fórma retró declarada.

Para Vossa Magestade ver — *Horacio Inglês Tavares* a fez.

(Diario do Governo n.º 76).

Attendendo ao que lhe representou a «Western Telegraph Company Limited», tendo em vista a clausula do art. 29.º do contracto de 21 de novembro de 1872 e o disposto na régia Portaria de 5 de maio de 1873, Sua Magestade El-Rei ha por bem auctorisar a mesma Companhia a importar, pela alfandega da ilha de S. Vicente de Cabo Verde, com isenção de direitos, o material necessario para a installação da luz electrica na estação do cabo submarino, a saber: — dois motores a petroleo, dois dynamos, cabos, fios conductores, lampadas, oleo lubrificante e mais pertences, tudo no valor declarado de 1:193 libras sterlingas, e bem assim uma casa de ferro para collocação das machinas no valor de 200 libras sterlingas, com a condição de que todo este material será exclusivamente empregado na illuminação da estação e dependencias.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador da provincia de Cabo Verde para os devidos efeitos.

Paço, em 31 de março de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Boletim official de Cabo Verde n.º 16).

Nos termos do § 11.º do artigo 7.º da carta organica de 17 de maio de 1897; e

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É approvedo, para ter execução nos portos dos territorios sob a administração da Companhia de Moçambique, o regulamento para admissão de arraes e mestres de barcos do serviço do trafego, e a tabella dos preços das bagagens e passagens no porto da Beira, que baixam assignados pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 31 de março de 1902.—REI—*Antonio Teixeira de Sousa*.

Regulamento para a admissão de arraes e mestres de barcos

Artigo 1.º Todo o europeu que pretenda ser arraes de embarcações nos portos do territorio, quer estas sejam de catraiar, quer se destinem a cabotagem, deverá munir-se de um diploma, que será passado na capitania dos portos, na Beira, se, do seu exame, accentuadamente pratico, se concluir que o pretendente tem os conhecimentos profissionais indispensaveis para exercer tal logar. Este diploma é o certificado do termo de habilitação, lavrado na capitania em livro especial intitulado «Inscrição de arraes».

Art. 2.º O jury de exame será assim constituido:

Presidente — o capitão dos portos;

Vogaes — um dos pilotos da barra e porto da Beira, o patrão-mór da capitania, e no seu impedimento um cabo de mar;

Secretario — o escrivão da capitania.

Art. 3.º Todo o indigena que pretenda ser arraes de embarcações, quer estas sejam de catraiar, quer se destinem ao serviço de cabotagem, deverá munir-se de um diploma passado nas condições do artigo 1.º, ou, no caso de não se sujeitar a exame, mediante attestados dos proprietarios de embarcações em que tenha servido durante um anno, pelos quaes se prove terem feito bom serviço e serem habeis na sua profissão. Esse diploma é o certificado do termo de habilitação lavrado no livro «Inscrição de arraes».

Art. 4.º Só aos europeus e indigenas assim diplomados e inscriptos na capitania como arraes habilitados será permittido o governar embarcações, não o sendo a qualquer outro individuo, que póde, comtudo, ser tripulante de embarcação governada por arraes devidamente diplomado.

Art. 5.º Para obter o diploma será feito um requerimento ao capitão dos portos, instruido com os necessarios attestados, se o requerente fôr indigena.

Art. 6.º Os termos de habilitação como arraes serão formulados segundo os modelos juntos (A e B).

Art. 7.º O que fizer uso de um diploma de arraes que lhe não pertença será autoado, elle e o que lh'o houver cedido, e o auto enviado ás auctoridades judiciais a fim de serem julgados nos termos do § 2.º do artigo 236.º do Codigo penal.

Art. 8.º Os diplomas de arraes fallecidos serão entregues na capitania.

Art. 9.º Os candidatos indigenas, que não pertencerem á circumscripção da Beira, entregarão os attestados, de que trata o artigo 3.º, ao delegado maritimo da circumscripção a que pertencerem, e estes envial-os-hão á capitania, acompanhados de informação sua sobre o grau de confiança que lhes merecem os candidatos e os documentos apresentados, os quaes serão submettidos a exame do jury, que resolverá se aos candidatos póde, ou não, ser passado certificado de habilitação.

Art. 10.º Pelos diplomas serão cobrados os seguintes emolumentos:

Pelo certificado de habilitação	2\$500 réis
Pelo exame:	
Ao presidente	3\$000 »
A cada vogal	1\$000 »
Ao secretario	1\$000 »
Sello	\$100 »

Paço, em 31 de março de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

MODELO A

Termo de exame para arraes de embarcação

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos... aos... do mez de..., n'esta povoação da Beira e capitania dos portos do territorio de Manica e Sofala, se reuniu um jury de exame composto do capitão dos portos... como presidente, do... e do... como vogaes, e perante o referido jury compareceu o marítimo..., filho de... e de..., natural de... de... annos de idade, que, tendo requerido para ser examinado como arraes de embarcação, vinha submeter-se ás provas exigidas.

Feito o exame, foi o jury de opinião que lhe devia ser passado o certificado de habilitação.

Em vista do que se lavrou este termo, que vae ser assignado pelo presidente, pelos vogaes e por mim..., escrivão da capitania, servindo de secretario.

Capitania dos portos do territorio de Manica e Sofala, aos... de... de 190...

O presidente,

F...

Os vogaes,

F...

O secretario,

F...

MODELO B

Termo de habilitação para arraes de embarcação

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 190... aos... dias do mez de..., n'esta povoação da Beira e capitania dos portos do territorio de Manica e Sofala, se reuniu um jury de exame composto do capitão dos portos... como presidente, do... e do... como vogaes, e perante o referido jury compareceu o indigena... filho de... e de..., natural de..., de... annos de idade, o qual apresentou attestado por... provando ter desempenhado o cargo de patrão de embarcação, sendo o jury de opinião que lhe podia ser passado um certificado de estar habilitado para desempenhar o logar de arraes em embarcações de cabotagem ou de catraiar. Em vista do que se lavrou este termo que vae ser assignado pelo presidente, pelos vogaes e por mim... escrivão da capitania, servindo de secretario

Capitania dos portos do territorio de Manica e Sofala, aos... de... de 190...

O presidente,

F...

Os vogaes,

F...

O secretario,

F...

Paço, em 31 de março de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Tabella dos preços das bagagens e passagens do caes ou praia de embarque para bordo de um navio nos ancoradouros militar e do commercio, ou vice-versa

Ida ou volta (cada passageiro)

Das seis horas da manhã ás seis da tarde	\$400
Das seis horas da tarde ás onze da noite	\$600
Das onze horas da noite ás seis da manhã	\$800

Ida e volta (com direito a um quarto de hora de demora) cada passageiro (a)

Das seis horas da manhã ás seis da tarde	\$700
Das seis horas da tarde ás onze da noite	1\$000
Das onze horas da noite ás seis da manhã	1\$500

(a) A demora por tempo superior a quinze minutos, é objecto de ajuste prévio. Quando ella seja superior a quinze minutos e não tenha havido ajuste especial, o catraeiro não poderá reclamar mais que 100 réis por cada quinze minutos ou fracção a mais, independentemente do numero de passageiros.

Bagagem

Cada passageiro tem direito a transporte gratuito de tres volumes de bagagem de mão, devendo pagar 200 réis por cada um dos outros volumes.

Paço, em 31 de março de 1902.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diario do Governo n.º 75.*)

ABRIL

Tendo sido estabelecido na região de Quitamboco, districto do Congo, provincia de Angola, um forte que ficou sendo reconhecido com o nome da mesma região, onde a aucto-ridade portugueza era desconhecida, e querendo Sua Magestade El-Rei dar um publico testemunho do apreço em que teve tão valiosa occupação: ha por bem permittir, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o referido forte passe a designar-se «Forte D. Carlos I».

Paço, em 3 de abril de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diario do Governo n.º 97.*)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com respeito ao officio de v. ex.^a, n.º 72, de 17 de fevereiro ultimo, acompanhando uma reclamação dos medicos civis de Lourenço Marques acerca da vaccinação dos emigrantes para o Transvaal, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que esse serviço póde livremente ser feito por qualquer facultativo habilitado para exercer a medicina em terras portuguezas. Aos facultativos do quadro de saude pertence, particularmente, a verificação do resultado d'essa operação para se conhecer se os indigenas, em virtude d'esse preceito regulamentar, estão nas condições de poderem sahir do nosso territorio.

As disposições do n.º 15.º do art. 50.º da carta de lei de 28 de maio de 1896 referem-se á cultura, colheita e conservação da vaccina destinada aos serviços officiaes.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de abril de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

(*Inédito.*)

Tendo se suscitado duvidas sobre se aos officiaes dos quadros do ultramar é applicavel o disposto no artigo 27.º e seu § 3.º do decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901, e bem assim se os officiaes, que estiverem fóra do seu quartel permanente além de quatro mezes em cada anno, deixam de perceber o subsidio de residencia: manda Sua Magestade El-Rei, pelo Ministerio da marinha e ultramar e Inspeção geral de fazenda, declarar ao Governador da provincia da Guiné:

1.º Que as disposições do artigo 27.º e seu § 3.º do citado decreto de 14 de novembro de 1901 são applicaveis a todos os officiaes em serviço no ultramar, como é expresso

no mesmo artigo, e, portanto, aos do exercito do reino e aos dos quadros ultramarinos, comprehendendo se igualmente os facultativos e pharmaceuticos dos quadros de saude das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor, nomeados ao abrigo da carta de lei de 28 de maio de 1896 ou que optassem pelas suas disposições em vista do que dispõe o § 1.º do seu artigo 27.º;

2.º Que nenhum official póde ser abonado de subsidio de residencia por tempo superior a cento e vinte dias em cada anno, contados da data em que sahir do seu quartel permanente;

3.º Que não ha direito a novo abono de subsidio de residencia, se o official permanecer na mesma localidade, seja qual fôr a commissão que ali desempenhe, por tempo superior a um anno;

4.º Que das disposições do artigo 27.º do decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901 são exceptuados os officiaes no desempenho de commissões civis, accumuladas, ou não, com o exercicio de quaesquer funcções militares, sempre que d'aquellas commissões lhes resulte qualquer remuneração especial;

5.º Que, devendo o abono de subsidio de residencia ser sempre feito em relação aos quatro primeiros mezes do desempenho da commissão ou serviço, o official que, desempenhando qualquer commissão de serviço militar em determinada localidade, fôr transferido para nova commissão n'outra localidade dentro dos ultimos cento e vinte dias que faltarem para completo de um anno de exercicio na commissão em que se achar, só tem direito a receber o subsidio de residencia, pela mudança de situação para a nova commissão, durante o numero de dias que constituirem a somma dos que faltarem para completar os referidos cento e vinte dias.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar e Inspeção geral de fazenda, se comunica ao Governador da provincia da Guiné, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 9 de abril de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 96)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E' concedida á sr.ª D. Maria José de Mascarenhas Gaivão Mousinho de Albuquerque a pensão vitalicia que pela lei de 6 de abril de 1896 foi dada ao seu fallecido marido, o tenente-coronel Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, pelos excepcionaes serviços prestados na Africa oriental, sendo, todavia, elevada a 1:200\$000 réis por anno.

§ unico. Esta pensão é isenta de quaesquer impostos, e será abonada desde o dia do fallecimento do referido official.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, e interino dos negocios estrangeiros, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço, aos 10 de abril de 1902. — EL REI, com rubrica e guarda. — *Fernando Mattoso Santos.*

(Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 13 de janeiro d'este anno, que concede a D. Maria José de Mascarenhas Gaivão Mousinho de Albuquerque, viuva do tenente-coronel Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, a pensão de 1:200\$000 réis por anno, isenta de quaesquer impostos e abonada desde o dia do fallecimento do referido official, manda cumprir e guardar o referido decreto como n'elle se contém, pela fórma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver. — *Ernesto Augusto da Costa Campos Branco* a fez.

(Diario do Governo n.º 91)

Attendendo ao que me representou a Companhia de Moçambique, nos termos do § 11.º do artigo 7.º do decreto com força de lei de 17 de maio de 1897;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Para os efeitos do preceituado no artigo 3.º do regulamento approved por decreto de 19 de setembro de 1894, as povoações de Spungabera, de Mafuci e Chibabara, da circumscrição de Mossurize, no territorio de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique, são consideradas:—a primeira como terra de 2.ª classe e as outras como de 3.ª

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de abril de 1902.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do G. verno n.º 83)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º Desde a data da publicação d'esta lei no *Diario do Governo*, até que as Côrtes resolvam ácerca da proposta de lei apresentada pelo Governo á Camara dos Senhores Deputados em 3 de março ultimo, relativa ao regimen administrativo aduaneiro e fiscal das bebidas alcoolicas destilladas, vinhos, cervejas, cidras e outras bebidas fermentadas nas colonias portuguezas de Africa, é prohibido o despacho de importação das bebidas alcoolicas destilladas, com excepção das que tiverem sido desembarcadas á data da publicação d'esta lei, nas alfandegas da provincia de S. Thomé e Principe e nas da provincia de Moçambique, ao sul do rio Save.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, aos 10 de abril de 1902.—EI-REI, com rubrica e guarda.—*Antonio Teixeira de Sousa.* (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 7 do corrente, que prohibe o despacho de importação das bebidas alcoolicas destilladas, com excepção das que tiverem sido desembarcadas á data da publicação d'esta lei, nas alfandegas da provincia de S. Thomé e Principe, e nas da provincia de Moçambique, ao sul do rio Save, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fôrma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver.—*João Arthur de Abreu Motta a fez.*

(Diario do Governo n.º 79)

Sendo urgente providenciar em ordem a assegurar os interesses da fazenda publica na liquidação dos processos de tomada de tabaco por descaminho aos direitos, ultimamente instaurados na provincia de Cabo Verde; determina Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que os directores das alfandegas respectivas, tendo em vista as disposições do regulamento geral dos serviços aduaneiros do reino, approved por decreto de 31 de janeiro de 1889, adoptem e sigam na praça das mercadorias apprehendidas os termos dos artigos 1.º, 3.º, 4.º e 5.º do

decreto de 11 de abril de 1901, devendo a relação, a que se refere o artigo 3.º, ser enviada á Direcção geral do ultramar com a competente informação. O que, para os devidos effeitos, se communica ao Governador da provincia de Cabo Verde.

Paço, em 10 d'abril de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Boletim official de Cabo Verde n.º 18)

Decreto de 11 d'abril de 1901 a que se refere a Portaria supra

Tornando se conveniente remodelar as disposições regulamentares vigentes com referencia á venda de mercadorias nas estações aduaneiras: hei por bem, nos termos do disposto no § unico do artigo 3.º do decreto, n.º 1, de 27 de setembro de 1894, decretar o seguinte:

Art. 1.º Sempre que o maior lance offerecido em segunda praça para a venda das mercadorias a que se referem os n.ºs 1.º, 3.º e 5.º do artigo 410.º do regulamento de 31 de janeiro de 1889, bem como das que, por declaração escripta, forem abandonadas a favor da fazenda nacional, não cobrir a importancia dos competentes direitos e o lançador não haja declarado que pretende despachar para reexportação as mesmas mercadorias, serão estas adjudicadas á fazenda nacional, se a respectiva aquisição fôr julgada conveniente, ou proceder-se-ha á sua inutilisação.

Art. 2.º Quando se dê a hypothese prevista na primeira parte do artigo antecedente, poderão os directores das alfandegas vender em particular as mercadorias, se, antes d'ellas estarem adjudicadas á fazenda nacional, apparecer comprador que acceite as condições da segunda praça.

§ unico. Para execução do disposto n'este artigo, deverão os compradores requerer, pela administração geral das alfandegas e contribuições indirectas, a adjudicação das mercadorias de que se trata, obrigando-se a dar por ellas o preço por que foram postas em segunda praça.

Art. 3.º Os directores das alfandegas deverão enviar á 1.ª Repartição da Administração geral das alfandegas e contribuições indirectas uma relação das mercadorias a que se refere a ultima parte do artigo 1.º d'este decreto, acompanhada da competente informação relativamente ao estado e valor d'ellas e ácerca da conveniencia da sua aquisição.

Art. 4.º Tanto a adjudicação das mercadorias a favor da fazenda nacional, como a sua inutilisação, serão sempre auctorisadas por despacho ministerial, devendo, no primeiro caso, ser préviamente pagos os competentes direitos, e, no segundo, lavrar-se termo, que ficará junto ao respectivo processo.

Art. 5.º Nos despachos de reexportação, a que se refere o artigo 1.º d'este decreto, deverão os directores das alfandegas adoptar as convenientes providencias fiscaes, quando, attenta a qualidade e valor das mercadorias, assim o julguem necessario.

Art. 6.º A venda de mercadorias provenientes de arrestos e dos espolios continúa a ser regulada pelas disposições legais vigentes.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de abril de 1901. — REI — *Fernando Mattozo Santos.*

Convindo, para a boa execução e melhor ordem dos serviços da doca fluctuante no porto de Loanda, esclarecer o disposto no final do artigo 3.º do regulamento de 25 de outubro de 1899: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar que o trabalho executado por operarios particulares dentro da doca só seja permittido com prévia e especial auctorisação da Inspecção da mesma doca e quando esta não tenha recursos para o executar.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador geral da provincia de Angola, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 10 de abril de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 90)

Attendendo ao que me representou o Governador geral da provincia de Moçambique, e tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar: hei por bem approvar, provisoriamente, a Portaria provincial do mesmo Governador geral, n.º 578, de 5 de novembro de 1900, que modificou a delimitação, estabelecida pelo Commissario régio em Portaria de 15 de março de 1897, da 4.ª circumscripção das terras da corôa do districto de Lourenço Marques e districto militar de Gaza.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de abril de 1902. — REI. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do Governo e.º 83)

Portarias provinciaes a que se refere o decreto supra

N.º 578. — Tendo a pratica demonstrado a inconveniência da delimitação, determinada em Portaria provincial, n.º 38, de 15 de março de 1897, da 4.ª circumscripção das terras da corôa do districto de Lourenço Marques com o districto militar de Gaza; e Sendo-me presente o termo de delimitação a que se procedeu, de commum accordo entre os Governadores dos referidos districtos:

Hei por conveniente rectificar a citada Portaria e determinar o seguinte:

Que passem para a jurisdicção do districto militar de Gaza as terras dos régulos Machissengane e Chimicho que pertenciam á do districto de Lourenço Marques, e para a d'este districto as terras dos régulos Muzire e Mononhana.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Governo geral em Lourenço Marques, 5 de novembro de 1900. — O Governador geral, *Manoel R. Gorjão*.

N.º 38. — Usando da faculdade que me confere o decreto régio de 25 de novembro do anno findo;

Hei por conveniente determinar que a 4.ª circumscripção das terras da corôa do districto de Lourenço Marques seja delimitada pela seguinte fórma;

A léste o rio Incoluane até á lagôa seguindo para sudoeste por uma linha que circumde, abrangendo-as, as terras de Magul, Magiote e Machissangana; ao sul as terras que pertencem á 2.ª e 3.ª circumscripções das terras da corôa de Lourenço Marques; ao norte as terras do Macanhana; a oeste o limite é formado pelos limites das povoações dos indunas do Chonguella de nomes: Mafabasi — Chipiosana — Chicabana — Safuri — Chucana — Uanfene e Macheucha, á qual ficam pertencendo os chefes indigenas abaixo mencionados:

Chunguella — Mapanhana — Manbuana — Chinangana — Macheucha — Chucane — Mangundwana — Regogo — Uanfene — Safuri — Mafabasi — Chicabane — Chongue — Chongue (velho) — Mabebane — Comati — Machissangana — Machamecana — Chiconguana — Duiane — Majoce — Chiépa — Canhalana — Gobela — Ghipissana — Machabane — Macabane — Chatonapico — Chicanana — Machale — Magiole.

Commissariado régio em Moçambique, 15 de março de 1897. — O Commissario régio, *J. Mousinho de Albuquerque*.

Nos termos do n.º 29 das bases para a administração dos territorios sob a jurisdicção da Companhia do Nyassa, approvadas pela régia Portaria de 3 de novembro de 1897; tendo em vista o disposto no art. 33.º do decreto organico de 26 de setembro de 1891 e ouvida a Junta consultiva do ultramar:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo, para ter execução nos territorios sob a jurisdicção da Companhia do Nyassa, o regulamento de minas que baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de abril de 1902. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa*.

Regulamento de minas da Companhia do Nyassa

Poderes da Companhia do Nyassa

Artigo 1.º Em conformidade com os decretos reaes de 26 de setembro de 1891, de 10 de março de 1893, e outros de datas subsequentes, é a Companhia do Nyassa, que no presente regulamento será chamada «A Companhia», a possuidora de todos os mineraes de qualquer especie ou classe, existentes dentro da área da sua concessão, pertencendo-lhe o exclusivo direito de exercer ou de auctorisar o exercicio da industria mineira dentro da referida área.

Industria mineira — Repartição de minas

Art. 2.º Fica entendido, para os fins d'este regulamento, que a expressão «industria mineira» incluye qualquer methodo de pesquisa de depositos de qualquer substancia mineral, ou de lavra de taes depositos que houverem sido ou de futuro possam ser descobertos na área da concessão da Companhia.

§ 1.º A Repartição de minas será o corpo executivo formado de pessoal, que poderá ser nomeado pela Companhia ou pelos seus representantes, para dirigir e inspecionar a industria mineira.

§ 2.º O director das minas será o primeiro funcionario da Repartição de minas, subordinado sómente á Administração da Companhia e ao Governador dos territorios. Na Repartição de minas a sua auctoridade é suprema; mas será sempre permittido recorrer das suas decisões para o Governador dos territorios ou para a Administração da Companhia.

Mineraes

Art. 3.º Para os fins d'este regulamento todas as substancias mineraes são classificadas sob as quatro seguintes designações:

1.º *Mineraes metalliferos*, comprehendendo: antimonio, arsenio, bismutho, cobre, cobalto, chromo, cadmio, ouro, ferro, iridio, chumbo, manganez, mercurio, molybdeno, nikel, platina, prata, estanho, tungstenio, uranio, zinco e todos os outros de natureza semelhante a qualquer d'esses, e todos os minerios ou combinações de quaesquer d'elles entre si ou com qualquer outra substancia, exceptuando sómente os que se apresentam sob fórma de pedras preciosas;

2.º *Pedras preciosas*, comprehendendo: amethysta, ambar, beryllo, olhos de gato (corydon nacré), crysolitho, diamante, esmeralda, granada, rubim, saphira, topazio, turqueza, e todas as substancias de natureza semelhante a qualquer d'essas, que são ou podem ser usadas como adorno pessoal;

3.º *Mineraes carbonosos*, comprehendendo: anthracite, browncoal, betume, hulha, graphite, lignite, petroleo, e todos os oleos mineraes e todas as substancias de natureza semelhante a qualquer d'essas, ou combinações de quaesquer d'elles entre si ou com qualquer outra substancia;

4.º *Mineraes terrosos*, comprehendendo: pedra de construcção, barytes, argillas, gesso, terra de infusorios, calcareo, marmore, mica, phosphatos, potassa, sal-gemma, soda, enxofre, steatite, ardosias, talco e todas as substancias de natureza semelhante a qualquer d'essas.

Mineraes metalliferos

Art. 4.º Todos os depositos de mineraes metalliferos, (classe 1.ª) existentes nos territorios da Companhia e ainda não concedidos a qualquer particular ou corporação, ou

especialmente reservados para uso da Companhia, são declarados livres e abertos á exploração sob as condições impostas pelo presente regulamento.

Pedras preciosas

Art. 5.º Todos os depositos de pedras preciosas (classe 2.ª) podem ser explorados, observando-se as disposições regulamentares que respeitam á mineração alluvial, mas a Companhia reserva para si o direito de lançar impostos especiaes, addicionaes aos seus direitos expressos nos artigos 29.º e 32.º d'este regulamento.

Mineraes carbonosos

Art. 6.º A Companhia reserva-se para tratar em disposições especiaes do que respeita a todos os depositos de mineraes carbonosos (classe 3.ª).

Mineraes terrosos

Art. 7.º A Companhia reserva-se para tratar em disposições especiaes do que respeita a todos os depositos de mineraes terrosos (classe 4.ª); ao Governador dos territorios ou ao director de minas será licito, porém, quando assim o entendam, conceder licenças temporarias a qualquer individuo (modelo 18) para explorar os referidos materiaes para uso local sómente, mediante pagamento, ou sem elle, conforme se determinar, além do emolumento de 6\$000 réis por cada licença.

Licença mineira

Art. 8.º Qualquer pessoa idonea que pessoalmente requeira, ou qualquer sociedade devidamente auctorisada que requeira em seu nome, na Repartição de minas, assignando uma declaração (modelo 1) na qual se obriga por si ou collectivamente a respeitar as leis portuguezas, especialmente o art. 26.º do decreto de 26 de setembro de 1891 e os regulamentos da Companhia, e a mantêr e a apoiar a auctoridade da Companhia, poderá, conformemente ao parecer do director de minas, obter uma licença mineira (modelo 2, ou qualquer outro modelo com que a Companhia o substitua), permittindo-lhe pesquisar mineraes metalliferos em geral, em qualquer ponto dos territorios da Companhia que possa estar aberto a pesquisas, mediante pagamento annual e adeantadamente de 6\$000 réis por essa licença.

§ 1.º A licença mineira não concederá direito de pesquisar ou lavrar a distancia menor de 200 metros de qualquer casa ou edificio occupado; ou terra cultivada ou propriedade particular, sem auctorisação escripta do proprietario, nem de quaesquer povoações, assento de villas, fabricas, estabelecimentos hydraulicos, logares publicos, cemiterios, povoações ou hortas indigenas, ou em espaços reservados pela Companhia.

§ 2.º A Companhia tem o direito de compellir o proprietario ou proprietarios, com fundamento em utilidade publica, a lavrar e permittir a lavra de qualquer deposito comprehendido nas disposições d'este regulamento.

§ 3.º Se o proprietario deixar de cumprir, a Companhia fará expropriar o dito terreno para trabalhos mineiros; e, no caso de o proprietario e o mineiro não concordarem no que respeitar á compensação, preço de venda ou renda a pagar pela occupação permanente ou temporaria do dito terreno, seguir se-ha o disposto na legislação sobre expropriação por utilidade publica.

§ 4.º A posse de uma licença mineira não concederá o direito exclusivo de pesquisar simultaneamente em mais do que uma das áreas a que se refere o art. 18.º d'este regulamento.

§ 5.º A propriedade do terreno não deixará ao possuidor, nem dará a ninguem mais, o direito de pesquisar mineraes na sua propriedade sem a necessaria licença de pesquisador.

Deveres civicos

Art. 9.º Todo o possuidor de uma licença mineira, quando as competentes auctoridades o reclamem, deverá prestar auxilio na manutenção da ordem, sob pena, no caso de recusa, de lhe ser annullada a licença e todos os direitos d'ella derivados, e de ficar sujeito ao pagamento de uma multa não excedente a 300\$000 réis.

Representantes

Art. 10.º Todo o possuidor legal de uma licença mineira, ou qualquer sociedade competentemente auctorisada, terá o direito de nomear um representante (o qual deverá também ser possuidor por direito proprio de uma licença), mediante uma procuração, devidamente legalisada, para o substituir no exercicio dos direitos e deveres inherentes á dita licença, e esses representantes deverão, em todos os assumptos respeitantes á posse e exercicio dos seus poderes, estar sujeitos ás disposições do regulamento mineiro e ás leis e regulamentos em que os referidos poderes se exercem.

Direitos conferidos pela licença mineira

Art. 11.º O possuidor de uma licença mineira tem direito:

1.º A demarcar e explorar nas condições contidas n'este regulamento, ou nas que de tempos a tempos ou opportunamente sejam promulgadas pela Companhia ou pelo Governador dos territorios, um *claim* mineiro de alluvião, de 2:500 metros quadrados, de mineaes das classes 1.ª e 2.ª, em área limitada, como preceitúa o art. 19.º

2.º A demarcar e pesquisar, além de um *claim* mineiro em depositos das classes 1.ª ou 2.ª, 10 *claims* mineiros em veios ou filões, com a área de 2:500 metros quadrados cada um e contiguos uns aos outros, limitados em conformidade com o art. 19.º, como se fôra uma descoberta, ácerca da qual tem de proceder-se como está indicado no artigo 17.º;

3.º A livre pastagem de seis cavallos, muares ou jumentos, ou de dezeseis bois, na superficie dos seus *claims*, comtanto que o terreno esteja desoccupado;

4.º Ao livre uso, para fins domesticos, da lenha e agua de qualquer terreno desoccupado dentro de uma milha do seu *claim*, com sujeição aos regulamentos que a Companhia de tempos a tempos possa legalmente estabelecer;

5.º A construir temporariamente as edificações necessarias á sua exploração, ficando entendido, comtudo, que isso não dá nenhuns direitos a qualquer terreno sobre o qual as ditas edificações possam ter sido levantadas, nem quaesquer direitos a conservar as ditas edificações sobre o terreno, se este tiver de passar legalmente a outras mãos. A Companhia poderá remover, ou fazer com que se removam, a expensas da pessoa que levante taes edificações, todas as ditas edificações ou construcções feitas sobre terreno não adquirido de modo differente pelo portador da licença, quando se dê motivo attendivel para isso;

6.º A remover as suas edificações ou machinismos, quando assim o desejar.

§ 1.º Considerar-se-ha, para os fins d'este regulamento, como sendo mineração de alluvião aquella em que o mineral pode ser extrahido em condições lucrativas sem o auxilio de machinas trituradoras, concentrantes ou de limpeza, postas em movimento por outra força que não seja a braçal, e só applicadas a mineaes das classes 1.ª e 2.ª

§ 2.º Considerar-se-ha, para os fins d'este regulamento, como sendo mineração de veios ou filões aquella em que o mineral, em geral, pode sómente ser extrahido em condições lucrativas com o auxilio de machinismos movidos por outra força sem ser a braçal.

Premios de descoberta

Art. 12.º Todo o individuo possuidor de uma licença mineira em conformidade do artigo 8.º d'este regulamento, e que pelo proprio esforço, trabalho e dispendio, descobrir um jazigo mineral, préviamente desconhecido das classes 1.ª ou 2.ª, a distancia não

menor de 50 kilometros do mais proximo depósito conhecido do mesmo mineral; terá direito a um premio de descoberta, consistindo em um *claim* alluvial ou dez *claims* mineiros em veios ou filões, conformemente ao artigo 11.º, para serem possuidos por elle, ou pelo seu representante, sujeito a todos os artigos d'este regulamento excepto o artigo 29.º, os direitos da Companhia conforme este artigo, sendo concedidos como um premio de descoberta. Qualquer pessoa em taes condições, que descobrir jazigos metalliferos, que não sejam alluviaes ou de mineraes das classes 3.ª ou 4.ª, e que demarcar *claims* mineiros de veios ou filões nos ditos jazigos, conforme o artigo 11.º, e que a todos os respeitos cumprir as obrigações d'estas disposições regulamentares, terá direito de vender estes *claims* conforme o estatuido no artigo 31.º, ou de submeter á Companhia, por via do director de minas, qualquer outra proposta para obter o necessario capital de que precise para explorar os mesmos, e os direitos da Companhia, conforme o artigo 29.º, serão concedidos como um premio de descoberta.

§ unico. E' prohibido, até que tenha obtido permissão do director de minas, fazer trabalhos além dos necessarios para convenientemente pôr a descoberto os *claims* mineiros de veios ou filões, a fim de mostrar o seu valor e habilitar a que se façam os relatorios, ou fazer remoção de qualquer minerio metallifero, a não ser como amostras.

Claims

Art. 13.º Todos os *claims* serão de forma rectangular, a não ser que por concessão especial do director de minas tenham outra, e serão limitados, em todos os casos, por planos verticaes, a partir das linhas superficiaes de limites, n'uma profundidade illimitada da superficie.

Direitos quanto á superficie

Art. 14.º As quedas de agua aproveitaveis como força motriz, as madeiras dentro dos limites dos *claims* ou quaesquer bens existentes á superficie, não serão considerados, para os fins da licença, como incluídos na propriedade mineira, e o seu uso fará parte de um accordo especial.

Renovação de licença

Art. 15.º O possuidor de uma licença mineira, que devidamente tenha exercido os direitos á mesma inherentes, terá direito, quando apresente provas de ter lavrado ou abandonado os *claims* de que estava de posse em virtude da sua primitiva licença, a uma outra nova, sob as mesmas condições em que a primeira lhe fôra concedida.

Invasão

Art. 16.º Todo aquelle que procurar, pesquisar ou excavar em busca dos metaes ou mineraes de que trata este regulamento, deverá apresentar a sua licença mineira, quando isso lhe seja exigido pelo occupador ou dono do terreno onde elle está pesquisando, procurando ou excavando, e, quando deixe de o fazer ou a isso se recuse, poderá ser tratado pelo dito dono ou occupador como um invasor violador commum da propriedade.

Postes de descoberta

Art. 17.º O possuidor de uma licença mineira que descobrir, expuzer á vista ou abrir um jazigo metallifero ou uma mina antiga, poderá affixar um aviso (modelo n.º 3), n'um poste collocado á distancia não excedente a 20 metros do ponto de descoberta, descrevendo a sua posição de modo a poder identificar-se facilmente; este poste deverá denominar-se «poste de descoberta».

Direitos de descoberta

Art. 18.º A affixação do aviso, de que trata o artigo precedente, dará ao possuidor da licença mineira o direito exclusivo de pesquisar durante um praso de 30 dias, a contar da data da affixação, dentro de uma área circular de 300 metros de raio a partir do ponto de descoberta, e também aos prémios de descoberta conferidos pelo artigo 12.º

§ unico. Caso dois individuos se encontrem em collisão, relativamente á área que deve pertencer a cada um, o direito de propriedade de um d'elles é que deve prevalecer.

Art. 19.º Depois da affixação do aviso a que se refere o artigo precedente, será permittido ao possuidor de uma licença mineira, e dentro do referido periodo de 30 dias, demarcar um *claim* alluvial ou um grupo de dez *claims*, conforme o artigo 11.º, e affixar um aviso n'um poste cruciforme, collocado em ponto bem visivel do terreno em que se comprehendem os ditos *claims* e dentro da dita área. O não cumprimento, por parte do possuidor, de qualquer d'estas formalidades será considerado como abandono tácito dos seus direitos.

§ unico. O aviso será, tanto quanto possivel, nos termos do modelo n.º 3.

Registo

Art. 20.º O possuidor da licença, tendo marcado os *claims* como preceituaam os artigos 11.º e 19.º, deverá, dentro do periodo de trinta dias, a contar da data da affixação do aviso, apresentar na Repartição de minas da região em que os ditos *claims* estão situados, informações exactas, e solicitar um certificado de registo (modelo n.º 4) no qual será collado e inutilisado um sêllo de 1\$500 réis. Ao seu requerimento deverá juntar:

1.º Cópia do aviso da marcação affixada;

2.º Declaração jurada mencionando as datas e horas da affixação dos avisos de descoberta, e os nomes das testemunhas, se as houver.

3.º Diagramma ou planta mostrando a posição do *claim* ou *claims*;

4.º A licença mineira, em virtude da qual os *claims* foram demarcados, a qual deverá ficar archivada na Repartição de minas;

5.º A procuração, se a houver, a qual ficará archivada na Repartição de minas.

§ 1.º Se o interessado não tiver requerido o alludido certificado de registo dentro do praso de trinta dias, considerar-se-hão os *claims* abandonados.

§ 2.º O director de minas poderá, comtudo, por motivos justificados, prolongar o praso de trinta dias por um praso addicional ao seu arbitrio.

Art. 21.º O pedido do certificado do registo, acompanhado do diagramma, estará patente ao publico pelo espaço de sessenta dias na Direcção de minas, e será logo publicado no boletim da Companhia do Nyassa e n'um jornal da localidade, caso o haja. Findo o dito praso de um mez, não tendo sido apresentada nenhuma nota de impugnação ao director de minas, este, ao verificar que todos os requisitos regulamentares foram devidamente satisfeitos, procederá ao registo, entregando-se ao interessado o respectivo certificado (modelo n.º 4).

§ 1.º Se no praso de sessenta dias, a contar da data da publicação do aviso no boletim da Companhia, houver sido apresentada a nota da impugnação, a qual deve ter um sêllo de 1\$500 réis, o director de minas, ou quem suas vezes fizer, mandará intimar a impugnação ao interessado, dando-lhe praso para contestar; e, estudando depois a questão, enviará todo o processo, com sua informação, á auctoridade civil da região, a qual fixará dia para o julgamento, podendo cada um dos interessados nomear o seu perito; e estes, conjuntamente com aquella auctoridade, decidirão a pendencia. Préviamente ao julgamento, a referida auctoridade poderá deferir quaesquer diligencias que se lhe requieram para elucidar a questão.

§ 2.º Da decisão a que se refere o § 1.º precedente haverá recurso, dentro do praso de dez dias, para o Governador do territorio, e da d'este para o Conselho de administração em ultima instancia.

§ 3.º Se o requerimento para o registo definitivo do *claim* ou *claims* tiver deferimento, effectuar-se-ha este, em seguida, n'um livro de registo expressamente aberto para esse fim, cujo formulario será prescripto pelo director de minas.

§ 4.º Um certificado do dito registo definitivo, tendo affixado um sello de 3\$000 réis por cada *claim*, será passado, quanto possivel, de accordo com a fórmula adeante prescripta.

§ 5.º Nenhum certificado será passado sem que as quantias em divida pelo *claim* ou *claims* tenham sido pagas.

Direitos mineiros

Art. 22.º O occupador de um grupo de *claims* terá os exclusivos direitos, sujeito, porém, ás leis e regulamentos em vigor, de explorar ou auctorisar a exploração de todos os depositos metallíferos existentes no terreno circumscripto pelos limites verticaes das suas concessões.

Condições de exploração

Art. 23.º Em cada *claim* demarcado, o possuidor despenderá annualmente, em trabalho ou em melhoramentos, a somma de, pelo menos, 60\$000 réis, entendendo-se sempre que o periodo, durante o qual o primeiro de taes dispendios tem de se fazer, será de cento e vinte dias, a contar da data da demarcação de taes *claims*, e depois em cada um anno corrente que se lhe seguir. O possuidor que faltar ao cumprimento d'esta condição perderá, *ipso facto*, todos os direitos ao *claim* ou *claims* com os quaes se deu esta falta. Quando se dirija um requerimento ao chefe da região mineira, acompanhado de uma declaração jurada, expondo quaes os trabalhos executados e as despesas feitas, e depois de se verificar que taes despesas realmente se fizeram, o possuidor de *claims* terá direito a receber um certificado de exploração (modelo n.º 5) por cada *claim* ou grupo de *claims*, ao qual será affixado e depois inutilizado um sello de 1\$500 réis. Pódem passar-se duplicados d'estes certificados de exploração pela Repartição de minas, mediante o pagamento de 1\$500 réis por cada um.

Certificado de exploração

Art. 24.º O não poder alcançar, quer o primeiro, quer um subsequente certificado de exploração, dentro do respectivo periodo prescripto pelo artigo anterior, terá como consequencia o perdimento dos *claims* omissos, a não se produzir razão attendivel que justifique esta falta perante o director de minas.

Unificação e agrupamento de claims

Art. 25.º Os possuidores de *claims* contiguos terão direito a unificar os seus *claims*, quando assim o requirem á Repartição de minas, mediante pagamento da quantia de 12\$000 réis por cada *claim* agrupado.

§ 1.º Nenhuma unificação de *claims* abrangerá mais de vinte ou menos de cinco *claims*; e a somma total que teria de ser gasta em todos os ditos *claims*, se elles estivessem isolados, poderá ser despendida em trabalhos de melhoramento em qualquer parte do grupo, á escolha do proprietario.

§ 2.º Todo o requerimento para unificação de grupos de *claims* deverá ser feito á Repartição de minas da região, acompanhado de uma planta cuidadosamente levantada e de uma memoria descriptiva dos ditos *claims*, e da sua situação referida a algum ponto proeminente do terreno.

Demarcação de tunnel

Art. 26.º Qualquer individuo possuidor de uma propriedade mineira, que deseje abrir um tunnel, fóra dos limites do seu terreno, para a descoberta ou exploração do mineral metallifero depositado em veios ou de outro qualquer modo, poderá affixar um aviso n'um lugar bem visivel, junto do ponto onde elle tenciona começar o tunnel. N'este ponto collocará um poste que deverá chamar-se «poste da bôcca do tunnel»; e, a fim de mostrar a direcção do tunnel para o seu terreno, collocará um ou mais postes n'um ou

mais pontos da linha que este deve seguir, que deverão ser designados por «postes da direcção do tunnel», e o mesmo tunnel, ao ser perfurado, não deverá desviar-se para quaesquer dos lados d'esta linha de direcção em mais de cinco metros. O dito aviso deve ser conforme, quanto possivel, com o modelo n.º 7. O direito de abrir o tunnel dentro dos 5 metros a cada lado da linha marcada com estacas pode adquirir-se indicando no solo uma demarcação de tunnel de dez metros de largura ao longo da linha directriz, requerendo-se e registando-se em seguida a concessão como se preceitua nos art.ºs 58.º e 59.º, e pagando renda conforme o art. 62.º

§ unico. Em nenhum caso a posse de uma locação de tunnel dará direito a qualquer mineral encontrado ao perfurar-se o tunnel, a não ser que o terreno tenha sido legalmente tomado como terreno de lavra mineira, como se preceitua n'este regulamento, pela pessoa ou pessoas na posse da locação do tunnel com todos os emolumentos legais e rendas respectivas pagas.

Protecção

Art. 27.º No caso que por qualquer motivo se torne temporariamente impraticavel a exploração em qualquer propriedade mineira ou *claim* alluvial, e se esse facto subsistir no dia em que tiver de realizar-se o pagamento da licença, será o occupador dispensado d'esse pagamento pelo director de minas, se este assim o entender, passando-se-lhe para o mez seguinte um certificado de reserva (modelo n.º 8) com um sello de 200 réis, e procedendo-se assim nos mezes subseqüentes até cessarem as causas que impediram a referida exploração.

Extensão de área

Art. 28.º Se o director de minas fôr informado pelas vias legais de que a natureza de um certo deposito ou a especial difficuldade da sua exploração reclama uma extensão ou alteração nas dimensões da sua área, poderá n'estes casos excepcionaes determinar, como tiver por melhor, as alterações nas condições sob as quaes a exploração do dito deposito poderá ser permittida, comtanto que taes alterações não causem prejuizo aos direitos mineiros de outrem.

Partilha e quinhão da Companhia na propriedade mineira

Art. 29.º Qualquer propriedade mineira, demarcada em virtude d'este regulamento, pertencerá, na sua quarta parte, á Companhia do Nyassa, e as tres quartas partes á entidade registada na Repartição de minas como occupador; e todas as hypothecas, onus ou transferencias, que no todo ou em parte affectem a dita propriedade, em caso algum prejudicarão os direitos reservados á Companhia pelo presente artigo.

Providencias ácerca do quinhão da Companhia antes da exploração

Art. 30.º Não será licito ao occupador de qualquer propriedade mineira explorar-a com o fim de obter lucros, a não ser que taes lucros sejam inteiramente applicados ao desenvolvimento da dita propriedade, sem que o Conselho da administração da Companhia do Nyassa tenha providenciado relativamente ao modo pelo qual os seus interesses de 25 por cento nos lucros liquidos da exploração da propriedade mineira se hão de tornar realisaveis.

§ unico. Qualquer concessão explorada por este modo ficará sujeita a ser annullada.

Venda de propriedades mineiras a companhias

Art. 31.º O occupador de uma propriedade mineira devidamente registada, que tiver satisfeito a todas as condições aqui expostas, poderá vender ou transferir os seus direitos a uma companhia, nas seguintes condições:

1.º Deverá participar as suas intenções ao Conselho de administração da Companhia do Nyassa, expondo a proposta financeira para a projectada companhia, a proporção de capital de exploração e o preço que elle deverá receber tanto em dinheiro como em acções;

2.º Logo que a Companhia do Nyassa tenha dado conhecimento da sua approvação ás condições da proposta supra, poderá o interessado proceder livremente á sua realisação, reservando e transferindo para a dita Companhia do Nyassa, livres de encargos, 25 por cento do preço da compra da propriedade, quer em dinheiro, acções liberadas, bonus ou em qualquer outro preço pago pela dita propriedade;

3.º A Companhia do Nyassa terá o direito de nomeação de um director, se elles forem cinco, e de dois directores, se elles forem sete, que tenham de compôr a Direcção da nova companhia;

4.º O direito da nova companhia á propriedade ficará sujeito ás disposições do presente regulamento, a não ser que d'ellas seja especialmente relevado, excepção feita dos direitos de Estado e de terceiros;

5.º Nenhuma reorganisação da companhia será válida sem a sancção da Companhia do Nyassa;

6.º Os estatutos da nova companhia serão formulados de accordo com a Companhia do Nyassa, e o registo da companhia não se effectuará enquanto os ditos estatutos não forem assim approvados pelo Governo.

Renda dos claims mineiros

Art. 32.º A contar da data em que a exploração de uma propriedade mineira começa a ser lucrativa, ou quando haja sido adquirida por uma companhia em conformidade com o disposto no precedente artigo, o possuidor legal do competente certificado do registo pagará, mensalmente, á Repartição de minas 3\$000 réis por cada *claim*, quer de veios ou filões, quer de alluvião.

Privilegio de credor que tem a Companhia sobre os claims

Art. 33.º A Companhia do Nyassa, nos termos do n.º 1.º do artigo 887.º do Código civil, terá um privilegio de credor sobre todos os *claims*, por pagamentos de impostos devidos á Companhia, em virtude das precedentes disposições regulamentares, e no valor dos bens em que recahirem os mencionados impostos.

Domicilio do proprietario mineiro

Art. 34.º O dono de qualquer propriedade mineira é obrigado, na occasião em que fôr fazer o registo da sua concessão na Repartição de minas, a fazer a declaração de domicilio dentro do districto mineiro, a qual ficará devidamente registada. Todas as intimações feitas no dito domicilio serão consideradas como tendo sido feitas legal e pessoalmente ao individuo intimado.

§ unico. Quando haja mudança de domicilio, deverá esta registrar-se na Repartição de minas.

Registo de propriedades

Art. 35.º Toda a propriedade mineira, occupada em observancia das disposições d'este regulamento, terá uma numeração official nos registos da Repartição de minas. As companhias anonyms de responsabilidade limitada, as sociedades ou syndicatos que possuirem uma propriedade mineira em virtude do presente regulamento, deverão registrar o nome ou nomes de não mais de duas pessoas estabelecidas nos territorios da Companhia do Nyassa, que serão acreditadas como seus agentes, e taes agentes serão pessoalmente responsaveis, em observancia do preceituado n'este regulamento, em todos os assumptos que se relacionem com a propriedade que elles representam.

§ unico. Os donos de taes propriedades deverão registar o nome de um representante ou gerente, que residirá no districto mineiro onde a propriedade se acha situada, o qual será pessoalmente responsavel por tudo que diga respeito á mesma.

Direitos do occupador

Art. 36.º O occupador de uma propriedade mineira tem os seguintes direitos:

1.º Ao uso exclusivo de toda a superficie que legalmente esteja dentro dos limites da sua concessão;

2.º O direito de fazer o córte, para fins mineiros, *bona fide*, de quaesquer madeiras com respeito ás quaes o director de minas não tiver feito reserva, mediante pagamento conforme a tarifa que será fixada pelo Governador dos territorios, e sujeito a quaesquer regulamentos florestaes que possam ser de futuro estabelecidos;

3.º Ao pasto livre, em quaesquer terras não occupadas do districto, de seis cavallos, muares ou jumentos, ou de dezeseis bois;

4.º Ao consumo gratuito, para uso domestico, da lenha e aguas encontradas na sua concessão.

§ unico. Fica expressamente estipulado que as condições exaradas no documento, modelo n.º 1, serão fielmente observadas.

Prioridade de direitos

Art. 37.º Os direitos a qualquer propriedade mineira, local, filão ou deposito, serão sempre determinados pela prioridade de aquisição, comtanto que os regulamentos tenham sido observados, e em todos os casos de desaccordo ou litigio será regra invariavel que os direitos do ultimo individuo a demarcar serão subordinados áquelle que o precedeu no relativo a terreno sobre que haja duvida ou contenda.

Certificados de protecção

Art. 38.º O occupador de qualquer propriedade mineira poderá, antes de expirar o praso dentro do qual elle tem de alcançar um certificado de inspecção, requerer ao director de minas o certificado de protecção (modelo n.º 9), quando possa provar que se deram quaesquer das seguintes circumstancias:

1.º Incapacidade de trabalhar por motivo de doença;

2.º Ausencia justificavel por desempenho de serviço publico dentro dos territorios da Companhia do Nyassa, ou por outra razão bastante e urgente de ordem particular;

3.º Por se ter verificado ser a propriedade incapaz de exploração, devido a circumstancias insuperaveis.

§ 1.º Se o director de minas achar que são boas e sufficientes as razões allegadas, passará ao requerente um certificado de protecção, que deverá levar um sello de 3\$000 réis, declarando tambem no verso o praso da sua validade. Durante este praso o direito á dita propriedade não soffrerá quebra por não se terem effectuado os necessarijs trabalhos de avanço.

§ 2.º Em caso algum, porém, excepto com a expressa auctorisação do Governador dos territorios, poderá conceder-se o dito certificado por periodo superior a seis mezes.

§ 3.º No caso do dito certificado se obter por meio de falsas allegações, deverá o director de minas annullal-o, e, se assim o entender, poderá igualmente annullar todos os direitos do delinquente respeitantes á propriedade. Da decisão do director de minas ha recurso para o Governador dos territorios e da d'este para o Conselho de administração.

Obito do occupante

Art. 39.º Nenhum local ou propriedade mineira, em posse legal por virtude d'este regulamento, que constitua parte dos bens de herança de um defunto, será considerado

abandonado ou perdido por não se terem obtido a tempo quaesquer certificados, ou por se não haverem effectuado os trabalhos prescriptos n'este regulamento, ou por não se terem pago quaesquer licenças, rendas, direitos, emolumentos ou multas subsequentemente á morte do occupador, sem que se tenham passado sessenta dias, a contar do dito obito. Existindo ou sendo nomeado um representante legal, deverá essa entidade, dentro do referido praso de sessenta dias, ou em conformidade com as circumstancias do caso e consenso do director de minas, requerer os devidos certificados, fazer os devidos pagamentos legaes e conservar a dita propriedade como parte dos bens da herança sob a sua administração.

Terrenos occupados

Art. 40.º Em todos os casos em que um *claim* mineiro houver sido marcado sobre terreno já préviamente occupado por um terceiro, a Companhia do Nyassa terá o direito de expropriar, por utilidade publica, o dito terreno no todo ou em parte, ou de limitar o direito do respectivo dono, pagando-lhe uma compensação que, á falta de accordo amigavel, será fixada por arbitragem; a Companhia do Nyassa terá, outrosim, o direito de expropriar para fins mineiros qualquer terreno, herdade ou propriedade, pagando ao respectivo proprietario as devidas compensações, e na falta de accordo serão estas avaliadas por arbitragem. Quando se não concorde em resolver a questão por meio de arbitragem, seguir-se-ha o disposto na legislação sobre expropriações, como está preceituado no § 3.º do art. 8.º.

Titulos de concessão

Art. 41.º Todo o occupador ou concessionario, que registrar uma propriedade mineira ou local, poderá requerer, ao Governador dos territorios, um titulo ou certificado que lhe assegure definitivamente os direitos concedidos em virtude d'este regulamento ou por contracto particular com a Companhia do Nyassa. Este requerimento deverá levar um sello de 1\$000 réis, e deverá ser acompanhado por um deposito em dinheiro, cuja importancia será fixada pelo director de minas, e destinado a custear:

1.º O custo da publicação de requerimento, em conformidade com o que adeante se determina;

2.º As despesas relativas ao reconhecimento e levantamento da planta, que adeante se prescrevem, incluindo, quer os honorarios, quer as ajudas de custo do empregado tecnico que desempenhar aquelle serviço.

§ 1.º Poderá dispensar-se este deposito, se o interessado apresentar um relatorio assignado por um dos agrimensores da Companhia do Nyassa, acompanhado de plantas em triplicado.

§ 2.º Se, porém, o interessado não apresentar o referido relatorio, o director de minas, depois de recebido o deposito, mandará com a possivel brevidade um empregado tecnico para levantar as plantas em triplicado e elaborar um relatorio ácerca do dito terreno ou propriedade, e, depois de o receber, participará o facto ao interessado, ao qual será permittido examinal-o, devendo este declarar por escripto se concorda, ou não, com os limites fixados pelo funcionario que desempenhou o alludido serviço.

§ 3.º Se o interessado com elles se conformar, ou se elle proprio apresentar o relatorio, o director de minas ordenará a publicação de um annuncio mencionando todas as indicações contidas no requerimento, inserindo o dito requerimento no jornal ou jornaes que em tempo opportuno sejam designados para tal fim pelo Governador dos territorios. Deverá ser inserto em tres numeros diferentes, com intervallos não inferiores a uma semana, e marcará um dia, que nunca excederá o setimo a contar da ultima publicação, até ao qual quaesquer pessoas, que se julguem com direito a impugnar a concessão do dito titulo, possam apresentar as suas reclamações.

§ 4.º No caso de haver reclamação, o Governador dos territorios adiará a concessão do titulo, emquanto se não realisar o inquerito aos direitos da parte reclamante; e, no caso de a não haver, concederá o titulo da propriedade ao requerente mediante o pagamento de 60\$000 réis, juntando-lhe o diagramma do terreno ou propriedade traçado pelo referido empregado tecnico e assignado pelo director de minas.

§ 5.º Havendo protesto, a parte ou partes contractantes apresentarão ao director de minas o seu requerimento allegando os fundamentos da sua contestação, com designação

da natureza, limites e extensão do terreno contestado, e o director de minas enviará todo o processo com sua informação á auctoridade civil da região para os fins designados no § 1.º do art. 21.º, procedendo-se, quanto aos recursos, pela forma estatuida no § 2.º do mesmo art. 21.º.

§ 6.º Se a decisão do processo fôr que o requerente tem direito á totalidade da propriedade requerida, ser-lhe-ha, acto continuo, entregue o titulo da propriedade; se, porém, a sentença fôr para o effeito de que o requerente tem sómente direito a uma porção da propriedade, e que a parte ou partes oppostas têm direito a uma porção ou porções da mesma, n'esse caso cada uma das partes terá o direito de adquirir a porção ou porções a ella adjudicadas, mediante pagamento proporcional dos emolumentos e custas do processo, e receberá um titulo á sua porção da propriedade, pagando o imposto do sello atraz mencionado.

Art. 42.º O titulo a que se refere o artigo precedente conferirá ao possuidor o direito inviolavel á propriedade mineira com respeito á qual tenha sido passado o titulo, salvo nos casos em que tal direito houver de cessar em virtude do disposto em qualquer dos artigos do presente regulamento.

Reconhecimento

Art. 43.º Ao empregado technico encarregado da elaboração do relatorio, a que o art. 41.º se refere, incumbe descrever a propriedade, a extensão e natureza das operações mineiras ahi effectuadas, se as houver, juntando-lhe um esboço topographico do terreno, em triplicado, de sorte que a identificação da alludida propriedade seja perfeitamente facil. Para esse fim realisará no terreno as medições necessarias, e, caso descubra quaesquer erros nos limites, rectifical-os-ha.

Marcos

Art. 44.º Em cada um dos postes ou marcos assignalando os pontos extremos de uma propriedade mineira, devidamente registada em conformidade com o presente regulamento, affixar se-ha um aviso com as seguintes indicações:

1.º Uma letra do alphabeto correspondente a outra da planta, representando um determinado poste;

2.º O nome da propriedade ou local;

3.º A data do registo;

4.º O numero official da propriedade ou local;

5.º A localidade onde foi registada;

6.º O nome ou nomes do proprietario ou proprietarios.

§ 1.º Junto de cada postê deverão abrir-se duas vallas, com um metro, pelo menos, de comprimento, dois decimetros de largura e tres decimetros de profundidade, indicando a direcção das linhas de limites que se entrecruzam n'esse ponto.

§ 2.º Se um ou mais angulos de um *claim* forem cair em um ponto onde a natureza ou configuração do terreno torne a implantação de um poste impraticavel, poderão indicar-se esses angulos collocando no ponto apropriado mais proximo um «poste testificador» que em tal caso terá as mesmas marcas que as prescriptas para os postes dos angulos e juntamente as letras P T (poste testificador) e uma indicação do rumo e distancia do sitio do verdadeiro marco do referido poste testificador.

Art. 45.º Dentro de trinta dias, a contar da concessão do certificado de registo, os postes serão substituidos por marcos sólidamente construidos de alvenaria, de um metro de altura, e em cada marco será affixado um aviso com os seguintes dizeres em lingua portugueza:

1.º Uma letra correspondente á que representa o marco no aviso de registo;

2.º O nome da propriedade;

3.º Data da concessão do titulo de propriedade;

4.º O numero official da propriedade;

5.º Data do registo;

6.º Nome ou nomes do proprietario ou proprietarios.

§ unico. D'essa época em diante os limites da propriedade, isto quando a natureza do terreno o permitta, serão sempre indicados por uma valla de dois decímetros de profundidade.

Taboletas

Art. 46.º As taboletas a que este regulamento se refere terão, pelo menos, tres decímetros quadrados. Os avisos deverão ser legivelmente escriptos, pintados, marcados a fogo ou gravados sobre madeira, ferro ou pedra. O emprego de papel ou de producto similhante, sujeito a ser destruido pela chuva, não será permittido.

Affixação de avisos

Art. 47.º Não é permittido fazer demarcações ou affixar avisos entre o sol-posto e o nascer do sol, e esses actos, quando sejam realisados dentro d'esse espaço de tempo, não darão direito algum.

Venda de propriedades mineiras

Art. 48.º O proprietario devidamente registado de um *claim*, ou grupo de *claims*, ou de qualquer numero de *claims*, ou de qualquer porção ou porções d'esse grupo, e cujo direito a elles esteja firmado em titulo de propriedade ou outro documento legal, terá a liberdade de vender ou de transferir os seus direitos a qualquer pessoa habilitada a possuir propriedade mineira, ou a qualquer syndicato, firma, ou companhia devidamente registada.

§ 1.º A venda ou transferencia de taes direitos constará de uma escriptura na qual se fará menção:

- a) Dos nomes e domicilios do vendedor e comprador;
- b) Da descripção da propriedade a que a transacção se refere;
- c) Do preço ou equivalencia paga ou a pagar:

§ 2.º O comprador registará esta escriptura na Repartição respectiva da Companhia, pagando n'esse acto os direitos de transmissão equivalentes a 2 1/2 por cento do preço de venda em dinheiro.

§ 3.º Não terá validade qualquer transferencia sem que seja competentemente escripturada n'um registo da Repartição de minas, e não se poderá effectuar esse registo sem que tenham sido pagas todas as licenças, direitos, multas, impostos e rendas respectivas á propriedade que se transfere.

§ 4.º E' tambem expressamente prohibida, e não terá validade, a transferencia parcial ou total de qualquer grupo de *claims* relativamente ao qual não tenha sido concedido o certificado de exploração, como se preceitua no artigo 23.º

Venda de propriedades agrupadas

Art. 49.º Em todos os casos em que duas ou mais propriedades sejam agrupadas ou incorporadas para venda, deverão os respectivos certificados de incorporação (modelo n.º 10) levar sellos na importancia de 2 1/2 por cento do valor das propriedades assim transferidas, conformemente com a avaliação feita pelo director de minas, com a clausula, porém; que, se qualquer das partes interessadas não convier na avaliação, será a questão submettida á arbitragem, e, quando as partes não concordem na arbitragem, a questão será resolvida pelos tribunaes judiciais.

Hypotheca de propriedades

Art. 50.º O occupador de qualquer propriedade mineira pôde hypothecal-a no todo ou em parte, salvo sempre o quinhão a que a Companhia tem direito pelo artigo 29.º

§ 1.º Essa hypotheca, além da sua inscripção na conservatoria do registo predial, deverá ser tambem registada na Repartição de minas, onde, em livro apropriado, se escreverá

a data do contracto, o numero da descripção da propriedade no registo predial, os nomes das partes, a quantia mutuada, a taxa de juro e as épocas do pagamento d'este e do capital.

§ 2.º O requerimento para o registo será acompanhado de dois exemplares authenticos ou authenticatedos do respectivo contracto, e o director de minas inscreverá em ambos elles o numero da sua apresentação, e bem assim a data e hora do registo da hypotheca, entregando á pessoa a favor de quem a hypotheca fôr constituída um dos exemplares, mediante o pagamento de sellos no valor de 2 1/2 por cento da quantia mutuada, e ficando o outro exemplar archivado na Repartição de minas.

§ 3.º O director de minas, antes de entregar ao interessado o exemplar a que se refere o paragrapho anterior, exigirá a apresentação do certificado do registo provisorio ou definitivo da hypotheca na conservatoria, e em qualquer d'estes documentos averbará a nota da hypotheca e a data e hora de tal registo.

Direito ou preferencia creditoria sobre as propriedades

Art. 51.º A pessoa que tiver algum credito privilegiado sobre qualquer propriedade ou local mineiro deve registal-o na conservatoria e tambem na Repartição de minas, obtendo os respectivos certificados para os effeitos legaes.

O certificado da Repartição de minas (modelo n.º 11) levará o sello de 3\$000 réis.

Direitos da Companhia do Nyassa

Art. 52.º A Companhia do Nyassa terá por todas as quantias que lhe forem devidas, e que tiverem ligação ou disserem respeito a qualquer propriedade mineira, possuida em observancia dos preceitos d'este regulamento, hypotheca legal sobre essa propriedade, e bem assim sobre os moveis, edificios ou machinas existentes na mesma; e essa hypotheca, sendo devidamente registada na conservatoria, dará preferencia sobre qualquer outro privilegio ou hypotheca.

Abandono de propriedade

Art. 53.º Será permitido ao occupador de uma propriedade mineira ou local abandonar essa propriedade ou local, com a condição, porem, de retirar todos os postes, marcos e avisos ahi existentes, de affixar um aviso declarando o seu abandono e de o communicar por escripto á Repartição de minas.

Reoccupação

Art. 54.º Nenhuma nova demarcação será permittida em terreno abandonado em conformidade do disposto no artigo anterior, antes de decorridos sete dias a contar da data da affixação do aviso de abandono, ou, no caso da propriedade ser registada, antes que a Repartição de minas tenha annuciado que o terreno pode ser de novo occupado.

Certificado de abandono

Art. 55.º O occupador de qualquer propriedade mineira poderá requerer ao director de minas um certificado de abandono da dita propriedade (modelo n.º 12), que levará o sello de 6\$000 réis, e que lhe será passado quando se verifique que foram cumpridas as formalidades prescriptas.

Reoccupação

Art. 56.º Nenhuma propriedade, cuja concessão tenha sido annullada, poderá novamente ser occupada, sem que para isso a Repartição de minas tenha publicado a respectiva permissão. O director de minas affixará na sua Repartição, e publicará de tempos

a tempos, nos jornaes para isso indicados, uma lista das propriedades abandonadas, ou d'aquellas cujas concessões têm sido annulladas e que estão em via de serem reoccupadas e demarcadas.

Bens do primitivo possuidor

Art. 57.º Quando uma propriedade tenha sido abandonada, ou a sua concessão annullada em virtude das disposições d'este regulamento, poderá o respectivo proprietario registado remover quaesquer construcções ou machinas n'ella existentes, e, além d'isso, qualquer minerio já extrahido.

Local para assentamento de casas, azenhas, etc.

Art. 58.º Quando o proprietario de qualquer propriedade mineira registada carecer de um local fóra da mesma, com o proposito de ahi construir azenhas, bateria de pilões, casa de habitação, officinas e outras edificações necessarias para laboração mineira, poderá adquirir tal terreno, não excedente á área total que deverá ser determinada em cada caso pelo director de minas, comtanto que seja sempre escolhida de fôrma a não impedir ou prejudicar as explorações mineiras existentes ou obras de utilidade publica, e que não estivesse préviamente occupada por outrem.

Registo de locaes ou terrenos

Art. 59.º Para os fins indicados no artigo precedente, o interessado deverá, dentro do praso de quinze dias, a contar da respectiva demarcação, requerer um certificado de registo, apresentando na Repartição de minas um requerimento nos termos do modelo n.º 13, ao qual juntará um desenho nitido mostrando a fôrma, posição e extensão do dito terreno. O director de minas mandará seguir os termos do processo designado no artigo 21.º e seus paragraphos, com a differença de que o praso a que se refere o dito artigo 21.º pode ser reduzido a trinta dias, quando o referido director assim o entenda, e que o sêllo que o certificado deve levar será de 6\$000 réis por cada hectare de terreno a que o certificado se refere.

Locaes para estabelecimentos metallurgicos

Art. 60.º Será tambem admissivel a qualquer individuo, quer seja, quer não, possuidor de propriedade mineira, que projecte installar uma officina ou outros trabalhos metallurgicos, requerer e obter nos termos indicados no artigo 59.º precedente um certificado de aquisição de um local nas condições mencionadas nos artigos precedentes. Os sêllos no respectivo certificado serão, porem, á razão de 12\$000 réis por cada hectare assim concedido.

Pedidos de locaes

Art. 61.º O facto do respectivo certificado não ter sido requerido dentro do praso de quinze dias será considerado como abandono do local, mas o director de minas poderá, por motivos justificados, prolongar o alludido praso, se assim o entender.

Renda de locaes

Art. 62.º Por cada hectare obtido em conformidade com os artigos 58.º, 59.º e 60.º o occupador, sendo-o tambem de uma propriedade mineira, pagará uma renda mensal de 6\$000 réis por hectare ou fracção de hectare, e de 12\$000 réis por hectare ou fracção de hectare, quando esse caso se não dê; e o director de minas ou o seu delegado fica auctorizado pela presente disposição a exigir o pagamento da mencionada renda e a proceder

legalmente para a obter, e, no caso de a mesma estar em atrazo, a cobrar uma multa igual ás quantias em atrazo.

Exploração nos locais

Art. 63.º Será permitido ao concessionario de um local como os supramencionados, que descobrir qualquer deposito metallifero dentro da área comprehendida entre os planos verticaes que passem pelos limites do seu local, explorar esse deposito nas condições estabelecidas n'este regulamento para *claims* mineiros de igual natureza.

Art. 64.º O concessionario de um local terá o direito de cortar no referido local a madeira de que *bona fide* carecer para fins mineiros, mas não para venda ou especulação. O referido direito está sujeito ás prescripções do artigo 36.º

Aguas

Art.º 65.º O occupador de qualquer propriedade mineira ou local poderá solicitar do chefe do seu concelho permissão para usar da agua de que carecer para as suas operações mineiras, e aquella auctoridade, ouvido o director de minas, poderá resolver favoravelmente a pretensão do interessado, como julgar mais conveniente, com a sujeição aos regulamentos especiaes que a Companhia do Nyassa haja de promulgar e mediante pagamento das taxas fixadas n'esses regulamentos, ficando, porém, explicitamente entendido que esta permissão não importará, em caso algum, qualquer direito de propriedade sobre a dita agua, que pertence exclusivamente á Companhia do Nyassa, e que o chefe do concelho tomará na devida consideração as necessidades de todos os outros concessionarios mineiros e proprietarios interessados no assumpto.

Inquinamento das aguas

Art. 66.º Os proprietarios dos terrenos marginaes aos cursos de agua e os de azenhas e outros estabelecimentos industriaes nas mesmas condições, assim como os habitantes d'esses terrenos que se tenham installado depois de dada a concessão mineira, não terão direito a reclamar contra a Companhia do Nyassa, ou contra os possuidores legitimos de concessões mineiras, por damno resultante do inquinamento das aguas ou da sua mistura com outras aguas, ou residuos provenientes das minas ou da preparação mechanica e metallurgica dos minerios.

Pelo Governador dos territorios serão, porém, tomadas todas as precauções e impostas todas as condições para impedir a polluição dos cursos de agua, e a ellas se deverão submeter todos os exploradores de minas, sem direito a quaesquer indemnisações.

§ unico. As soluções de cyanetos em caso algum poderão ser lançadas nos cursos de aguas, antes de convenientemente decompostas, sendo a transgressão d'esta disposição punida com multa não superior a 2:500\$000 réis, e faltando ao seu pagamento soffrerá prisão não excedente a um anno.

Aguas subterraneas

Art. 67.º Toda a agua trazida á superficie do terreno, ou que surdir de trabalhos subterraneos de qualquer concessão mineira, será propriedade do concessionario.

Vedações, poços e cavidades

Art. 68.º Todas as cavidades grandes no terreno, resultantes de operações mineiras ou aberturas para poços temporaria ou permanentemente abandonadas, e quaesquer outras aberturas na superficie do terreno, devem ser resguardadas com segurança ou vedadas. Todo o individuo que se descuidar em usar d'esta precaução incorrerá n'uma multa não excedente a 120\$000 réis, e, na falta de pagamento, na pena de prisão, que

não irá além de seis mezes, além do que ficará sujeito a responder por qualquer damno á pessoa ou propriedades, proveniente de tal descuido.

Segurança dos trabalhos

Art. 69.º A lavra de todas as minas, vallas a ceu aberto, trabalhos de pesquisa, fabricas e installações e todas as operações ligadas com a industria mineira nos territorios da Companhia, serão realizados de modo a satisfazer o director de minas, e com a circumspecção devida, tendo em vista a segurança e hygiene de todo o pessoal n'ellas empregado e do publico em geral.

§ 1.º O director de minas ou a pessoa ou pessoas por elle devidamente auctorizadas poderão ter livre ingresso a toda a hora nas propriedades mineiras existentes nos territorios da Companhia do Nyassa ou em cada uma das suas partes, e se a qualquer d'essas pessoas parecer que uma parte da propriedade, seja mina, sejam poços, escadas, madeiramentos, guindastes ou o que fôr, está em más condições de segurança ou com probabilidade de em breve assim o estar, poderá immediatamente ordenar a suspensão de todo o trabalho n'essa parte ou em toda a propriedade, até que se realizem e se completem as necessarias reparações ou alterações, ao aprazimento do director de minas.

§ 2.º Qualquer pessoa que deixe de executar as instrucções do director de minas, ou do seu representante, com respeito a esses objectos, ficará sujeito á imposição de uma multa não inferior a 60\$000 réis, nem superior a 300\$000 réis, por cada dia ou parte de um dia em que taes instrucções estiverem por cumprir, e, faltando ao pagamento, á pena de prisão por um praso não excedente a doze mezes.

§ 3.º Se houver qualquer desastre devido a negligencia por parte do concessionario em conservar as obras em boa ordem e em bom estado de conservação, ficará elle sujeito, além das penas acima especificadas, a responder por todo o damno causado a pessoas ou propriedades, e, no caso de desastre de que resulte perda de vidas, á accusação formal de homicidio, mas sem intenção de matar.

Massiços de segurança

Art. 70.º Os depositos mineraes deverão permanecer intactos na parte em que ficarem debaixo de estradas, caminhos de ferro, reservatorios de agua, canaes de derivações, talhões urbanos, fabricas, cemiterios, aldeias ou hortas de indigenas, povoações urbanas e outros logares que careçam de protecção, incluindo uma certa distancia dos limites das áreas assim occupadas que fôr determinada pela Direcção de minas. As porções de filão ou deposito mineral conservadas assim intactas denominar-se-hão *pilares* ou *massiços de segurança*.

§ unico. O corte para dentro ou através de um pilar de segurança só poderá effectuar-se mediante licença expressa, por escripto, do director de minas e nos termos e condições indicadas na dita licença. Todo aquelle que infringir o disposto n'este artigo incorrerá na multa não superior a 1:200\$000 réis e, faltando ao seu pagamento, na pena de prisão que não excederá seis mezes.

Excavações para a pesquisa mineira

Art. 71.º Todo aquelle que proceder a excavações para fins mineiros extrahirá a terra de modo a formar, quanto possivel, margens regulares a cada lado da dita excavação. Todo aquelle que infringir o disposto n'este artigo incorrerá n'uma multa não superior a 60\$000 réis e, faltando a esse pagamento, na pena de prisão não excedente a um méz.

Art. 72.º Todo aquelle, que para fins de pesquisa mineira fizer uma excavação na proximidade de qualquer rua ou estrada publica, deverá, enquanto executar esse trabalho, vedar a respectiva valla com toda a segurança em um espaço de, pelo menos, 20 metros de cada lado da dita rua ou estrada publica, e ao abandonar as pesquisas deverá aterrar a excavação. O infractor das disposições d'este artigo incorrerá na multa não

superior a 300\$000 réis e, faltando ao seu pagamento, na pena de prisão que não excederá seis mezes.

Aguas inquinadas

Art. 73.º A agua que contiver substancias toxicas ou nocivas, provenientes do tratamento de minerios ou de quaesquer operações metallurgicas, será vedada ou cercada com toda a segurança, affixando-se avisos ao publico contra o uso da mesma agua. Aquelle que violar esta disposição incorre na multa não superior a 1:200\$000 réis, e, faltando ao seu pagamento, soffrerá a pena de prisão não superior a seis mezes. Pelo que toca ao lançamento ou despejo das soluções de cyanetos nos cursos de aguas, observar-se-ha o disposto no § unico do art. 66.º.

Explosivos

Art. 74.º A ninguem será permittido construir um armazem subterraneo para guarda de substancias explosivas, ou levantar á superficie do solo um armazem para o mesmo fim, sem obter préviamente uma licença por escripto do chefe do concelho, o qual, antes de conceder tal permissão, ouvirá o director de minas. Observar-se-hão as seguintes prescripções, toda a vez que se construa um armazem com esse destino.

1.º Será collocado á distancia de, pelo menos, 100 metros de qualquer edificio occupado, estrada ou via publica, ponte, aqueducto ou caminho de ferro;

2.º As suas paredes serão de construcção apropriada e solida.

3.º A sua cobertura será tão leve quanto possivel, mas á prova de fogo;

4.º Terá um pára-raios que mereça confiança;

5.º Não terá janella;

6.º A porta terá uma boa fechadura e conservar-se-ha fechada quando não esteja em serviço;

7.º O terreno em volta, na distancia de 50 metros, conservar-se-ha limpo de hervas e arbustos.

§ unico. O infractor d'esta disposição incorrerá em multa não superior a 600\$000 réis, e, faltando ao pagamento, em pena de prisão que não excederá doze mezes.

Disposições sanitarias

Art. 75.º Todo o concessionario de uma propriedade mineira estabelecerá, para uso do pessoal empregado no serviço da mesma e a distancia razoavel do campo ou lugar de trabalho, uma latrina convenientemente resguardada com uma cova ou receptaculo apropriado para deposito de fezes. A situação da latrina e competentes fossas será regulada pelo director de minas; todas ellas deverão conservar-se sempre limpas e desinfectadas. E esses depositos deverão fazer se nos logares indicados, não devendo usar-se de outros quaesquer para tal fim.

Art. 76.º O dono de qualquer animal que vier a morrer na vizinhança de um acampamento mineiro deverá mandal-o, dentro de doze horas a contar da morte, incinerar ou enterrar a profundidade não inferior a 1 metro e á distancia minima de 100 metros de qualquer propriedade mineira, barraca, palhóta ou edificação.

Art. 77.º A auctoridade superior da região mandará vedar convenientemente na vizinhança dos differentes acampamentos mineiros os espaços de terreno necessarios para cemiterios; e o enterramento das pessoas que fallecerem nos ditos acampamentos ou nas suas proximidades far-se-ha, sempre que seja possivel, n'esses cemiterios.

Art. 78.º Ninguem por malevolencia e proposito deliberado deverá estragar ou contaminar a agua dos poços ou reservatorios.

Art. 79.º Não será permittido a qualquer individuo abater animaes para consumo dentro dos limites de um acampamento ou propriedade mineira, excepto nos locaes que para esse fim forem indicados pelo director de minas ou outra auctoridade competente.

Art. 80.º Todo o concessionario de uma propriedade mineira tomará as maiores precauções no que respeita ás condições sanitarias do local onde estiverem estabelecidas as habitações do pessoal por elle empregado.

Inspeção sanitaria

Art. 81.º O chefe do concelho, o director de minas ou qualquer empregado da Companhia do Nyassa devidamente auctorisado, poderá entrar livremente em qualquer propriedade mineira para verificar se as condições dos artigos 75.º, 76.º, 78.º, 79.º e 80.º têm sido cumpridas, e terá auctoridade para dar as ordens necessarias a fim de fazer cessar todas as infracções aos ditos artigos, avisando o respectivo proprietario dos actos que terá de realizar para a execução do que nos mesmos artigos se determina.

§ unico. Todo o individuo que faltar ao cumprimento do disposto nos ditos artigos, ou em outras instrucções que elle possa opportunamente receber do chefe do concelho, incorrerá n'uma multa não superior a 150\$000 réis por cada dia ou porção de um dia, conforme a duração da culpa, que decorrer a contar do momento em que recebeu o aviso do director de minas ou do funcionario para esse fim devidamente auctorisado, e, na falta de pagamento, na pena de prisão não excedente a tres mezes.

Relatorios mensaes

Art. 82.º No dia 5 de cada mez ou antes, ou logo depois, e tão brevemente quanto as circumstancias o permittam, deverá todo o proprietario de minas apresentar á auctoridade competente um relatorio escripto onde exponha:

- 1.º A situação da propriedade pelo que respeita a registo;
- 2.º A natureza da mina;
- 3.º O nome ou nomes dos donos da mina;
- 4.º Quantidade do minerio extraído no mez precedente;
- 5.º Numero de empregados e jornaleiros no mez precedente, e totalidade dos salarios pagos ao pessoal, quer seja gente branca ou de côr;
- 6.º Numero e causa dos desastres ou mortes que possam ter occorrido durante o dito mez.

§ unico. Qualquer proprietario de minas, que deixe de cumprir este preceito, incorrerá na multa não superior a 120\$000 réis pela primeira falta, e de 150\$000 réis no caso de reincidencia, e, não pagando, na pena de prisão que não excederá o praso de dois mezes.

Pagamentos em dinheiro

Art. 83.º Todos os salarios devidos a qualquer individuo, empregado n'uma propriedade mineira, serão pagos em dinheiro, sem deducção de especie alguma excepto as de adeantamentos feitos, pagamentos ou ordens dadas pelo proprio empregado por fazendas que lhe foram fornecidas na propriedade para uso pessoal. Todo o occupador ou gerente, que infringir esta disposição, incorrerá na multa não superior a 150\$000 réis, ou, faltando ao pagamento, na pena de prisão por um praso não excedente a dois mezes.

Desastres

Art. 84.º O gerente responsavel por uma propriedade mineira, ou, na sua ausencia, o seu substituto, sempre que n'essa propriedade se dê qualquer desastre de que resulte morte ou ferimento de uma ou mais pessoas, participal-o-ha com a possivel brevidade ao chefe do concelho, relatando por extenso todos os pormenores do acontecimento.

§ unico. Se do desastre pessoal resultar a morte depois do dito relatorio ter sido expedido, deverá a mesma auctoridade ser d'isso informada, devendo ser a penalidade pela contravenção das disposições d'este artigo a imposição de uma multa não superior a 150\$000 réis e, na falta de pagamento, a de prisão por um praso que não excederá tres mezes.

Obitos

Art. 85.º O encarregado de uma propriedade mineira, logo que se dê um fallecimento na dita propriedade, enviará a respectiva participação por escripto ao chefe do concelho,

dando o nome do fallecido, a data do fallecimento, e indicar, tanto quanto seja possível, a causa da morte e tambem a data e localidade do enterramento. A penalidade imposta pela infracção d'este artigo será uma multa não superior a 300\$000 réis, e, na falta de pagamento, a de prisão que não excederá tres mezes.

Doenças

Art. 86.º O chefe do concelho ou o director de minas poderão, quando lhes constar que n'uma propriedade mineira se acha uma pessoa gravemente enferma, ordenar ao encarregado da dita propriedade que envie o doente para o hospital mais proximo, e, no caso de recusa ou negligencia no cumprimento d'esta ordem, o dito encarregado ficará sujeito, quando isso se prove em Juizo, a uma multa não superior a 300\$000 réis, ou, na sua falta, a pena de prisão não excedente a tres mezes.

Relatorios

Art. 87.º Todo o concessionario de uma propriedade mineira ou de um estabelecimento metallurgico, ou a pessoa que suas vezes fizer, fornecerá ao director de minas todos os relatorios, contas e detalhes que este ultimo lhe possa exigir, descrevendo as suas operações; mas as communicacões não carecem de ser de natureza a poderem constituir divulgação de segredo do negocio, ou a habilitar qualquer outra pessoa a dirigir as operações por esse modo; e todo aquelle que o não fizer, ou não dê uma informação verdadeira, ficará sujeito a uma multa não superior a 300\$000 réis, ou, na sua falta, á pena de prisão não excedente a tres mezes.

Marcos

Art. 88.º O occupador de uma propriedade mineira ou de um local, que não conservar os seus avisos, postes, marcos ou vallas em bom estado e de modo a poderem razoavelmente guiar aquelles que desejem demarcar as áreas contiguas, incorrerá em uma multa não superior a 60\$000 réis, e em uma multa adicional, á razão de 6\$000 réis por cada dia ou parte d'elle durante o qual a alludida propriedade mineira ou local se manteve em estado de imperfeita demarcação, e, faltando a esse pagamento, soffrerá a pena de prisão não excedente a um mez.

Art. 89.º Todo aquellé que de proposito deliberado deslocar ou destruir quaesquer signaes ou marcos designando os limites de uma propriedade mineira, devidamente localisada em conformidade com este regulamento, fica sujeito a uma multa não superior a 600\$000 réis, além das penalidades que pelas leis vigentes lhe possam ser applicadas, ficando sempre entendido que as disposições d'este artigo não serão applicaveis a concessões abandonadas ou annulladas.

§ unico. Todo o individuo que usar de má fé em qualquer declaração, que lhe seja exigida em virtude do presente regulamento, além de ficar incurso na pena que a este crime corresponder no codigo penal, perderá quaesquer direitos mineiros que lhe pertençam nos termos do mesmo regulamento.

Usurpação

Art. 90.º Todo aquelle que propositadamente demarcar, ou tentar demarcar uma propriedade mineira, local ou terreno que pertença ou que se suppõe pertencer a outrem, sob qualquer pretexto, incorrerá n'uma multa não superior a 600\$000 réis, além das penalidades que pelas leis vigentes lhe possam ser applicadas.

Fraude

Art. 91.º Todo aquelle que propositadamente demarcar uma propriedade ou local maior do que aquelle a que lhe dão direito as disposições do presente regulamento, em seu

nome ou de outrem, ficará sujeito a uma multa não superior a 600\$000 réis, além das penalidades que pelas leis vigentes lhe possam ser applicadas.

Roubo de madeiras

Art. 92.º Todo o individuo ou seu agente, que, sem estar munido da devida licença ou permissão, cortar madeiras ou lenha em qualquer propriedade não sendo legitimo dono do terreno, ficará sujeito por este delicto, quando provado, a uma multa não superior a 30\$000 réis, ou á pena de prisão por um periodo não excedente a um mez.

Salgar (termo vulgar de mineiros)

Art. 93.º Todo o individuo que depositar ou collocar, ou fôr cúmplice na collocação ou deposito propositado de metaes, minerios, mineraes ou pedras preciosas em qualquer ponto ou logar para o fim de enganar outrem relativamente á riqueza de tal deposito, ponto ou logar, ou áquelle que misturar ou mandar misturar com quaesquer amostras de ouro, prata ou mineral metallifero qualquer metal valioso ou substancia, seja ella qual fôr, que augmente o seu teor ou mude de qualquer modo a natureza do mesmo mineral, com o fim de enganar, lograr ou defraudar outrem, ficará sujeito, quando isso se prove, a uma multa não superior a 1:200\$000 réis, além das penalidades que pelas leis vigentes lhe possam ser applicadas.

Furto

Art. 94.º Todo aquelle que quebrar ou separar, com intentos de furtar, o minerio ou mineral de qualquer filão, veio ou deposito, ou tirar, transportar ou esconder minerio, metal, escorias, lodo metallico, residuos de amalgama, refugos ou cimentos de qualquer mina, officina, local, filão ou deposito, com intuito de defraudar os respectivos donos ou occupadores, será entregue aos tribunaes ordinarios e punido com as penas inherentes ao crime de furto.

Fraude

Art. 95.º Todo o individuo que exercer a profissão de ensaiador de metaes ou minerios ou qualquer industria annexa com o tratamento, avaliação e transporte dos mesmos, e que usar de balanças, instrumentos ou fundentes falsificados com intentos fraudulentos, ficará sujeito a uma multa não superior a 1:200\$000 réis, além das penalidades que pelas leis vigentes lhe possam ser applicadas.

Art. 96.º Todo o individuo, quer seja vendedor, comprador, agente, ou rêquerente de uma licença, que maliciosa ou fraudulentamente fizer qualquer declaração jurada exigivel pelo presente regulamento, sabendo ser falsa a mesma declaração, incorrerá na penalidade applicavel a perjurio, e ficará tambem sujeito, conforme se resolver em Juizo, a ser privado da sua licença e de todos os titulos ou interesses em qualquer mina, propriedade ou local concedidos em virtude d'este regulamento. O Governador dos territorios tem ainda a faculdade de prohibir que se passe nova licença a um individuo condemnado pelo supracitado delicto.

Licenças

Art. 97.º Todo o individuo possuidor de licenças de qualquer especie, concedidas em virtude d'este regulamento, deverá apresental-as quando lhe sejam exigidas por qualquer funcionario, devidamente auctorisado, da Companhia do Nyassa, e, não o fazendo, incorrerá em uma multa não superior a 30\$000 réis por cada delicto d'esta natureza.

Crimes contra a segurança

Art. 98.º Todo o individuo que commetter um acto sedicioso, ou de rebellião e resistencia illegal á auctoridade do Estado, da Companhia do Nyassa ou dos funcionarios por ella devidamente auctorisados, deverá em addicionamento ás penas impostas por taes delictos pelas auctoridades judiciais, perder todas as licenças que lhes foram concedidas e todos os direitos ou propriedades que possam ter adquirido na Companhia do Nyassa.

Negociantes de mineraes

Art. 99.º Nenhum individuo poderá comprar, vender, trocar ou outrosim negociar com pedras preciosas ou metaes em bruto, sem ter préviamente obtido para esse fim uma licença especial (modelo n.º 15). O requerimento para estas licenças especiaes deverá ser dirigido ao Governador dos territorios, que a concederá áquelles a quem elle julgar idoneos.

§ 1.º Sub entende-se que os possuidores devidamente registados de propriedades mineiras e de estabelecimentos metallurgicos têm a supradita licença incluída nas suas respectivas concessões.

§ 2.º Todo o individuo que não puder provar o seu direito a quaesquer metaes preciosos ou gemmas por lapidar achados em seu poder, ficará sujeito ao pagamento de uma multa que não será superior a 1:200\$000 réis, além das penalidades que pelas leis vigentes lhe possam ser applicadas.

Posse illegal

Art. 100.º Quando qualquer individuo seja condemnado por posse illegal de pedras ou metaes preciosos, como acima se declara, os ditos metaes preciosos ou gemmas serão, confiscados e vendidos em proveito da Companhia do Nyassa, não se effectuando, porém, essas vendas sem terem decorrido seis mezes a contar da data de tal condenação. Se, porém, durante esse periodo houver qualquer pessoa que prove o seu direito á posse dos referidos metaes ou pedras preciosas, ser-lhe-hão entregues estes objectos ou o seu valor.

§ unico. O Governador dos territorios poderá conceder ao individuo em virtude de cuja denuncia se tenham apprehendido quaesquer metaes ou pedras preciosas, quando elle não seja empregado da Companhia do Nyassa, o pagamento de uma quantia que o dito Governador tenha por justa e razoavel, e que será deduzida do producto da venda dos ditos valores, não sendo esse premio nem menos de 25 por cento, nem mais de 50 por cento do valor da dita venda.

Commercio illicito

Art. 101.º Qualquer individuo devidamente auctorisado, companhia, Banco ou syndicato, que negoceie em metaes preciosos com qualquer pessoa ou corporação que não esteja munida da necessaria licença ou auctorisação, não só incorrerá nas penalidades constantes do artigo 99.º, mas perderá, por um praso que será fixado pelo tribunal, o direito de usar ou de renovar a sua licença. Aquelle que fôr reu de tal delicto não poderá ser inscripto na Repartição de minas como representante de um proprietario de *claims* ou companhia por acções.

§ unico. A pessoa ou entidade legalmente auctorisada a negociar em metaes preciosos, e que o faça de modo differente do prescripto na respectiva licença, não só ficará sujeita ás penalidades constantes do artigo 99.º, mas perderá o direito a essa licença e á sua renovação por um periodo que será fixado pelo respectivo tribunal.

Art. 102.º O accusado de qualquer infracção ao disposto nos artigos precedentes, relativos ao commercio de metaes e pedras preciosas, deverá produzir as provas necessarias de que estava devidamente auctorisado e licenciado para assim negociar, e, não o fazendo, proceder-se-ha como se esse individuo não estivesse de posse de nenhuma licença ou auctorisação.

Art. 103.º A ninguém será permittido negociar em metaes preciosos quer como comprador, vendedor, exportador ou importador, nem exercer a profissão ou officio de corretor ou commissario de metaes e pedras preciosas, senão a quem esteja devidamente licenciado, sob pena de incorrer nas penalidades estabelecidas no artigo 99.º

§ unico. Fica bem entendido que o possuidor registado de *claims* poderá vender e entregar a entidades devidamente auctorisadas metaes e pedras preciosas, sem nenhuma licença especial de negocio; o proprietario de estabelecimentos metallurgicos terá igual regalia e tambem a de comprar e receber os ditos objectos, e os banqueiros licenciados só poderão receber os mas não comprar os ás referidas entidades nas referidas condições.

Licenças de negocio

Art. 104.º As licenças para negociar em metaes ou pedras preciosas (modelo n.º 15) serão concedidas pelo Governador dos territorios, devendo as licenças annuaes levar sellos correspondentes á taxa de 300\$000 réis e as licenças trimestraes a 90\$000 réis. As licenças trimestraes, qualquer que seja o dia em que houverem sido passadas, terminam no ultimo dia do respectivo trimestre, a saber; em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro; do mesmo modo as licenças annuaes, qualquer que tenha sido o dia em que foram tiradas, terminarão no dia 31 de dezembro.

Art. 105.º O Governador dos territorios só concederá a licença de que trata o artigo anterior, quando tiver verificado que a pessoa que a requer, é apta e capaz de possuir a dita licença; mas não poderá o mesmo Governador conceder tal licença a um individuo que tenha licença para venda a retalho de bebidas espirituosas, e, caso este infringir o disposto nos artigos 101.º, 102.º e 103.º, ser-lhe-ha cassada a licença para venda de bebidas espirituosas, e, além d'isso, ficará sujeito ás penalidades estabelecidas nos ditos artigos.

Passe ou guias para transacções temporarias

Art. 106.º Os chefes dos concelhos poderão conceder um *passe* ou guia (modelo n.º 16), que deverá levar um sello de 300 réis, a um individuo qualquer para comprar, vender, entregar ou receber metaes ou pedras preciosas; esse *passe*, porém, mencionará somente a pessoa a quem são comprados ou de quem são recebidos, ou a quem elles têm de ser vendidos ou entregues. Este *passe* deverá, outrosim, ser somente concedido, quando o interessado faça a declaração de que a pessoa, de quem elle tem de receber esses metaes ou pedras preciosas, está devidamente auctorisada a tel os em seu poder na conformidade do presente regulamento, e que a projectada compra, venda, entrega ou recepção não é para fins de negocio; e, no caso de haver um requerente de um *passe* para venda ou entrega, deverá este mostrar que é o possuidor legal d'esses metaes ou pedras preciosas.

Registos

Art. 107.º Todo o banqueiro, negociante, importador, exportador, corretor, commissario, possuidor de minas, proprietario de estabelecimento metallurgico, agente registado de qualquer proprietario mineiro ou companhia, deverá ter sempre um registo devidamente escripturado de todas as transacções effectuadas sobre metaes ou pedras preciosas, e no qual estará mencionado:

- 1.º A data das vendas, compras, importações, exportações e depositos;
 - 2.º O nome da entidade que de facto entregou ou recebeu os ditos metaes ou pedras preciosas, e o nome do dono do vehiculo ou gado usado para os transportar;
 - 3.º O nome da pessoa por conta de quem os ditos metaes e pedras preciosas foram recebidos ou entregues;
 - 4.º O peso, natureza e valor de cada volume, especificando os metaes ou pedras preciosas recebidas ou entregues;
 - 5.º O nome da propriedade mineira de onde os referidos mineraes foram extrahidos.
- § 1.º O referido registo estará patente á inspecção de qualquer empregado devidamente auctorisado da Companhia do Nyassa, e, outrosim, será presente em qualquer tribunal quando seja necessario.

§ 2.º Far-se-hão periodicamente extractos dos referidos registos, que deverão ser enviados ao chefe do concelho nas épocas e pela forma que esta auctoridade determinar.

§ 3.º A penalidade a impôr pela infracção d'este artigo será uma multa não superior a 600\$000 réis, e, na falta do pagamento, a de prisão por um praso não excedente a um anno.

Responsabilidades

Art. 108.º O director de minas e os seus subordinados serão responsaveis pela execução do presente regulamento em tudo quanto respeite ao serviço technico, e os chefes dos concelhos serão os responsaveis por todas as questões administrativas e imposições de penalidades. Os chefes dos concelhos nunca resolverão uma questão relativa ao serviço mineiro sem o respectivo relatorio official do director de minas, e, no caso de conflicto de opinião entre estas duas auctoridades, a questão será decidida pelo Governador dos territorios.

Judicial

Art. 109.º Todas as questões contenciosas serão sujeitas á jurisdicção dos tribunaes de justiça ordinarios, excepto, porém, quando os litigantes declarem officialmente, e por escripto, que se sujeitam á decisão do chefe do concelho ou a qualquer outra forma de arbitragem.

Deveres dos chefes dos concelhos

Art. 110.º Os chefes dos concelhos poderão decidir, depois de ouvir o director de minas, sobre as seguintes questões:

1.º Reclamação de qualquer individuo para possuir ou occupar terrenos, em virtude de uma licença para pesquisar ou de qualquer outro documento legal, passado em harmonia com o presente regulamento, ou para desviar, construir ou occupar para fins mineiros qualquer curso de agua, tanque ou reservatorio, com sujeição ás clausulas do presente regulamento;

2.º Reclamação de qualquer individuo para reaver a posse de qualquer propriedade mineira, local ou servidão, que se presuma abandonada ou perdida em virtude das disposições do presente regulamento ou de quaesquer determinações legalmente promulgadas pelo Governador dos territorios;

3.º Reclamações para utilizar qualquer curso de agua, tanque ou reservatorio, em virtude das disposições do presente regulamento, ou reclamação relativa á propriedade de tal uso, em opposição a pretensão de terceiro;

4.º Usurpação de propriedades mineiras ou damnos causados por terceiros a quaesquer propriedades, locaes para construcções mineiras, canaes, tanques ou reservatorios, machinas, represas ou serventias, e, em geral, qualquer ingerencia illegal ou disputa no que respeita ao uso de direitos conferidos a qualquer individuo pelo presente regulamento;

5.º Todas as questões relativas á exacta demarcação de quaesquer terrenos occupados em virtude das disposições do presente regulamento;

6.º Todas as questões e disputas que de um modo geral possam surgir entre mineiros relativamente a trabalhos de minas.

§ unico. Os chefes dos concelhos não terão jurisdicção em materia criminal, nem decidirão legalmente quaesquer reclamações por perdas e damnos, todos estes assumptos continuando, como de costume, sob a alçada dos tribunaes judiciaes, salvo quando os mesmos chefes de concelhos estejam legalmente investidos em funções judiciaes.

Tribunal mineiro

Art. 111.º Para os fins do presente regulamento o chefe do concelho, com a assistencia do director de minas e do sub-chefe do concelho, constituirão um tribunal mineiro, o qual poderá reunir em qualquer localidade dentro da região mineira, e que receberá os necessarios depoimentos e resolverá todas as questões, voluntariamente submettidas á sua

jurisdição, do modo mais simples, expedito e economico, com poderes igualmente para determinar as custas dos processos summarios assim julgados, e o referido tribunal terá a mesma auctoridade para intimar a comparencia de testemunhas que têm os tribunaes judiciaes ordinarios.

Art. 112.º O processo a instaurar perante o tribunal do chefe do concelho começará sempre por uma intimação (modelo n.º 17) feita a requerimento do queixoso, que deverá contêr a exposição clara dos factos que dêram origem ao conflicto ou reclamação, e á vista da dita reclamação a pessoa assim intimada terá de comparecer perante o chefe do concelho no dia determinado. N'esse dia ou em qualquer outro subsequente para o qual os depoimentos possam estar adiados, o tribunal procederá a investigar do caso, e, na presença das partes interessadas ou das pessoas que ao mesmo pareça representarem sufficientemente as ditas partes interessadas, o tribunal receberá e examinará os depoimentos e summariamente decidirá a questão.

Art. 113.º O chefe do concelho poderá, não obstante o disposto no artigo antecedente e com o consentimento das partes interessadas, tomar conhecimento e decidir a causa de um modo ainda mais summario e sem formalidade de especie alguma, excepto a presença das partes interessadas, e essa decisão ficará resgistada no livro adiante mencionado.

Registo de queixas

Art. 114.º O chefe do concelho terá um livro de registo, onde serão lançadas todas as queixas que lhe houverem sido apresentadas e bem assim os nomes e domicilios das partes interessadas e a natureza do conflicto, e cada um dos casos será numerado em cada anno pela ordem dos respectivos lançamentos.

Tribunal mineiro

Art. 115.º Quando se dêr o caso de ser necessario corrigir qualquer inexactidão na exposição dos factos constantes da intimação, o chefe do concelho terá a faculdade de fazer as necessarias investigações e emendas. E, quando tal caso de dê, será a intimação emendada pelo chefe do concelho, de modo que a questão realmente existente entre as partes interessadas fique claramente manifesta e o tribunal habilitado a decidir o pleito.

Decisões

Art. 116.º A decisão do tribunal será no proprio dia registada no livro mencionado no art. 114.º e uma copia da mesma entregue a cada uma das partes. O chefe do concelho com a assistencia do director de minas dirigirá a immediata execução da alludida decisão, quer ella respeite a occupação de terreno, a uso de aguas ou a usurpação de propriedade.

Offensas ao tribunal mineiro

Art. 117.º Se qualquer individuo faltar ao respeito devido ao chefe do concelho durante as sessões do tribunal, ou, quando seja chamado ou interrogado como testemunha, se recuse a prestar juramento ou fazer afirmações ou a responder a qualquer pergunta conforme a lei, ser-lhe-ha pelo mesmo tribunal imposta a pena de prisão por quarenta e oito horas ou uma multa não excedente a 30\$000 réis.

Custas

Art. 118.º As custas a cobrar no julgamento das causas mencionadas nas precedentes disposições serão contadas de modo igual ás das tabellas judiciaes, e constituirão receita eventual da Companhia do Nyassa, depois de deduzidas as custas

fixadas quando estas sejam adjudicadas á parte que ganhou o pleito. Nos casos em que as tabellas judiciais não forem applicaveis, o tribunal arbitrará as custas.

Declaração

Art. 119.º Antes da audiência de qualquer causa, as partes interessadas deverão fazer a declaração de que acceitam a jurisdição do chefe do concelho, e esse documento ficará archivado na Repartição respectiva e será registado no livro referido no art. 114.º

Funcionarios da Companhia do Nyassa

Art. 120.º Aos chefes dos concelhos onde possa estar situada qualquer propriedade mineira, ao director de minas e aos empregados a elle subordinados, é expressamente prohibido, excepto com o consentimento e approvação da Administração da Companhia do Nyassa, possuir qualquer propriedade mineira, ou ser interessado, exercer qualquer myster, ou encarregar-se de qualquer agencia, seja ella qual fôr, ou ter quinhão ou interesse em qualquer companhia mineira ou sociedade de negocios mineiros ou commerciaes, ou estar ligado a qualquer companhia mineira na qualidade de director, consultor, gerente ou empregado; e, quando qualquer chefe do concelho, director de minas ou subordinado ou empregado transgredir os preceitos d'esta disposição, ficará sujeito a ser suspenso ou a ser demittido do seu cargo, conforme o Governador entender.

Reserva de direitos feita pela Companhia

Art. 121.º Fica salvo á Companhia do Nyassa o direito de conceder licenças para pesquisar uma certa porção de territorio e de outorgar directamente concessões de minas, sem restricção de numeros de *claims* para a exploração em grande de uma dada zona mineira, observando-se as disposições prescriptas do artigo 122.º seguinte.

Contractos especiaes

Art. 122.º Quando a Companhia julgue opportuno usar da faculdade que lhe é conferida pelo artigo antecedente, observar-se-hão os seguintes preceitos geraes:

a) Sobre o requerimento, base do processo, acompanhado dos documentos que a Companhia exigir para precisar o pedido e garantir a seriedade do empreendimento, será ouvido o director de minas por intermédio do Governador dos territorios, que dará tambem o seu parecer, e o processo assim organizado será presente no Conselho de administração da Companhia;

b) Resolvendo a Companhia pelo deferimento, e reservada a área que fôr julgada conveniente, será passada uma licença especial para pesquisas por meio de ordem publicada no boletim;

c) A licença especial de que trata a alinea anterior não será passada sem que esteja depositada nos cofres da Companhia, como caução, a quantia que tiver sido previamente fixada pela mesma Companhia;

d) A licença só pode ser concedida a individuos nacionaes, ou a sociedades organisadas e constituídas segundo as leis portuguezas; entendendo-se que os estrangeiros (individuos, sociedades, companhias ou quaesquer outras entidades collectivas) desistem sempre, n'estes e n'outros casos de concessões mineiras, do seu fôro nacional, em todas as pendencias relativas aos trabalhos de mineração;

e) Durante um periodo a fixar, dependente da área concedida, mas sempre comprehendido entre dois e cinco annos, poderão effectuar-se as pesquisas, respeitando-se as disposições dos artigos 8.º e 69.º do presente regulamento e respectivos paragraphos;

f) Antes de expirar o praso fixado nos termos da alinea precedente, deverá o pesquisador enviar ao Governador dos territorios os manifestos relativos aos *claims* que pretender dentro da área concedida, pagando por cada um a quantia estipulada;

g) Recebidos os manifestos, o Governador dos territorios mandará proceder por um tecnico e á custa do requerente, ao reconhecimento dos jazigos e á demarcação das concessões pedidas, fixando a quantia a entregar previamente;

h) Em seguida á conclusão d'este serviço, começará a contar-se o praso de um anno, dentro do qual deverão ser pedidas á Companhia as concessões dos *claims* que deverem subsistir;

i) Outorgadas pela Companhia as concessões, entrarão estas para todos os effeitos no regimen commum estabelecido pelo presente regulamento;

j) O deposito de que trata a alinea c) só poderá ser levantado quando se prove, por forma satisfactoria, ter sido despendida em trabalhos de pesquisa, ou n'estes e nos de lavra, com bom criterio, quantia superior ao triplo da importancia do mesmo deposito;

k) Quando não sejam pedidas as concessões, ou quando estas venham a ser abandonadas antes de attingir aquelle dispendio, será o deposito declarado receita da Companhia, e como tal arrecadado;

l) A licença para pesquisas, concedida nos termos do presente artigo, não é transmissivel sem auctorisação prévia da Companhia, que poderá recusar a quando não reconheça a idoneidade do pretendente a cessionario;

m) Fica expresso que a Companhia poderá indeferir um pedido de licença para pesquisas, embora feito nos precisos termos d'este artigo e quaesquer que sejam as garantias offerecidas, quando assim o julgue conveniente.

Effeito retrospectivo das disposições do presente regulamento

Art. 123.º Todas as concessões mineiras possuidas anteriormente á publicação d'este regulamento, salvo onde se fizeram expressas disposições em contrario, ficarão sujeitas ás estipulações que aqui se contêm, dentro de um praso de tres mezes a contar da data da publicação do presente regulamento no boletim da Companhia do Nyassa.

§ unico. Todas as referidas concessões ficam, porém, especialmente sujeitas aos preceitos do artigo 26.º do decreto de 26 de setembro de 1891.

Art. 124.º Nos pontos omissos d'este regulamento, e na parte applicavel, observar-se-hão, quanto possivel, os preceitos consignados no decreto de 29 de dezembro de 1898, relativo á pesquisa e lavra de minas nas possessões ultramarinas.

Paço, 10 de abril de 1902. = *Antonio Teixeira de Souza*.

Modelos

MODELO N.º 1

Declaração ao requerer uma licença mineira

Eu ... (estado, idade, nacionalidade, occupação), abaixo assignado, desejando obter da Companhia do Nyassa uma licença mineira, pela presente me obrigo a observar todas as leis e regulamentos da Companhia, a ajudal-a na defesa dos seus territorios ou na manutenção da ordem, quando me seja assim exigido, e a obedecer immediatamente á todas as decisões e instrucções dos funcionarios da Companhia, sujeitando-me, caso não cumpra, á annullação da dita licença e de quaesquer direitos que da mesma se derivem. Declaro mais reconhecer o direito da Companhia a expulsar-me dos seus territorios, se eu resistir a essas decisões ou desobedecer a essas instrucções.

(Data)

(Assignatura do pesquisador)

(Testemunhas)

MODELO N.º 2

Licença mineira

Repartição de minas.

F. ... havendo cumprido o que dispõe o regulamento de minas em vigor, fica por esta licença auctorizado a pesquisar quaesquer mineraes metalliferos nos districtos mineiros a meu cargo, em quaesquer terrenos abertos a pesquisas e na conformidade do disposto no dito regulamento.

F...

NB. Esta licença não confere o direito de pesquisar dentro de 200 metros de distancia de quaesquer casas ou edificios occupados, ou em qualquer terreno cultivado, sem o consentimento por escripto do occupador d'essa casa, edificio ou terreno, ou em povoações urbanas, lotes ou talhões urbanos, officinas, depositos de mineral, estabelecimentos hydraulicos, ou em logares publicos, cemiterios, aldeias e hortas de indigenas ou em quaesquer outros terrenos não concedidos ou terrenos especialmente reservados pela Companhia do Nyassa.

Certificado do registo de ... claims ... a ...

(Numero).

(Data).

F...

MODELO N.º 3

Aviso de descoberta

O abaixo assignado, possuidor da licença mineira n.º .., passada pelo director de minas, em ..., tendo descoberto (especificar aqui a natureza da descoberta e descrever minuciosamente a posição do ponto de descoberta em relação ao ponto onde o aviso está affixado) por este modo declara que o direito exclusivo de pesquisar dentro de uma área de 300 metros, a contar do dito ponto de descoberta, está reservado por um periodo de trinta dias a contar d'esta data.

(Hora da affixação).

(Data).

(Assignatura)

(Testemunhas)

MODELO N.º 4

Certificado de registo

Propriedade n.º ...

Repartição de minas, ... de .. de 19...

Certifico que F. ... é o occupador registado da propriedade (natureza da concessão, declarando se é demarcação do filão, alluviação ou tunnel).

(Numero).

(Data).

F...

MODELO N.º 5

Certificado de exploração

N.º do certificado.

Repartição de minas, ... de ... de 19...

Certifico que me foi declarado que os trabalhos prescriptos nos artigos ... do regulamento de minas foram devidamente executados na propriedade (dizer se é filão ou alluvião) registada nos livros d'esta Repartição sob o n.º ..., e que, portanto, ficam satisfeitas as alludidas prescripções até ao dia ... de ... de 19...

O director de minas,
F...

MODELO N.º 6

Licença para condensação de trabalhos

N.º ...

Repartição de minas, ... de ... de 19...

N.º da propriedade ...

Certifico que se concedeu licença a F..., occupador do grupo de minas n.ºs ... para executar no grupo de minas n.ºs ... todo o trabalho que, conforme o regulamento, teria de executar-se em todos estes grupos, ou seja um total de ... metros, o qual deverá estar terminado no dia ... de ... de 19...

O director de minas,
F...

MODELO N.º 7

Demarcação de tunnel

O abaixo assignado, possuidor de licença mineira n.º ..., passada pelo director de minas em ... de ... de 19 ..., avisa, por este meio, que reservou uma demarcação de tunnel, na conformidade do que dispõe o art.º 26.º do regulamento de minas da Companhia do Nyassa.

(Descrever exactamente a posição e extensão da concessão, e bem assim a posição do poste que marca o principio do tunnel com referencia áquelle em que estiver affixado o aviso, e acompanhar a descripção com o diagramma na forma prescripta).

(Hora de affixação)

(Data).

(Assignatura)

(Testemunhas)

Visto,
F...

MODELO N.º 8

Certificado de reserva

(Numero do certificado)

Repartição de minas

(Numero do «claim» de alluvião)

... de ... de 19...

Certifico que a F..., occupador do claim de alluvião n.º ..., foi concedida reserva com respeito ao alludido claim.

O director de minas,
F...

MODELO N.º 9

Certificado de protecção

(Numero)

Repertição de minas, ... de ... de 19...

Certifico haver concedido protecção á propriedade n.º ... (designar a natureza da propriedade), até ao dia ... de ... de 19..., ficando dispensados até essa data os trabalhos prescriptos pelo regulamento de minas da Companhia do Nyassa.

O director de minas,

F...

MODELO N.º 10

Certificado de incorporação

(Numero do certificado)

(Propriedade (designar a natureza da propriedade))

(Numero da propriedade)

Certifico que a propriedade (designar a natureza da mesma) n.º ... denominada ..., registada em nome de F., foi n'esta data incorporada nas propriedades n.ºs ..., registadas em nome de F... e F..., e que todas as propriedades acima mencionadas foram por mim registadas em nome de F..., sob o n.º ...

(Data).

O director de minas,

F...

MODELO N.º 11

Certificado de reclamação de direitos

Eu abaixo assignado (dar o nome e a morada por extenso) requeiro para ser ouvido relativamente (aqui, expôr o caso ou negocio a que a reclamação se refere com os pormenores), em virtude do que estatue o art. 51.º do regulamento de minas da Companhia do Nyassa.

(Assignado)

F...

Registado por (assignatura do empregado que fez o registo)

(Data).

MODELO N.º 12

Certificado de abandono

(Numero do certificado)

(Numero da propriedade)

Propriedade (qual a sua natureza)

Certifico que a propriedade (designar a sua natureza), denominada ... n.º ... e registada em nome de F..., foi declarada abandonada.

(Data).

O director de minas,

F..

MODELO N.º 13

Requerimento para a concessão de local

O abaixo assignado (nome e domicílio por extenso), requer por este meio á Repartição de minas da Companhia do Nyassa, em virtude do art. 59.º e outros artigos do regulamento de minas, lhe seja concedida (aqui, declarar distinctamente qual a área e situação do terreno preciso) como se mostra na planta junta, para ser utilizado (aqui, declarar o uso ou usos a que o dito terreno é destinado), obrigando-se o requerente, no caso do deferimento d'esta pretensão, em seu nome, dos seus herdeiros ou committentes, ao pagamento de todas as rendas, direitos, emolumentos, licenças e todos os demais encargos relativos ao dito terreno, como se acham ao presente descriptos no regulamento de minas da Companhia do Nyassa, e á observancia do dito regulamento em tudo que lhe respeite.

(Assignatura do requerente)

(Testemunhas)

(Data e logar da assignatura).

Deu entrada (assignatura do respectivo empregado e data da entrada).

MODELO N.º 14

Certificado de registo de local

Certifico que (aqui, o nome por extenso e domicílio do concessionário) é o possuidor registado em conformidade com o regulamento de minas da Companhia do Nyassa, (aqui, dizer distinctamente a área e a situação do terreno concedido) como se mostra na planta, para ser utilizado, (aqui, dizer qual o uso ou usos a que tal terreno tem de ser applicado), pelo uso do qual terreno elle, os seus herdeiros ou committentes têm de pagar (aqui, dizer todos os pagamentos a que o dominio fica sujeito) e, outrosim, ficam obrigados a observar o regulamento de minas da Companhia do Nyassa em tudo que lhe respeite.

O director de minas,

F...

(Data, localidade e numero de registo).

MODELO N.º 15

Licença para negociar em metaes e pedras preciosas

Pela presente concedo licença a F... para negociar em metaes e pedras preciosas, em virtude do disposto no artigo 99.º do regulamento de minas da Companhia do Nyassa, desde esta data até ao dia ... de ... de 19...

Pagou a quantia de ... segundo o regulamento de minas em vigor.

(Data).

O Governador,

F...

MODELO N.º 16

Guia ou licença temporaria para negociar em pedras preciosas

Secretaria do concelho de ..., em ... de ... de 19...
Pela presente concedo licença a ... para comprar (vender ou entregar) os metaes preciosos abaixo designados (descrever minuciosamente a quantidade, qualidade e valor dos metaes preciosos para os quaes a guia é passada) a F... ou F...

O chefe do concelho,

...

MODELO N.º 17

Intimação do tribunal mineiro

Pela presente fica intimado F . para comparecer na minha presença no dia ... de ... de ..., às ... horas, a fim de ser ouvido sobre a queixa apresentada por F... e F... (mencionar o nome de todos os queixosos) e relativa a... (mencionar os fundamentos da queixa).

O intimado tem direito a requerer a presença de quaesquer testemunhas, ou a apresentação de quaesquer livros ou documentos, para o que solicitará os competentes mandados n'esta Repartição.

Secretaria do concelho de...

(Data).

O chefe do concelho,
F...

MODELO N.º 18

Guia para explorar mineraes terrosos

Pela presente é concedida permissão a ... (dar aqui o nome por extenso e morada do concessionario), para explorar e tirar... para empregar (mencionar aqui o logar ou logares onde o dito mineral, de classe 4.^a, tem de ser empregado, e tambem o material e quantidade d'elle que tenha de tirar-se) pelo que elle deverá pagar á Companhia do Nyassa (declarar aqui qual o preço da compra, renda, e todos os pagamentos, se os houver, a cobrar do concessionario) e terá tambem de observar os preceitos do regulamento de minas da Companhia do Nyassa em tudo que respeitar á exploração e remoção do dito mineral.

Esta guia será válida até (data).

(Data da guia).

O director de minas,
F...

Paço, em 10 de abril de 1902. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do Governo n.º 100)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a quem foi presente o officio de v. ex.^a, n.º 230, de 12 de março ultimo, encarrega-me de communicar a v. ex.^a que, por seu despacho de 9 do corrente mez, auctorizou que, nos termos do § 1.º do art. 27.º da carta de lei de 28 de maio de 1896, se abone aos pharmaceuticos do quadro de saude o subsidio de renda de casas, quando sirvam ao abrigo das disposições da mesma lei, pois só em tal caso, assim como aos facultativos, pertence o referido abono e quaesquer outros feitos aos officiaes das guarnições ultramarinas, além do soldo e gratificação; e que, quanto, aos officiaes da administração militar, a que v. ex.^a se refere, tal abono tem de obedecer ao que se acha disposto nas notas da tabella A, de 2 de outubro de 1895, visto que os seus vencimentos se regulam pela mesma tabella.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 11 de abril de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade.*

(Inédito.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 83, de 3 de fevereiro ultimo, que auctorisou o pagamento aos Conselhos administrativos dos corpos militares d'essa provincia das quantias necessarias para os indemnizar da differença entre o preço dos artigos de fardamento existentes em deposito, que não possam inteiramente ser aproveitados pela mudança de uniformes, e o que produzir a venda em leilão publico dos mesmos artigos, despesa esta que será effectuada pela verba das despesas eventuaes.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 11 de abril de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Angola n.º 20).

(CIRCULAR.) — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para os devidos effectos, que o artigo 193.º do decreto com força de lei de 14 de novembro do anno findo não pôde ter n'essa provincia a mesma execução, emquanto não forem publicadas, pelo Governo, as instrucções a que se refere o seu paragrapho unico.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 17 de abril de 1902. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 18)

Em harmonia com o disposto no artigo 19.º da carta de lei de 3 de abril de 1896, e artigo 39.º da carta de lei de 26 de maio do mesmo anno, se publica o seguinte:

Carimbo em branco do Conselho de guerra permanente da 1.ª divisão militar de Angola.

Copia. — Concedida por accordão do Supremo conselho de justiça militar, de 22 de fevereiro ultimo é publicado a 24 do mesmo mez e anno, a revisão extraordinaria da sentença proferida pelo Conselho de guerra territorial de Angola, em 22 de agosto de 1900, que havia condemnado o tenente do quadro occidental das forças ultramarinas, Candido da Rocha Gomes, pelo crime previsto e punivel pelo § unico do artigo 218.º do Codigo penal ordinario, na pena de trinta dias de prisão correccional, e o manda julgar novamente perante este Conselho apenas pelo crime de que foi convencido, qual é o punivel pelo citado paragrapho e artigo; requereu o alludido Candido da Rocha Gomes, nos termos do artigo 3.º e 8.º da lei de 3 de abril de 1896, se procedesse á revisão da sentença por aquelle accordão ordenada, pedindo a citação do Ministerio publico junto d'este tribunal, para offerecer o articulado e respectivos documentos.

O acto accusatorio do promotor de justiça accusa-o de, como fiscal do Conselho administrativo do batalhão de caçadores n.º 3, ter feito uma declaração á acta da sessão de 2 de março de 1894, em seguida á sua assignatura e continuada á margem, falsificando-a; de que tal declaração foi extemporaneamente lançada mudando o sentido da acta; e ainda de que tal declaração ou alteração foi pelo reu commettida por mera inconsideração e inobservancia da lei.

O que tudo visto:

Propostos os quesitos ao Conselho, cujas respostas são negativas, deixam de verificar-se todos os elementos de incriminação, nos termos do artigo 18.º do Codigo penal ordinario, porquanto o artigo em que a accusação incriminava o rehabilitado exige na sua constituição requisitos essenciaes de facto, que não se provam:

Attendendo a que é indispensavel á boa administração da justiça e aos principios de equidade, que as sentenças proferidas pelos tribunaes não sejam contradictorias, e que, embora os exames de fl. 3 e 15, em que intervieram peritos diferentes, não liguem os tribunaes, como doutamente fundamenta o relator do accordão de fl. . . , é certo que os

peritos, no processo instaurado contra o general Manoel Sertorio de Almeida Aguiar, declararam que as alterações, entrelinhas ou emendas no livro das actas são de tal natureza que não mudam nem alteram o sentido, nem o valor das verbas que os livros e registos certificam, e que, pelo exame feito nos livros e registos, não se pode avaliar a existencia de falsificação;

Attendendo a que a declaração do voto, na acta em questão, foi feita no exercício de uma faculdade conferida ao signatario da acta nos termos do § unico do artigo 208.º do regulamento da administração de fazenda militar, aprovado por decreto de 16 de setembro de 1864, comquanto o signatario da acta pudesse e devêsse usar do direito facultado na disposição 7.ª que alterou e modificou algumas determinações contidas no citado decreto (Ordem do exercito n.º 69 de 1869);

Attendendo a que toda a lei, que reconhece um direito, legítima os meios indispensaveis para o seu exercício— artigo 12.º do Código civil—; e que em conformidade com a lei exerceu o accusado um direito, não podendo responder pelos prejuizos, porventura, resultantes do seu exercício, como o prescreve o n.º 4.º do artigo 44.º do Código penal ordinario;

O que tudo visto e ponderado; e,

Attendendo ao que, o Conselho, julgada improcedente e não provada a accusação, declara por sua sentença nulla a condemnatoria do accusado, rehabilitando-o perante a sociedade e readquirindo o seu estado de direito anterior á condemnação, logo que esta faça transito em julgado.

Publique se nos termos do artigo 11.º e seu paragrapho e artigo 19.º da lei de 3 de abril de 1896.

Loanda e sala dos Conselhos de guerra, 21 de abril de 1902. = *Manoel Teixeira Pimentel*, auditor substituto—*Guilherme Augusto Gomes Pereira*, major de infantaria—*João Ignacio Palermo de Oliveira*, capitão.

Está conforme.—Loanda, 22 de abril de 1902. Sello em branco do Conselho de guerra permanente da 1.ª divisão militar de Angola. — O secretario, *Fernando Arrobas da Silva*, alferes.

(Diário do Governo n.º 137)

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:423, em que é recorrente Herculano de Noronha, e recorrido Domingos Seruya, de que foi relator o conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado.

Mostra-se que o presente recurso vem interposto por Herculano de Noronha, amanuense da secretaria do Governo geral da provincia de Cabo Verde, do despacho do Governador geral, pelo qual foi nomeado official interino da mesma secretaria o amanuense Domingos Seruya, com o fundamento de que o recorrente é empregado mais antigo do que o nomeado, como pretende explicar na sua petição a fl. 6;

Mostra-se que as informações officiaes que constam do processo são completamente favoraveis ao recorrido, affirmando a sua competencia e applicação no desempenho dos deveres que lhe têm sido incumbidos, merecendo até ser louvado em Portaria, emquanto que o recorrente, segundo informa o chefe da secretaria, a fl. 23, não tem zelo pelo serviço, nem tem progredido em aptidão;

Pela relação a fl. 21 se vê que o recorrido prestou serviços na secretaria geral como amanuense interino desde 2 de novembro de 1888 até 27 de janeiro de 1894, em que foi confirmado n'aquelle cargo; e pelo documento a fl. 22 mostra-se que o recorrente foi nomeado amanuense interino em 11 de maio de 1891 e em 23 de fevereiro de 1893, sendo tambem confirmado n'esse lugar no mesmo dia em que o foi, o recorrido (27 de janeiro de 1894):

O que tudo visto e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que o decreto de 24 de dezembro de 1892, que approvou a organização administrativa da provincia de Cabo Verde, quando trata das attribuições do Governador geral sobre provimento, nomeação e confirmação de empregados da administração provincial, nos artigos 29.º, 32.º e 33.º, em nenhum d'esses artigos estabelece o principio da antiguidade, para que por elle se regulem essas nomeações; mandando apenas que a

confirmação dos empregados interinos só possa ter lugar, quando esses empregados, durante um anno, pelo menos, tenham bem servido os seus cargos;

Considerando que a nomeação contra que se recorre é interina, e recahiu n'um empregado, que, como consta do processo, tem sido exemplar no desempenho das suas funções como amanuense da secretaria do Governo geral:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso, confirmando o despacho recorrido.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 24 de abril de 1902. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do Governo n.º 98)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É creado um hospital colonial e o ensino da medicina especial dos climas tropicaes, nos termos das bases annexas e que ficam fazendo parte d'esta lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, aos 24 de abril de 1902. = EL REI, com rubrica e guarda. = *Antonio Teixeira de Sousa*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 3 de abril corrente, que auctorisa o Governo a crear um hospital colonial e o ensino da medicina especial dos climas tropicaes, nos termos das bases annexas á presente lei, e que ficam fazendo parte d'ella, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr. = *Raphael Gregorio Caldeira de Mendanha Junior* a fez.

Bases a que se refere a lei d'esta data

Base 1.ª

É creada em Lisboa uma instalação hospitalar, com a denominação de «Hospital colonial», para o tratamento dos officiaes militares e praças de pret que regressam do ultramar, descontando nos seus vencimentos, para o fundo hospitalar, as importancias que se acham determinadas no artigo 70.º do decreto de 2 de dezembro de 1852 e na disposição 4.ª da Ordem do exercito, n.º 5, 1.ª serie de 1896 actualmente em vigor.

§ unico. Os empregados civis e ecclesiasticos das provincias ultramarinas tambem podem ser tratados no hospital colonial, descontando metade dos seus vencimentos de categoria para o fundo hospitalar.

Base 2.ª

A direcção e serviço clinico d'este hospital serão desempenhados pelo pessoal technico da Repartição de saude da Direcção geral do ultramar, que, em caso de necessidade, será coadjuvado por facultativos reformados dos quadros de saude das provincias ultramarinas e da armada, nomeados, provisoriamente, para esse fim, sob proposta do director do hospital.

